


Função Pública sai à rua no próximo dia 7

Em defesa do emprego

Em entrevista ao *Avante!*, Paulo Trindade, dirigente da Federação dos Sindicatos da Função Pública, afirma que são mais de 50 mil os trabalhadores que poderão vir a ser despedidos em consequência do ataque do Governo ao sector e às funções sociais do Estado.

Pág. 5



Defender
o Emprego
e a Função
Pública

Clarificação das razões

para a não convocação do Congresso

Centrais

(Nota de trabalho para apoio ao debate no quadro da preparação da Conferência Nacional)

Carvalhas em Alpiarça

«Governo sem máscara»

Carlos Carvalhas, falando na sessão pública realizada em Alpiarça, promovida pela Direcção da Organização Regional de Santarém, denunciou a «verdadeira face do Governo».

Pág. 7

Pacote ferroviário

Via aberta aos privados

António Leal, coordenador do Sindicato Nacional do Sector Ferroviário, e José Reizinho, da Comissão de Trabalhadores da CP, condenam as intenções da Comissão Europeia e as políticas dos governos.

Pág. 19

Venezuela

Unidade contra o golpe

David Velasquez, membro da Comissão Política do PC da Venezuela e secretário-geral da Juventude Comunista da Venezuela, em visita a Portugal, dá entrevista ao *Avante!*.

Pág. 15

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros
25 números: 4 600\$00
23,00 euros
EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros
EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Autocarros e eléctricos voltam a parar

Resumo

22 Quarta-feira

O grupo parlamentar do PCP pede a realização de um debate de urgência na Assembleia da República sobre as medidas do Governo para a Administração Pública, nomeadamente eventuais despedimentos de funcionários do Estado ● O PCP acusa o Governo de «autoritarismo, amorosismo e incompetência» no primeiro mês de actividade e agenda as suas primeiras jornadas parlamentares da legislatura para 7 e 8 de Junho, na Covilhã ● O presidente do Tribunal de Contas, Alfredo José de Sousa, acusa o Governo de ignorar sucessivamente as recomendações desta instituição em matéria da execução da Conta Geral do Estado ● Três palestinianos pertencentes às Brigadas dos Mártires de Al Qssa morrem ao serem atingidos por um morteiro israelita disparado contra o campo de refugiados de Balata, Norte da Cisjordânia.

23 Quinta-feira

A alteração à Lei da Televisão proposta pelo Governo é aprovada com os votos contra do PCP, PS, BE e Verdes ● Os enfermeiros do Hospital de São Marcos, em Braga, entram de greve; a classe exige melhores condições de trabalho ● A greve dos trabalhadores da Petrogal é desconvocada depois da administração da empresa se ter disposto a «retomar as negociações» ● Os conselhos confederais das duas principais centrais sindicais espanholas - UGT e CC OO ● aprovam por unanimidade a convocação de uma greve geral, no dia 20 de Junho, em protesto pela reforma do sistema de protecção por desemprego, proposto pelo governo de José María Aznar ● Militares paquistaneses bombardeiam o Sul da Caxemira indiana.

24 Sexta-feira

Carlos Carvalhas participa em Alpiarça numa sessão pública sobre «o momento político e luta do PCP» no quadro da preparação da Conferência Nacional ● A Comissão de Trabalhadores da RTP manifesta-se contra a aprovação na Assembleia da República da alteração à Lei da Televisão referindo que o Governo «optou pela antidemocracia em detrimento do diálogo com os trabalhadores» ● Tanques e veículos militares israelitas entram no bairro de Zeitoun, na faixa de Gaza ● Os presidentes norte-americano, George W. Bush, e russo, Vladimir Putin, assinam um tratado de redução dos arsenais nucleares dos dois países ● Duas pessoas são mortas durante um bombardeamen-

to indiano na zona do Estado de Caxemira sob controlo paquistanês.

25 Sábado

Militantes, eleitos e dirigentes do PCP reúnem-se em Alcântara, para debater o passado, presente e futuro do Partido na cidade de Lisboa ● O Sindicato da Construção Civil do Sul denuncia a «falta de condições de higiene e segurança» no alojamento de «mais de duas dezenas de imigrantes do Leste e do Brasil que trabalham numa obra de que é dona a Câmara da Vidigueira» ● O Sindicato dos Pescadores insurge-se contra o anúncio de que a Comissão Europeia poderá reduzir os apoios às frotas de pesca portuguesas ● Unidades militares israelitas entram no sector autónomo palestiniano de Belém ● O Partido Comunista do Vietname conquista 89,7 por cento dos lugares da nova Assembleia Nacional.

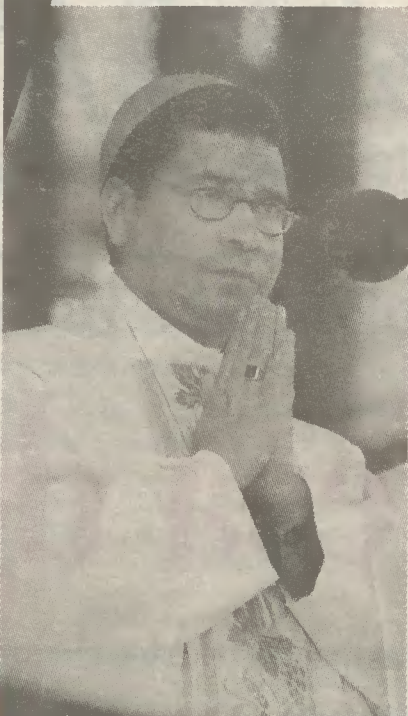
26 Domingo

O plenário nacional do ensino superior, que se realiza em Coimbra, aprova por «larga maioria» uma proposta de quatro associações de estudantes que contesta a possibilidade de cortes orçamentais no sector da educação ● Cerca de cinco mil pessoas, pacifistas e militantes antiglobalização e opositores da política norte-americana, manifestam-se em Paris por ocasião da chegada de George W. Bush ● Os Verdes da Finlândia abandonam a coligação governamental depois de o Parlamento ter aprovado a controversa construção da quinta central nuclear do país ● Cinco civis indianos, entre os quais duas crianças, são mortos e outros oito ficam feridos por tiros do exército paquistanês em Caxemira ● A associação «Juntos contra a pena de morte» anuncia em Paris a realização de um segundo congresso mundial contra a pena de morte em Washington em Maio de 2004.

27 Segunda-feira

Os trabalhadores da Carris entram em greve protestando contra a falta de acordo com a administração quanto aos aumentos salariais e horários de trabalho ● Dezenas de activistas palestinianos são detidos em Belém pelo exército israelita, que volta a bloquear a entrada da Basílica da Natividade, para evitar que palestinianos voltem a refugiar-se no santuário ● O governo colombiano concede asilo político ao empresário venezuelano Pedro Carmona ● Álvaro Uribe Vélez é o novo presidente da Colômbia, depois de ter ganho as eleições com 53 por cento dos votos.

Aconteceu



Ximenes e os jornalistas

O presidente do Sindicato dos Jornalistas mostrou-se, na passada quinta-feira, «chocado» com o comunicado do bispo D. Ximenes Belo, onde o prelado diz que o delegado da Lusa em Timor-Leste «devia ser corrido» do país.

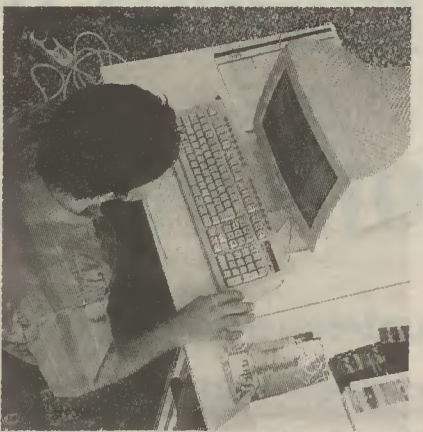
«Estou chocado com as expressões usadas pelo bispo. Não esperava esta atitude de um homem com a envergadura, carisma e papel histórico que tem D. Ximenes Belo», comentou, em declarações à Lusa, o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Alfredo Maia.

O bispo timorense e Prémio Nobel da Paz defendeu, num comunicado publicado no jornal Timor Post, que o delegado da Agência Lusa em Díli «deveria ser corrido de Timor» por ter escrito um artigo sobre a Igreja do novo país que o prelado considera estar «cheio de insultos e da falta de educação».

Para Alfredo Maia, D. Ximenes Belo deveria pedir publicamente desculpas ao jornalista António Sampaio e considera que esta é a única atitude que se pode esperar de um «grande homem e grande dirigente».

Apelidando o comunicado como «deplorável», o presidente do sindicato apela às autoridades timorenses para que «não ouçam o pedido do bispo». Alfredo Maia alerta ainda Ximenes Belo para a importância de respeitar a liberdade de imprensa: «Apelo ao seu amor pela liberdade, porque nenhum país verdadeiramente livre se constrói sem liberdade de imprensa.»

A Polícia Judiciária (PJ) deteve dois suspeitos da prática de uma «fraude fiscal de dimensões gigantescas» em sede de



testes de conselho de administração das sociedades investigadas. Segundo a PJ, os dois detidos lesaram o Estado em

Pedófilo condenado a pena máxima

O arguido do maior caso de pedofilia alguma vez julgado em Portugal foi condenado na passada quinta-feira pelo Tribunal de Santa Maria da Feira à pena máxima prevista no nosso país, 25 anos de prisão efectiva. Neste processo estava acusado da prática de seis crimes de violação, 33 de raptos - dois na forma tentada -, 30 crimes de abusos sexuais sobre menores - cinco na forma tentada, três

de ofensa à integridade física, 11 ameaças e um furto. O arguido chegou ao Tribunal da Feira acusado, ao todo, de 84 crimes. O arguido, um reformado da construção civil, de 56 anos, era acusado da prática de 84 crimes contra 43 crianças. O Ministério Público, por considerar ter ficado provada a maioria dos crimes imputados ao arguido, pediu nas alegações finais a aplicação da pena

máxima, 25 anos por cúmulo jurídico. Já o advogado de defesa, Filipe Barbosa, que chegou a pedir a imputabilidade do seu constituinte, alegou que nem todos os crimes ficaram provados e sugeriu uma atenuação na pena. O acusado, residente em Vila Nova de Gaia e actualmente em prisão preventiva, tinha já estado preso duas vezes por violação e atentado ao pudor.



Palestiniano já está em Portugal

O palestiniano Annan Mohammed Hamis Tanjeh, do grupo de 13 deportados por Israel, chegou na passada quinta-feira a território português.

Em Portugal, o exilado palestiniano goza do estatuto especial de «deslocado por razões humanitárias», o que lhe permite ter «liberdade de movimentos» e uma protecção policial «normal» e «não permanente», segundo as autoridades, que admitem receber a família de Annan Tanjeh.

Poderá estudar ou trabalhar, nomeadamente na representação palestiniana, em Lisboa, como admitiu Beseisso em

declarações feitas na passada semana.

A duração da sua permanência em Portugal não está, no entanto, ainda clarificada.

O ministro dos Negócios Estrangeiros português, Martins da Cruz, disse que o exilado permanecerá no país por um período «máximo» de 12 meses, sem precisar o que aconteceria findo esse prazo. Por seu lado, Issam Beseisso indicou que o exilado pode permanecer no território nacional, por períodos renováveis de um ano, até à declaração de um Estado palestiniano independente.

Fraude fiscal

obras de arte avaliadas em mais de 500 mil euros. As fraudes estavam relacionadas com empresas do sector informático e com o comércio de hardware e software.

Para praticar os crimes de que são acusados, os dois detidos utilizavam

a «fraude em carrossel». Ou seja, criavam uma sucessão de sociedades comerciais destinadas a cobrir as transacções ilícitas.

Os detidos foram indiciados pelos crimes de associação criminosa e fraude fiscal qualificada e

serão presentes na sexta-feira a Tribunal. Segundo a PJ, as investigações prosseguem com o objectivo de apurar «os contornos das actividades ilícitas desenvolvidas, quer de âmbito nacional quer de âmbito internacional».

Acidente ferroviário mata em Moçambique

Um comboio de passageiros e mercadorias descarrilou, sábado, em Moçambique, provocando pelo menos 117 mortos e mais de 400 feridos.

O acidente ocorreu em Tenga, na província de Maputo, segundo fontes policiais e

dos bombeiros, citados pela rádio de Moçambique. A composição fazia a ligação entre a vila fronteiriça Ressano Garcia e Maputo.

O acidente deveu-se a problemas nos freios de ligação das composições, que se foram soltando.

Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

«Aviões grandes», grandes...

Bush está de visita à Europa. Ultrapassar no terreno dificuldades e contradições surgidas na «coligação anti-terrorista» e reforçar laços com velhos e novos (Rússia) aliados são objectivos centrais deste périplo. E indispensáveis para relançar a guerra («contra o terrorismo») e levá-la a outras paragens.

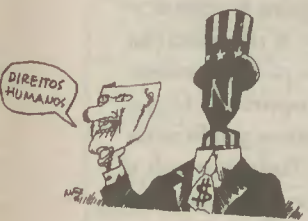
São muitos os sinais que apontam nessa direcção. Desde o alarme de que «é quase uma certeza» um novo ataque contra os EUA (vice-presidente Dick Cheney), à «inevitabilidade dos terroristas conseguirem armas de destruição massiva» (ministro da Defesa, D. Rumsfeld), à acusação de que «Cuba desenvolve um programa de armas biológicas» «colaborando com outros Estados patrocinadores do terrorismo» (subsecretário de Estado John Bolton), até à polémica em curso nos EUA, com violentas críticas contra a Administração Bush, em torno do que saberia, antes do 11 de Setembro, acerca de previsíveis actos terroristas – são, não só, elementos reveladores de um recente e crescente isolamento de Bush, mas também é claro que as declarações a que nos referimos procuram criar um clima que tornem aceitáveis novas aventuras belicistas.

A NATO é cada vez mais um instrumento dos EUA

Nesta ofensiva que se desenha, enquanto Cuba desarmadilha a provocação, com a inesperada iniciativa política de convidar Jimmy Carter a visitar o país e todos os locais que entendesse, a Rússia aceita um «Tratado sobre Redução dos Potenciais Nucleares Estratégicos» que, efectivamente não visa a

destruição das ogivas nucleares, e prevê mesmo a sua denúncia num prazo de três meses. O real alcance de tal Tratado fica expresso no cumprimento de Bush a Putin: «a assinatura deste Tratado significa que somos amigos». Mas a Rússia vai mais longe. Entra na «cooperação contra o terrorismo» em troca de promessas como a da sua entrada na OMC. «A Rússia propõe-se integrar de novo a família das nações civilizadas», declara Putin. Esta Cimeira EUA/Rússia, que acaba de ter lugar, consagra, perante as vergonhosas cedências da Rússia, a superioridade militar dos EUA, reforça a sua capacidade de agir à escala planetária, estimulando assim a afirmação arrogante dos seus interesses, lá onde desejar, e a sua posição de superpotência hegemónica.

É neste quadro que se insiste no reforço da NATO, se programa o seu alargamento para leste da Europa e se assina um acordo com a Rússia, tudo em nome da luta contra o «terrorismo». A invocação do art. 5.º, após o 11 de Setembro, conferiu-lhe «a obrigação de sair da área da NATO para proteger os interesses da segurança», declara Lord Robertson, secretário-geral da NATO (entrevista ao «Expresso», 11.5.02). Se, quanto ao alargamento, o descaramento de Lord Robertson vai ao ponto de aconselhar os eslovacos a «votarem nos partidos que vão nesse sentido», revela, na citada entrevista, que a sua preocupação fundamental, para além da gestão das forças, é a modernização da



aliança. E dita prazos e condições. Espera («quero») que, em Novembro, em Praga, na Cimeira que designa «de transformação», os líderes «não se limitem a declarações vagas», mas «assinem cheques, subscrevam um compromisso claro e solene de que vão arranjar os aviões, os navios, o equipamento electrónico de interferência...» E precisa as características dos equipamentos: «quero aviões grandes», «armas de precisão teleguiadas para que se atinja a janela e não se arrase um prédio...» (aliás como já aconteceu na Palestina). E Lord Robertson pensa em tudo: propõe a aquisição colectiva dos equipamentos pela NATO e pela UE (ou forma de os «alugar») pois «é a única forma de os europeus modernizarem as forças ou não se surpreendam se os americanos não os consultarem». O que evidenciando a forma como vê o papel do seu antecessor, Solana, na militarização da UE, confirma que a NATO é cada vez mais um instrumento dos EUA para os seus propósitos de domínio mundial.

Imperialismo norte-americano ameaça, domina, procura impedir a resistência e castiga os que se atrevem a fazê-lo. Tudo em nome da «civilização» e dos «direitos humanos». Mas as rivalidades e contradições com os seus aliados não desapareceram e os povos, incluindo o norte-americano, já vão percebendo a quem serve o terrorismo e quem dele se serve. Por isso se multiplicaram as manifestações contra a «nova ordem» nesta visita de Bush à Europa.

Editorial

E É ESSA A NOSSA LUTA

Não se cansam os tradicionais analistas, comentadores e congéneres de sublinhar o conteúdo «autocrítico» do Projecto de Resolução Política da Conferência Nacional. E fazem-no com o ar de quem apresenta novidade de monta, coisa nova no PCP – nova e, como alguns têm o desprante de afirmar, só possível devido a acções e comportamentos exercidos por alguns membros do Partido, à margem dos Estatutos.

Quer isto dizer, em primeiro lugar, que os referidos analistas, comentadores e congéneres, não conhecem ou fingem não conhecer o PCP e, em segundo lugar, que ou não leram, ou leram a voo de pássaro, ou fingem não ter lido, os vários documentos produzidos pelo colectivo partidário ao longo dos anos – comunicados do Comité Central, Resoluções Políticas dos vários congressos (nomeadamente a do XVI Congresso, realizado em Dezembro de 2000), intervenções do Secretário-Geral do Partido e de outros dirigentes, etc., etc. – nos quais as preocupações autocríticas têm lugar de destaque.

Sugere-se aos ditos analistas, comentadores

“Um partido que foi, é e quer continuar a ser uma força de futuro”

e congéneres que, quanto mais não seja por uma questão de honestidade intelectual e política, leiam, se informem e que, depois, então, se pronunciem. Ou seja: sugere-se-lhes que avaliem o PCP a partir do que ele é, realmente, e não a partir da imagem distorcida, falseada, falsificada, manipulada que dele difunde a comunicação social dominante.

Sabe quem quer saber que essa imagem falsificada do PCP criada pelos órgãos oficiais dos grandes grupos económicos tem sido, nos últimos tempos, alimentada e insuflada pela prática e defesa do fraccionismo (rejeitada em todos os congressos), por parte de alguns membros do Partido que, fugindo ao debate aberto, frontal, democrático que é característica do PCP, optaram por um monólogo que, feito de arrogantes certezas e saberes absolutos, pretende, entre outras coisas, substituir a opinião do colectivo partidário pelas suas próprias opiniões (que eles próprios consideram qualificadas, superiores, de primeira, em contraste com as opiniões inferiores dos restantes militantes e da Direcção do Partido).

Um dos métodos utilizados por alguns dos promotores dessas acções é o de atribuírem aos outros o que eles fazem – método com milhares de anos de idade na história de humanidade e com mais de uma centena de anos na história do movimento comunista: caluniam e apresentam-se como vítimas de calúnias; difamam e apresentam-se como vítimas de difamação; anatemiizam e apresentam-se como vítimas de anátemas;

exigem exclusões e apresentam-se como vítimas de exclusões; desrespeitam e ofendem e apresentam-se como vítimas de desrespeito e de ofensas – enfim, funcionam em ostensivo confronto com as regras do Partido e... acusam o colectivo partidário de... fraccionista.

Com tanto tempo e tanto espaço gastos na *sensacional descoberta* da «autocrítica» patente no Projecto de Resolução, faltalhes, depois, a esses analistas, o tempo e o espaço para se debruçarem sobre o restante conteúdo do Projecto de Resolução, nomeadamente sobre a análise que ali é feita ao novo quadro político saído das eleições de 17 de Março, sobre as propostas de iniciativa política ali enunciadas, sobre as medidas apresentadas visando o reforço interventivo, orgânico, social, eleitoral, político do Partido. Percebe-se que assim seja: a Conferência Nacional do PCP, a realizar no dia 22 de Junho próximo – antecedida por um amplo e democrático debate partidário, onde só não são ouvidas, debatidas e consideradas as opiniões dos que optaram por se auto-excluir desse debate –, constitui um esforço colectivo de aprofundamento do conhecimento da realidade nacional e internacional, um esforço colectivo de procura de respostas para essa situação, um esforço colectivo de procura das melhores e mais eficazes medidas e caminhos de concretização dessas respostas – enfim, um esforço colectivo no sentido de encontrar as linhas de resposta adequadas à devastadora política de direita que o Governo PSD-CDS/PP está a levar à prática; no sentido de abrir caminhos para uma alternativa no quadro das desenvolvidas propostas para uma política de esquerda apresentadas pelo PCP ao eleitorado em Março passado; no sentido de reforçar o Partido e tornar mais eficaz a sua força e a sua intervenção na luta por esses objectivos.

É assim que deve agir um partido que foi, é e quer continuar a ser uma força com futuro; um partido com a consciência de que a conjuntura política nacional e internacional e o tempo histórico que vivemos lhe exigem a renovada afirmação da sua real identidade e do seu projecto transformador; um partido aberto à discussão e ao debate sobre a complexidade dos tempos que vivemos; um partido que tem assumido e quer continuar a assumir o seu papel de partido da classe operária e de todos os trabalhadores, de partido portador das grandes causas da justiça social, do progresso e do desenvolvimento nacionais, da valorização do trabalho e dos trabalhadores, do fortalecimento da democracia e da intervenção dos cidadãos, da solidariedade e da fraternidade colectivas; um partido comunista, revolucionário, no verdadeiro sentido do termo.

A Conferência Nacional do Partido, constituindo um espaço de reflexão sobre a situação que vivemos e o papel do PCP na resposta a dar-lhe, deverá ser mais um ponto de partida para as batalhas do futuro imediato – batalhas que são sempre, num partido comunista, pontos de passagem da luta por uma sociedade justa, fraterna e solidária, liberta de todas as formas de opressão e exploração. E é essa a nossa luta.

Actual

Haja esperança

● Vítor Dias

Dois notícias recentemente publicadas no «DN» sobre o PCP vieram demonstrar-nos como são perigosas as ideias feitas e como, em certas circunstâncias, há afinal sempre lugar para o seu desmentido e para a correspondente surpresa e inovação.

De facto, não poucos andamos há anos e anos não apenas a sublinhar que informar é necessariamente seleccionar, mas sobretudo a constatar que os critérios dos «media» foram evoluindo quase sempre no sentido de uma maior redução dos protagonistas e dos assuntos políticos a que prestam atenção.

E eis senão quando, é possível ler no «DN» de 1/5 uma notícia de 75 linhas e 2400 caracteres sobre o pedido de demissão de um membro do partido em relação às funções que exercia na Comissão Concelhia do PCP de Alcobaça e ler, no mesmo jornal e na sua edição de 24/5, uma notícia de 76 linhas e

2450 caracteres sobre umas reais ou supostas decisões da Comissão Concelhia do PCP de Penacova.



Sem qualquer desprimor para um e outro destes factos, registamos apenas que conquistaram o que, entre outros exemplos, nem o comunicado da Comissão Política sobre o serviço público de televisão conquistou (zero linhas) ou o que foi obtido (zero linhas) por um recente e importante debate sobre tráfico de droga e branqueamento de capitais com a participação do Secretário-geral do PCP e de convidados estrangeiros.

Saudamos sinceramente esta democratização da informação e esta generosa ampliação do reconhecimento mediático de actores políticos nacionais.

E se não estamos a ver mal, achamos mesmo que estes dois casos devem abrir uma janela de esperança para todas as organizações (concelhias, de freguesia ou outras) do PCP que até aqui justamente se têm sentido desprezadas e ignoradas pela generalidade da comunicação social.

É certo que não é certo que uma tal janela de esperança queira dizer futuro interesse da comunicação social pela acção dessas organizações em torno dos problemas da sua área geográfica ou profissional, pelo seu trabalho dedicado e generoso, pelo seu papel nos órgãos de poder local, pela sua solidariedade com trabalhadores em luta e pelo seu esforço na defesa de interesses populares.

Mas também não se pode ter tudo.

Inexpropriável

● Aurélio Santos

À ler há dias no «Expresso» um decálogo de 10 mandamentos a impor ao PCP para atribuir validade a um congresso, veio-me à ideia que se estava perante a proposta fundadora de um novo partido. O próprio método proposto é mais de um congresso «refundador» do que «renovador». Começa por desorganizar e decapitar o Partido, revogando os Estatutos e destituindo das suas funções o CC. Propõe-se agora a formação de um outro comité, ad hoc, mas... «paritário». Paritário significará: em partes iguais?

O CC tem, inegavelmente, a legitimidade de ter sido eleito em congresso (com 58 votos contra e 63 abstenções em 1546 delegados). Mas outras partes «paritárias» – quem as legitima? E quantas poderão ser? Ou, quando se fala em «congresso sem exclusões», depois de excluir o CC, se excluem outras partes que eventualmente reivindicam «paridade»? Será um processo de parlamentarização do PCP o que se propõe?

O modelo parlamentar constitui um avanço democrático numa sociedade com classes de interesses inconciliáveis. Mas no PCP não há nem deve haver outros interesses de classe que os dos trabalhadores. E no PCP está-se por decisão própria (o que não acontece na sociedade). A discussão no PCP, com as várias opiniões que necessariamente se podem e devem expressar, faz-se para unir o colectivo partidário numa acção comum, para que a coincidência de interesses corresponda a coincidência de objectivos. Não para o dividir em fracções concorrentes e conflituais, cristalizadas à volta de interesses e projectos divergentes.

Esse é, precisamente, o valor original e próprio da metodologia de debate e organização que o PCP criou ao longo da sua história.

Ficou-me a ideia de que a «mudança» proposta no Decálogo não tem uma perspectiva de melhoria e reforço do partido, mas de ruptura. Ruptura com programa, estatutos, linha política, direcção, formas e métodos de organização. Sobre o quê? O património histórico, político, orgânico, material, do PCP. Será que nesse património se procura inserir o embrião de outro partido? Como ovo de cuco em ninho alheio?

Todas estas questões podem ser legitimamente discutidas. Estamos a fazê-lo no Partido. Não é preciso fazê-lo no «Expresso» (é tão fácil encontrar palcos e plateias para publicar opiniões que ponham em causa este PCP, tal como ele...).

Na vertigem declarativa e por vezes espasmódica de certas opiniões gostosamente divulgadas em caixa alta e «prime time» torna-se difícil distinguir entre espírito crítico e falta de lucidez, vontade de análise e imposição, aposta honesta e discurso apostadamente demagógico. Chama-se «ralhete» à crítica aos processos usados e «policia-mento do debate» à defesa da identidade e natureza do Partido. Mas não é precisamente essa identidade e natureza que se expropria aos militantes quando se começa por depreciar e desprezar a que por eles foi construída ao longo da história do Partido?

A natureza e identidade do PCP não são propriedade privada. Estão definidas e assumidas pelos seus militantes. São inexpropriáveis e não estão sujeitas a qualquer privatização.



Master Plan

● Carlos Gonçalves

«Masterplan» – o plano patrão (mestre) – é o «reality show» que o Dr. Balsemão encarregou de recuperar para a SIC o lugar de topo no mercado televisivo nacional. Em simultâneo e não só por coincidência, o governo PSD-CDS/PP concretiza um plano de domínio absoluto dos grandes interesses na televisão – o verdadeiro master plan.

Um plano que o PSD de Cavaco começou a concretizar há uma dúzia de anos, a que o PS de Guterres, hesitante mas conivente, garantiu a continuidade e que agora o cavaquismo sem Cavaco pretende consumir de supetão.

E, nesta fase, o ataque à RTP, apesar das mistificações da direita, já nem deixa dúvidas. Trata-se de privatizar os lucros e o bolo publicitário, de tornar a RTP residual e sem influência, talvez até de pôr o Estado a pagar o «serviço público» de notícias, concretizado (e dirigido), por exemplo, pela SIC Notícias, de entregar ao «mercado» o controlo total não só do quadro mediático mas do

consumismo, das referências sociais, culturais, políticas e ideológicas da massa dos cidadãos.

No fundo, uma golpada para colocar o poder económico já não apenas no comando do poder político, mas tendencialmente de toda a vida em sociedade. Algo estruturalmente até talvez mais importante para os interesses da direita e a direita dos interesses, que a pretendida alteração da lei eleitoral.

Por isso o Governo PSD-CDS/PP deixa cair o eufemismo do «estado de graça» e avança «a mata cavalos», sem escrúpulos nem disfarce, enquanto ainda subsistem certas hesitações de contra-resposta.

E quando Barroso fala do «interesse de Portugal», do que realmente está a falar é dos interesses de quem manda.

No grupo Portugal Telecom, da SIC

Notícias, TV Cabo e Sport TV – o Grupo Espírito Santo (GES), a sua holding de New York, «Fundos» dos EUA, e a Telefónica espanhola.

Na Impresa, da SIC, SIC Notícias, SIC Europa e SIC EUA – de novo o GES, o BPI de várias SGPS ibero-americanas, do Chase Manhattan e da Clearstream-Luxemburgo (envolvida em branqueamento de capitais), e a Globo-Brasil.

Na Media Capital, da TVI – a anónima holding VERTIX, a HMTF doutro Fundo americano, e a Hercules do grupo colombiano Santo Domingo.

Tudo conforme a concentração e centralização de capitais, de dimensão sem precedentes, em curso na comunicação social «global», e que assim se tenta consumir nesta periferia da UE. Tal qual preconizam os dogmas neoliberais do «Grupo Bilderberg», de que Balsemão é membro permanente, em que Artur Santos Silva do BPI participou em 99, ou Durão Barroso em 94, num momento alto da sua «ligação especial» ao GES e à Fundação Luso-Americana.

Tudo - claro - pelo «interesse de Portugal».



Frases

“O problema é que a famosa “contenção”, para ser aceitável, tem de ser coerente e não deve permitir excepções dúbias. Não há razão para que o cidadão comum respeite uma política em que a parte fraca é a única a torcer?”

(Alberto Gonçalves, Correio da Manhã, 26.95.02)

“Estamos perante o primeiro Governo desde o 25 de Abril que põe o pretensão equilíbrio das finanças públicas acima do interesse público e do bem-estar dos cidadãos?”

(Leonel Moura, A Capital, 26.05.02)

“Alguém terá de explicar ao Conselho de Ministros que não se pode mudar leis, nem despedir o juiz, só porque não se gosta da sentença. Alguém terá de fazer um desenho a mostrar ao PSD e ao PP que uma maioria parlamentar não equivale a uma ditadura?”

(Idem, ibidem)

“O país está mal? Pois, então, o PM que apareça a dizer que vai ficar bem, já, amanhã. Há crise? Isso resolve-se: terá de ser o discurso do PM. Chega de depressão, de desencanto, de pessimismo (...) Governem, por favor. De uma forma rápida, eficaz, empática – e ponderada?”

(Luís Delgado, Diário de Notícias, 26.05.02)

“Para conseguir disciplinar o país [a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite] tem que mostrar primeiro que é capaz de pôr o seu partido na ordem. E a dar o exemplo. Já agora, onde pára Durão Barroso no meio desta trapalhada? Braço-de-ferro na RTP, despedimentos na função pública, insubordinação dos autarcas: o primeiro-ministro não tem uma palavra a dizer sobre nada disto?”

(José António Lima, Expresso, 25.05.02)

“A política dos Tonis – Giddens, Blair e Guterres – debilitou seriamente a social-democracia europeia, incapaz de reformar e democratizar as instituições da União Europeia e de pôr em prática verdadeiras políticas de coesão social, durante estes anos de “poder cor-de-rosa” quase hegemónico que agora estão à beira do fim?”

(Alfredo Barroso, idem)

“O senhor Tony Blair chegou até a afirmar que “a política económica não é de direita nem de esquerda, é apenas boa ou má”, o que, aparentemente, serviu para legitimar o desmantelamento do Estado, a privatização ou a pauperização de serviços públicos essenciais (Educação, Saúde, Transportes, etc.), e a redução substancial das políticas públicas da redistribuição das riquezas. Tudo isto sob o olhar benevolente e cúmplice dos representantes do poder económico e financeiro, a bater palmas de pé e a reclamar: bis!”

(Idem, ibidem)

“Não enfrentar os problemas pode levar a que, no limite, a Europa seja completamente anticompetitiva no mercado global. Mas fazer isso à custa de uma estratégia “bulldozer” em apenas dois anos, (...) incapaz de absorver o desemprego gerado pelas reestruturações, não é solução. A poderosa subida da extrema-direita por toda a Europa mostra que o tempo traz consigo pesadas consequências?”

(Daniel Deusdado, Público, 25.05.02)

“Já sabemos que existe um problema de finanças públicas. Não podemos é deixar que os funcionários públicos sejam o cavalo de Tróia desta guerra?”

(João Vieira Pereira, Semanário Económico, 24.05.02)

“Estamos perante um Governo de agitadores de direita?”

(Medeiros Ferreira, Semanário, 25.05.02)

Segundo Paulo Trindade, da Federação dos Sindicatos da Função Pública, são mais de 50 mil os trabalhadores que poderão vir a ser despedidos neste ataque aos trabalhadores do sector e às funções sociais do Estado.



● Gustavo Carneiro
texto

● Jorge Caria
fotos

Medidas do Governo para a Função Pública terão resposta dos trabalhadores já no próximo dia 7

Sair para a rua em defesa do emprego

Como é que os sindicatos vêm as medidas do Governo para a administração pública?

Nós consideramos que o Governo fez uma autêntica declaração de guerra ao direito ao emprego na administração pública, tendo aproveitado o Orçamento Rectificativo para, de uma forma de duvidosa constitucionalidade, repor o famigerado quadro de disponíveis. Ao contrário do que o Governo tentou fazer passar para a opinião pública, esta medida não abrange apenas aqueles trabalhadores de organismos que vão ser extintos, fundidos ou reestruturados, mas poderá afectar qualquer funcionário público deste país.

Mesmo os que têm vínculo?

Esta medida de que estamos a falar, e que eufemisticamente o Governo chama de

supranumerários, prevê a possibilidade de mandar trabalhadores para casa com redução ou supressão de vencimento. Isto abrange todo e qualquer funcionário do quadro da função pública.

Este pedido de autorização legislativa aponta para medidas que vão desde a redução do vencimento do funcionário considerado disponível até à colocação da figura da licença de longa duração sem vencimento, o que não é mais do que um despedimento.

E a questão dos despedimentos dos trabalhadores com vínculos precários?

Essa decisão decorre de uma resolução do Conselho de Ministros – sem qualquer consulta aos sindicatos –, na qual se decidiu que todas as pessoas que estão contratadas a termo certo na Administração Pública não terão – a expressão é do Governo – os seus

contratos renovados. Isto quer dizer que serão despedidas. Para além destas, que estão a contrato a termo certo, há também, segundo declarações públicas do ministro do Trabalho e da Solidariedade, a intenção de despedir todos os trabalhadores que estão na situação de contrato individual de trabalho.

De quantos trabalhadores estamos a falar?

Segundo dados oficiais, só contratados a termo certo eram 47 mil trabalhadores em 1999. Nós contabilizamos que poderá haver um despedimento – e se errarmos é por defeito – de 50 mil pessoas.

Mas esta situação já tem a oposição de dirigentes de serviços, que alegam que estas medidas inviabilizariam o funcionamento normal dos mais variados serviços, desde esco-

las, onde por vezes a quase totalidade do pessoal não docente está em situação precária, a serviços de saúde. No Ministério da Saúde estão contabilizados cerca de 30 mil trabalhadores contratados a termo certo. Portanto, ao serem despedidos, há unidades que deixam de poder funcionar.

As medidas abrangem todos os trabalhadores da Função Pública

Nessas duas áreas, fundamentalmente...

Mas não só. Também alguns projectos de investigação em laboratórios do Estado, que são assegurados por jovens investigadores em situação precária, ficarão inviabilizados. Na área da Cultura passaram o mesmo, tal como na Justiça ou nos ministérios do Ambiente e da Agricultura.

Noutra área muito sensível, a da administração fiscal, o Governo admitiu para estágio, e está a dar formação, a 450

novos quadros que iriam reforçar a fiscalização tributária. Mas agora dizem que não há mais concursos para admissão na função pública, desperdiçando-se os conhecimentos técnicos de 450 pessoas, tão necessárias ao normal funcionamento da Direcção-Geral dos Impostos.

Pensas que há condições para lutar contra estas medidas?

Mais do que condições, pode-se dizer que a luta está já a desenvolver-se e com um grande empenhamento dos trabalhadores. Assim que foram conhecidas as medidas, começaram a surgir, nos organismos já directamente ameaçados, abaixo-assinados espontâneos e outras acções. Também há responsáveis de serviços que tomaram, por sua vez, posições públicas a dizer que se está perante medidas cegas que, a serem aplicadas,

inviabilizam o funcionamento dos serviços, manifestações de rua de trabalhadores ligados ao Ministério da Cultura e em serviços de saúde. Portanto, a luta está-se já a desenvolver ao nível dos locais de trabalho.

E para dia 7?

No dia 7 de Junho, o que se perspectiva é uma grande manifestação em Lisboa dos mais variados sectores da Administração Pública. Mas não estamos a trabalhar só para o dia 7, pois há aqui duas vertentes: a ofensiva contra os trabalhadores e a ofensiva contra as funções sociais do Estado. E isto diz respeito aos trabalhadores do sector público e do privado. Portanto, estamos já a trabalhar para que no dia 20 de Junho a jornada nacional da CGTP tenha uma participação dos trabalhadores deste sector que não fique abaixo da grande participação que vai ter no dia 7.

«As experiências de gestão privada são desastrosas»

Quando o Governo toma medidas que vão, inclusivamente, impedir a prestação de diversos serviços, quais podem ser as suas intenções?

Quando se tomam medidas cegas – é disto que se trata – que, a serem levadas às últimas consequências, levam a uma onda de despedimentos e à inoperacionalidade de inúmeros serviços, digamos que o objectivo a curto prazo será, é a leitura que fazemos, a redução da despesa. Mas os serviços têm que ser prestados. E aí, o que se perspectiva é que sejam entregues a empresas privadas. Mas sai mais caro, para os utentes, que pagam taxas mais elevadas pelos serviços e mais impostos, e para o Estado, que faz contratos de prestação de serviços com empresas privadas que se vão substituir aos serviços do Estado. É um autêntico negócio.

Aliás, se virmos qual foi o percurso profissional de alguns membros do Governo, vemos que o actual ministro da Saúde

tem ligações ao grupo Mello, que já está a explorar o Hospital Amadora-Sintra.

E que análise fazes aos serviços prestados por esses grupos?

Os indicadores que temos deste tipo de gestão privativa apontam para uma pior prestação de serviço do que os que têm gestão pública, e isto não é tido em conta. As reclamações neste tipo de hospitais são o triplo. Nós não estamos a dizer que o sistema nacional de saúde, público, é bom. Sabemos que há muito para melhorar. Mas as experiências de gestão privada são desastrosas. Nas urgências do Amadora-Sintra, chega-se a estar à espera onze horas.

No que respeita à Segurança Social – e veja-se que o ministro do Trabalho e da Solidariedade esteve ligado a grandes seguradoras – aposta-se no plafonamento, que significa a redução de receitas e, por outro lado, a forma de financiamento e capitalização da Segurança Social, tudo indicando que para entregar às grandes seguradoras.



Paulo Trindade,
dirigente sindical
da Função Pública, ao Avante!

«Há falta de funcionários»

Fala-se, por um lado, do excesso de trabalhadores da Função Pública mas, por outro, encontramos diariamente serviços onde há carência. Qual é, afinal, a situação?

Há falta de funcionários. Sem dúvida. Nas mais variadas áreas. A maioria dos ministérios teve uma grande diminuição de funcionários nos últimos vinte anos. Houve três áreas em que houve crescimento de funcionários, mas mesmo assim ficando aquém do necessário: educação, saúde e forças de segurança. Se compararmos o universo de cobertura que existe em termo de serviços públicos, do 25 de Abril até hoje, com o número de funcionários, verificamos que o aumento de cobertura em rede escolar, em rede de saúde pública e de segurança social, é muitíssimo superior, em termos proporcionais, ao aumento do número de efectivos.

Podes ser mais preciso?

Sim. Há números de facto interessantes. Em 1973, só 145 mil portugueses tinham pensões de velhice. Em 1993, este número já tinha subido para um milhão e meio. Há aqui um salto gigantesco, que não foi acompanhado nem do reforço de meios humanos nem técnicos, nem tão-pouco de formação profissional para os meios existentes. Por exemplo, tínhamos um ensino superior público em 1972 com 46 mil alunos. Em 1995, existiam 196 mil alunos no sistema público. Houve, e bem, uma expansão no acesso ao ensino superior público. E isto não foi acompanhado da dotação de meios humanos e de equipamento. Ninguém é capaz de negar que faltam 22 mil enfermeiros no nosso país e que já estamos a ter que recorrer a enfermeiros de Espanha. Não há, portanto, funcionários públicos a mais. Aliás, o último recenseamento mostra que Portugal está cerca de um por cento abaixo da média europeia em termos de

peças empregues na Administração Pública.

A imagem que se propaga do funcionário público não lhe é muito favorável: segundo se diz, ganham muito e fazem pouco. E são os primeiros alvos a abater...

Os sucessivos governos têm tido uma política deliberada de desmantelamento dos serviços públicos e das funções sociais do Estado. É evidente que depois quem dá a cara perante o utente é o trabalhador. Em serviços de menor qualidade, a tentação imediata é reagir perante quem nos atente. E muitas vezes esses trabalhadores são precários. Há também casos em que, nos serviços em que deveriam estar dez trabalhadores, estão apenas dois ou três. E daí os atrasos. Mas coloca-se a questão: será que há meios técnicos e humanos em número suficiente para a resposta que era necessária a tempo e horas? Não há e ao não haver é claro que as pessoas não ficam satisfeitas. Mas a culpa não é do trabalhador, mas de quem conduz as políticas que visam precisamente destruir os serviços públicos e as funções sociais do Estado.

E quanto a ganharem de mais?

Pelos dados de que dispomos, de um universo total de 708 mil trabalhadores existentes – e se abatermos a isto professores, médicos, enfermeiros, investigadores criminais, magistrados, diplomatas, forças armadas e forças de segurança – ficamos com um universo reduzido a pouco mais de 300 mil trabalhadores, dos quais 145 mil têm um salário abaixo dos 110 contos. E outros 208 mil têm um salário entre 110 e 170 contos. Portanto, não são os trabalhadores da função pública que têm sido os sanguessugas do orçamento de Estado, mas sim os detentores do poder económico, nomeadamente da banca, que pagam menos de impostos do que os trabalhadores.

Ataque do patronato aos horários, subsídios e férias encontrou resistência nos trabalhadores

Metalúrgicos em luta

Para travar as intenções do patronato, que pretende retirar direitos consagrados, os trabalhadores realizaram, no dia 23, greves em diversas empresas, muitas das quais estiveram paradas.

paralisações dos trabalhadores.

Fábrica da morte

A Fequimetal denunciou a morte de «mais um jovem de 22 anos num brutal acidente de trabalho» na fábrica da Maia da Siderurgia Nacional – Empresa de Produtos Longos, no passado dia 24. Segundo a federação sindical do sector metalúrgico, o acidente foi provocado pelos «intensos ritmos de trabalho impostos pela ganância do lucro fácil», considerando inadmissível que a administração espanhola «continue impune perante a gravidade e intensidade dos acidentes registados».

Face a esta situação, a Fequimetal reclama dos organismos oficiais, nomeadamente da Inspeção-Geral do Trabalho, que sejam tomadas medidas para que se criem as condições necessárias para o «desenvolvimento do trabalho em segurança» e para o fim da repressão e coacção sobre os trabalhadores.

Situações destas são frequentes nesta fábrica, na qual dois trabalhadores perderam a vida só durante o mês de Março e um outro ficou gravemente ferido. No mês de Abril, um outro acidente provocou ferimentos graves a um trabalhador, que se encontra ainda em estado de convalescença.

Os trabalhadores dos sectores da metalurgia e do automóvel dos distritos de

Lisboa e Setúbal estão em luta pela assinatura dos acordos dos respectivos contratos colectivos de trabalho. Segundo a Fequimetal – federação sindical do sector –, os acordos estão a ser inviabilizados pelos patrões.

A Fequimetal/CGTP acusa o patronato de pôr em causa os horários diários e semanais de trabalho, por via da anualização, de tentar reduzir ou anular direitos relativos a férias, subsídio de Natal e faltas por assistência à família e de pretender substituir as profissões qualificadas por «descaracterizadas profissões pau-para-toda-a-obra».

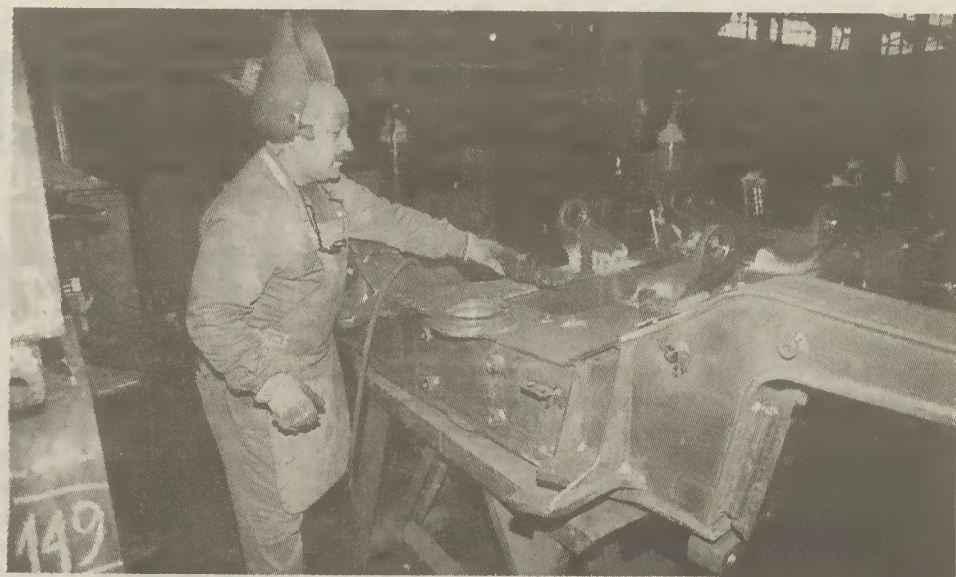
Estas intenções do patronato haviam já sido abandonadas no sector automóvel, tendo sido mais tarde recuperadas «a coberto dos resultados eleitorais», acusa a federação que considera a situação no sector da metalurgia incompreensível, pois apesar de resolvido no Porto, o conflito per-

siste em Lisboa dada a recusa da associação patronal que tem sede na capital.

Face a isto, os trabalhadores dos dois sectores estiveram em luta no passado dia 23, com acções de rua junto das sedes das associações patronais

e com greves nas empresas, com adesões que foram dos 20 aos 100 por cento. Algumas fábricas estiveram com a produção parada graças às

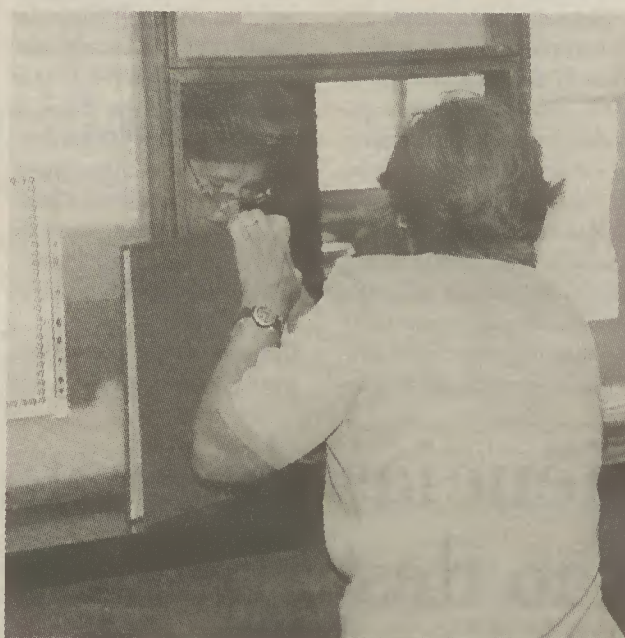
Na fábrica da Maia já morreram quatro trabalhadores este ano



Em muitas empresas dos sectores metalúrgicos e do automóvel, as greves pararam por completo o trabalho

Contra os trabalhadores da Função Pública

Ataque já começou



O Governo passou aos actos, com os primeiros despedimentos a serem anunciados, com prejuízo dos serviços

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores denunciou, no final da passada semana, o início dos ataques contra o emprego na Administração Pública, com o anúncio do despedimento de vinte e seis trabalhadores, contratados a termo, colocados no Centro Distrital de Setúbal do Instituto Solidariedade e Segurança Social, um serviço do Ministério do Trabalho.

Os trabalhadores foram informados que em 3 de Junho serão despedidos o que, na opinião do sindicato, «acarreta graves prejuízos e consequências para os serviços, pondo em causa, entre outros, o novo sistema de registo de salários e desemprego, ou seja,

fica posta em causa a atribuição de prestações ao cidadão devido aos atrasos que se vão verificar em consequência da falta de trabalhadores nesses serviços».

O sindicato considera ainda que foram criadas expectativas de integração em regime de contrato individual de trabalho a estes trabalhadores, expectativas essas abandonadas «com o objectivo único da contenção», esquecendo a vida dos trabalhadores e a real necessidade dos serviços. Relativamente a esta última questão, o sindicato lembra estes 26 funcionários «desempenham funções permanentes e fundamentais ao funcionamento dos serviços».

Protesto sobe de tom na Carris

«O Conselho de Administração da Carris, ao recusar a continuação das negociações directas, transferiu para as mãos do Governo a responsabilidade de contribuir para a resolução do conflito existente na empresa», afirmou a FSTRU, em nota de informação à imprensa, do passado dia 24.

Face a isto, os trabalhadores decidiram continuar a sua luta até que «as suas reivindicações sejam satisfeitas», optando por manter as greves previstas para dia 27 de Maio e 4 de Junho.

Na reunião com representantes do secretário de Estado dos Transportes, ocorrida no dia 21 de Maio, os traba-

lhadores transmitiram a sua convicção que estava nas mãos desse governante a contribuição positiva para a obtenção de soluções tendentes à resolução do conflito, tanto mais que se frustraram quaisquer hipóteses de entendimento entre administração e sindicatos devido ao facto dos representantes da

empresa terem assumido «não possuir orientações da tutela que lhes permitam evoluir na sua última posição».

Caso não vejam as suas reivindicações satisfeitas, os trabalhadores avançarão para novas greves e, durante a greve do próximo dia 4, concentram-se junto à Secretaria de Estado dos Transportes.



Carlos Carvalhas denuncia, em Alpiarça, a «verdadeira face» do Governo

Governo deixa cair a máscara

«O momento político e a luta do PCP» foi o tema a que se subordinou a sessão pública promovida, na sexta-feira, em Alpiarça, pela Direcção da Organização Regional de Santarém. Foram mais de 300 as pessoas que, provenientes de vários pontos do distrito, ouviram atentamente a intervenção de Carlos Carvalhas (de que se transcrevem extractos).

No decurso da sessão, a que presidiu Noémia Figueiredo, intervieram ainda José Augusto Dias, membro do Secretariado e do Executivo da DORSA, e Filipe Neto, da Direcção Nacional da JCP.

Antes, porém, actuou um grupo de jovens músicos pertencentes à banda da Sociedade Filarmónica Alpiarçense 1.º de Dezembro.

Reconhecendo que os resultados dos dois últimos actos eleitorais no distrito não foram favoráveis ao Partido, José Augusto Dias diz que já foram realizadas dezenas de reuniões, com a participação de centenas de camaradas, para discutir e analisar o trabalho realizado e a nova realidade, com vista à tomada de medidas para o reforço da intervenção dos comunistas.

«Chegar mais longe» é o objectivo da organização do PCP em Santarém que, entretanto, viu, no último ano, reforçados os seus efectivos em mais 80 militantes, um terço dos quais com menos de 30 anos.

Aliás, como disse, a seguir, Filipe Neto, são «muitas e exigentes» as batalhas que se colocam ao povo português. Elas vão, contudo, encontrar nos jovens alguns dos «seus grandes opositores».

Referindo algumas das principais lutas dos jovens no distrito, Filipe Neto considerou o 6.º Encontro Regional da JCP, realizado no sábado, como um momento único para definir estratégias e orientações para a acção futura, encontrar as melhores formas de intervenção e reforçar a JCP.

Após a intervenção de Carlos Carvalhas, houve um beberete com vinho abafado de Alpiarça, as broas de mel e os tradicionais «velhoses».

Quem paga são os trabalhadores

Para aqueles que desejavam uma mudança para melhor e que se deixaram iludir com as promessas do PSD este primeiro mês de Governo, mostra claramente a quem serve a sua política.

Num mês o Governo de direita deixou cair a máscara e mostrou a sua verdadeira face. Na campanha eleitoral prometeu baixar os impostos, prometeu aumentar as pensões e as reformas, disse que não ia haver despedimentos na Função Pública. Agora, aumentou o IVA em dois pon-

tos percentuais, que se vai repercutir no aumento de preços e no poder de compra dos salários, «esqueceu-se» das pensões e quer correr com milhares de trabalhadores da Função Pública. Confrontado com a proposta do

PCP, de aumento intercalar dos salários dos trabalhadores da Função Pública e em particular perante a proposta do aumento intercalar das reformas e das pensões, o PSD e o CDS/PP votaram liminarmente contra, mandando às urtigas as suas promessas. Os velhinhos, como se referia Paulo Portas, deixaram de interessar. As eleições estão longe.

Mas o Governo mostrou também a sua verdadeira face quando anunciou uma nova lei de bases da Segurança Social que visa a privatização do sistema, e a entrega às grandes seguradoras parte do dinheiro que é descontado pelos trabalhadores e pelas empresas, numa negociata de milhões, pondo em causa a sustentabilidade futura das reformas.

Mostrou-a ainda, com o anúncio da desregulamentação dos horários de trabalho e com a sua intenção, já anunciada, de liquidar direitos designadamente, para as novas gerações de trabalhadores.

Mostrou-a também, com a eliminação do crédito bonificado para a habitação atingindo as camadas de menores recursos e nomeadamente, a juventude, criando mais dificuldades para a perspectivação do seu futuro.

Mostrou-a, em relação aos trabalhadores da Administração Pública. São milhares os trabalhadores que estão ameaçados de despedimento.

São os que estão com contrato individual de trabalho e têm o azar de estar nos Organismos sujeitos a reorganização. E dizemos azar porque a extinção e fusão de institutos e serviços não teve qualquer critério. E mesmo os trabalhadores que têm um vínculo de emprego público poderão ir para casa sem vencimento ou com vencimento reduzido. São milhares em toda a Administração Pública que estão sujeitos a contrato de trabalho a termo, muitos dos quais a preencher funções permanentes, que tiveram cursos de formação e que criaram legítimas expectativas de ingressar nos quadros da Função Pública. Tudo isto sem negociação, sem diálogo com os trabalhadores e as

suas organizações, de uma forma fria e mecânica como se os trabalhadores fossem números a abater.

Um escândalo

Os governos de Cavaco Silva e do PS submeteram o país ao Pacto de Estabilidade da União Europeia, levaram a cabo uma política de concentração de riqueza, privilegiaram as actividades especulativas e parasitárias e debilitaram o aparelho produtivo nacional e agora querem passar a factura aos mesmos de sempre com total indiferença perante os dramas humanos.

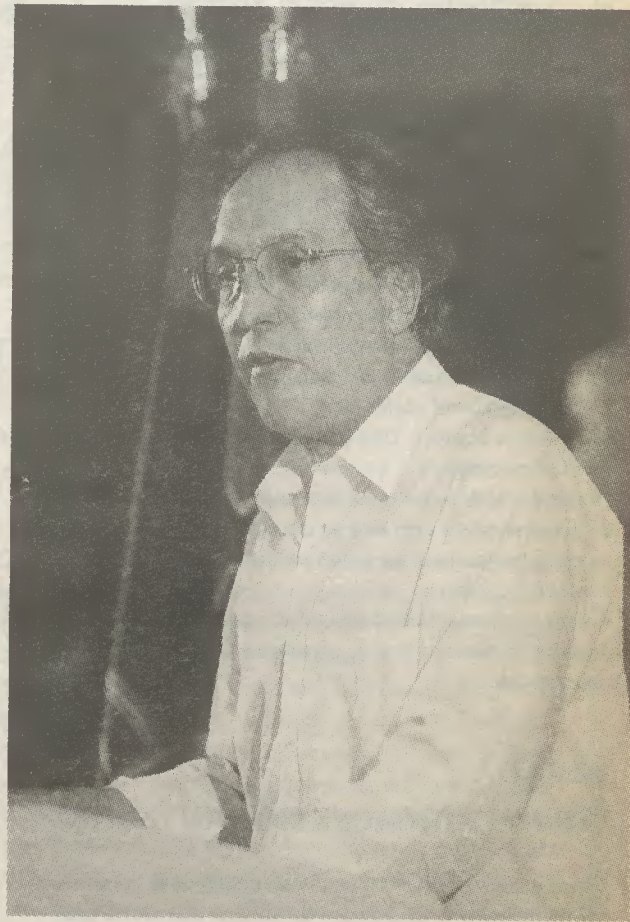
A reestruturação dos serviços da Função Pública está a ser feita sem critério, como reconheceu a ministra das Finanças, no debate do Orçamento rectificativo, mas quem paga as favas são os trabalhadores.

«Os mais frágeis é que vão pagar a crise», disse com toda a clareza a ministra Manuela Ferreira Leite, a

ministra do Governo de direita que aperta o cinto aos trabalhadores, mas que permite que a banca continue a pagar uma taxa efectiva de IRC de pouco mais de 12% e que deixa que o sistema financeiro que opera na zona franca da Madeira não pague impostos em relação a 20% dos rendimentos da sua actividade. Isto é um escândalo! É a política do funil.

Por isso, decidimos chamar a dita ministra à Comissão de Economia bem como a realização de um debate de urgência na Assembleia da República sobre o assunto, e creio que vós estareis de acordo com este nosso procedimento.

Daqui, queremos também manifestar a nossa solidariedade com todos os trabalhadores da Administração Pública, afirmar o nosso combate a esta política cega e injusta, nas instituições e na nossa intervenção e acção política e queremos apelar a todos para que participem na acção de luta da Função



Pública, do dia 7 de Junho, e CGTP-IN, convocada para o dia 20 do mesmo mês.

Travar deslocalizações

Uma outra ofensiva do Governo para pagar os favores eleitorais é a que se dirige contra o serviço público de rádio e televisão. Falam do buraco financeiro da RTP, de certas contratações e ordenados feitos precisamente pelo PSD e pelo PS, para que a opinião pública seja favorável à sua liquidação. Não dizem é que o PSD é o primeiro responsável pela situação da RTP, quando em 1990 decidiu retirar-lhe a propriedade e a gestão da infraestrutura técnica de transporte e difusão do sinal televisivo vendendo-a a pataco, para viabilizar a existência de televisões privadas à custa de vultuosos investimentos públicos.

Ao alienarem sem contrapartidas bens e recursos da RTP, o PSD assinalou logo aí a sentença de morte da RTP a prazo, como na altura o PCP denunciou publicamente. Por sua vez, o PS em vez de reverter a situação manteve uma política irresponsável.

Utilizou-se em relação à RTP a tática repetidamente usada contra outras empresas outrora públicas: primeiro degrada-se, arruina-se, desprestigia-se, afunda-se e depois, cinicamente, vem dizer-se que, face à situação alegadamente insustentável a que se chegou, não há outro remédio senão privatizar ou liquidar.

Ao quererem reduzir a RTP a só um canal, para entregar 12 milhões de contos de publicidade às privadas, o Governo quer enterrar de vez o serviço público.

O PCP pronuncia-se claramente pela manutenção dos dois canais de serviço público, por uma reestruturação da RTP, e pela moralização de

contratos, por uma rigorosa imputação de custos por canal e serviços prestados, por uma justa definição das indemnizações compensatórias e o seu atempado pagamento pelo Estado, por uma política de valorização dos profissionais da RTP e de racional aproveitamento das capacidades e património da empresa.

(...)

No actual quadro político é também chocante a postura de Pilatos do Governo, face ao encerramento e à deslocalização de empresas, como é o caso da ERES em Castelo Branco, ou da Vestus e da Lear, no distrito de Setúbal.

A Lear – que está sediada em Palmela, e tem um total de 643 trabalhadores, que produzem capas para bancos de automóveis para a fábrica da Autoeuropa, bem como para outras marcas – já fez saber que pretende reduzir os trabalhadores para cerca de 400, dado que tem em vista a deslocalização de parte da produção para a Polónia.

É de recordar o compromisso assumido com o Estado português, no sentido da criação por parte da empresa de mais de quatro mil postos de trabalho efectivos até ao fim deste ano. Apesar do compromisso, a Lear Corporation nunca teve mais de dois mil e cem traba-

lhadores, dos quais 90 por cento precários e com salários dos mais baixos do sector no distrito. Perante o alastramento deste fenómeno e da lista de casos no nosso país envolvendo empresas de sectores tão diversos como as indústrias eléctricas, automóvel, têxtil, calçado e alimentar, o Grupo Parlamentar do PCP propôs uma importante Resolução na anterior legislatura que, em traços gerais, visava a adopção de regras para disciplinar e tornar mais transparente o Investimento Directo Estrangeiro e no sentido de travar processos de deslocalização. Tal Resolução foi na altura aprovada também com os votos do PSD e do PP.

Um espaço de debate

Estamos numa importante fase de preparação da Conferência Nacional, para que o PCP possa ultrapassar dificuldades e reforçar a sua intervenção e influência, onde muitos militantes procuram com a sua opinião, com as suas propostas, com os seus questionamentos dar o seu contributo para a superação de dificuldades e definir caminhos. Os problemas que temos são muitos. Mas há também vontade e capacidade para os superar. A Conferência Nacional e a sua preparação é um grande espaço de debate e reflexão. Debate e reflexão, que ultrapassa em muito o organismo ou a organização em que se encontra tal ou tal militante.

As páginas do Avante, os plenários de militantes, abrangendo por vezes vários concelhos e distritos, dão a conhecer as opiniões diferenciadas, as propostas e os

caminhos que têm vindo a ser apontados. E é através do debate democrático no Partido e da decisão colectiva que se procura e se deve procurar sempre superar as diferenças de opinião e as divergências, colocando-as no terreno estritamente ideológico. Ao mesmo tempo que prepara a Conferência, o PCP tem estado no terreno com a sua iniciativa política, com a sua intervenção, com a sua resposta e com a sua voz fazendo frente à política de direita.

Creio que é cada vez mais claro, para muitos milhares de militantes quem é que quer debater no Partido os seus problemas; quem é que tem feito um grande esforço para que o debate seja sereno e com respeito mútuo; quem é que com toda a paciência tem feito sucessivos apelos ao respeito pelas regras e princípios, a que todos voluntariamente demos o nosso assentimento.

(...)

Permitam-me também que daqui, de Alpiarça, saude a luta do povo palestino pelo seu direito à paz e ao seu Estado independente, contra as intoleráveis agressões do criminoso governo de Sharon e que também saude o povo de Timor e a Fretilin, que na segunda-feira passada celebraram a sua independência. É uma vitória da heróica luta do povo, que teve na Fretilin a força política que dirigiu a luta de libertação nacional e que agora foi formalmente reconhecida institucionalmente.

O Partido Comunista Português, que desde a sua fundação assumiu uma atitude clara no debate nacional da «questão colonial» e que se manteve coerente e solidário em relação à causa de Timor, sentiu como sua esta vitória da Fretilin e do povo timorense.

(...)

SUIÇA Emigrantes comunistas em festa

A organização do PCP na Suíça levou a efeito, há poucos dias, em Zurique, a festa que todos os anos, nesta altura, costuma promover.

Desta feita, a festa – acontecimento já aguardado com expectativa pela emigração naquele país – contou com a presença da deputada do PCP à Assembleia da República Odete Santos, cuja presença foi aproveitada para a realização de outras iniciativas.

Assim, foram estabelecidos contactos com Associações de Portugueses emigrantes na região de Zurique, a quem foram transmitidas as preocupações do PCP relativamente aos ataques à RTP, nomeadamente à RTP internacional. Focada foi, ainda, a situação degradante a que se deixou chegar o ensino do Português no estrangeiro e a falta de apoio aos emigrantes por parte do Consulado Português. No decurso da festa, cuja animação cultural esteve a cargo de um grupo coral alentejano, para além de Odete Santos, intervieram Manuel Alho e Manuel Beja, da organização do PCP na Suíça.

Durante o almoço foi aprovada uma saudação ao Povo de Timor-Leste e uma moção em defesa da RTP e contra as medidas anunciadas pelo Governo relativamente à televisão pública.

Foram ainda recolhidas assinaturas para uma petição dirigida às autoridades helvéticas, em defesa dos direitos dos emigrantes.

ALMADA Novas ameaças no horizonte

Os militantes do PCP do concelho de Almada, reunidos em plenário, aprovaram uma Resolução que alerta para as medidas tomadas e anunciadas pelo actual Governo, «altamente penalizadoras» da população, dos trabalhadores e da própria democracia.

Com «um longo historial de ataques» perpetrados por vários governos de direita, a população e os trabalhadores de Almada «antevêm» mesmo, «pelas declarações e posturas» dos actuais governantes, novas ofensivas, designadamente contra o Arsenal do Alfeite, onde, na continuidade do processo iniciado pelo PS, poderão ocorrer «novos episódios, com despedimentos e rescisões de contratos».

Aliás, os trabalhadores da TST e da Transtejo estão já, por sua vez, a ser alvo, «com o apoio do Governo», de uma gestão «economicista» que se traduz em ataques a direitos e salários.

Os comunistas de Almada garantem, porém, que qualquer ataque direitos de quem trabalha irá contar, desde logo, com «a frontal oposição do PCP».

PORTO Insegurança em Leça?

Face à redução dos meios afectos à segurança das instalações da Petrogal, em Leça da Palmeira, e tendo em conta a relevância desta questão na segurança de pessoas e bens, assim como do meio ambiente das suas zonas envolventes, os deputados comunistas Honório Novo e Jerónimo de Sousa apresentaram um requerimento ao Governo.

Estes deputados querem saber se o Governo tem conhecimento da intenção da Petrogal de «reestruturar os meios e os equipamentos afectos» às instalações de segurança daquela empresa e, em caso afirmativo, como está o Governo, e os seus departamentos de Protecção Civil e de Ambiente, a acompanhar o processo.

No caso de o Governo não ter conhecimento do assunto, o PCP quer saber como pretender ele «agir para continuar a garantir a segurança das populações».

AÇORES A segurança na Roberto Ivens

A Delegação da Protecção Civil de Ponta Delgada divulgou, em Março, um Relatório no qual faz algumas recomendações de execução imediata a ter em conta na Escola Roberto Ivens, em caso de incêndio ou sismo, questões, aliás, que preocupam sobremaneira pais e alunos, levando, inclusive, a Associação de Pais a pedir ao Laboratório Regional de Engenharia Civil uma inspecção técnica às instalações da Escola para avaliação das suas condições de segurança. Entretanto, por se tratar de um edifício público, esta peritagem seria grátis se pedida pela Secretaria Regional da Educação.

Tendo em conta a importância do assunto, o deputado do PCP, José Decq Mota, dirigiu um requerimento ao Governo Regional, no sentido de saber se, face ao referido relatório, a Secretaria Regional da Educação já havia aquela peritagem e, em caso afirmativo, quando foi ou será feita a referida peritagem?

Agricultores de Setúbal exigem medidas concretas de incentivo à produção

Competir em igualdade

Na Península de Setúbal, a ausência de medidas de apoio à produção agro-pecuária e ao escoamento dos produtos e a falta de linhas de crédito a prazo e juros adequados levam a que a pequena e média agricultura se vá «endividando e desaparecendo».

A denúncia cabe à Comissão de Agricultura da Direcção Regional de Setúbal do PCP

que, em conferência de imprensa, lembrou, ainda, as limitadas quotas impostas para o tomate e o leite e a inferioridade dos apoios, relativamente aos restantes países da UE, no que respeita à produção agro-ambiental, e manifestou

com vista à sobrevivência e fixação na região das pessoas ligadas à actividade agrícola.

Medidas do Governo acentuam destruição do sector produtivo

De facto, o Ministério da Agricultura fala na necessidade «de produzir mais e melhor» mas, como safda, aponta apenas a aceitação da competitividade imposta pela Organização Mundial do Comércio, que «acentua a ruína económica da nossa agricultura familiar, a dependência alimentar do exterior e o agravamento dos preços ao consumidor».

Para competir, é preciso estar «em igualdade de circunstâncias», dizem os comunistas, e como isto não se verifica, é urgente que o Governo tome as medidas adequadas para colocar as explorações familiares em situação de competitividade.

Mais penalizados

A DORS, por sua vez, analisou as recentes medidas do Governo, cujos efeitos penalizadores se fazem sentir de forma particular na região de Setúbal, pois não aprofunda a degradação dos serviços públicos e cereceia a capacidade de realização das autarquias, como prossegue a destruição do sector produtivo e ameaça cerca de 2000 postos de trabalho nas empresas Vestus, Melka, Fristads, Plasquisa,

Lear, Arsenal do Alfeite, Soflusa e Silipor.

Setúbal é um distrito com cerca de 32 500 desempregados e uma taxa de desemprego que, em Março, atingiu os 10,10%, lembra a DORS, apelando os seus militantes a uma forte acção de esclarecimento e combate a estas medidas.

A preparação da Conferência Nacional do PCP mereceu também a apreciação da DORS, que reafirma a coesão do Partido como «um elemento fundamental», sem o qual «toda a sua força e intervenção é afectada», e condena todos os que «de forma deliberada persistem em participar em acções e iniciativas concertadas de definição de posicionamentos políticos próprios, à margem das orientações e dos métodos de funcionamento do Partido».

Porto

Obras inadiáveis

O distrito do Porto também não escapa aos efeitos negativos da acção do novo Governo, nomeadamente no que respeita a acessibilidades e vias estruturantes essenciais que, de acordo com declarações recentes de membros do Governo, continuam demoradas.

A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, numa apreciação à situação do distrito, considera que a construção dos acessos e as intervenções relativas aos estádios de futebol integrados no Euro 2004 «não podem ser razão para que outras obras essenciais, há muito previstas, fiquem esquecidas».

Aliás, os comunistas, referindo as declarações do Primeiro-Ministro, em Entre-os-Rios, de que, para combater assimetrias, o interior do distrito não seria atingido pela política de contenção de despesas, lembram «obras inadiáveis» como a construção do IC25, a dotação de meios humanos e materiais ao Hospital do Vale do Sousa, a atribuição de especialistas de cirurgia e ortopedia ao Hospital de Amarante, a reabertura dos postos de atendimento da EDP nos concelhos de Baião e Felgueiras e o apoio efectivo aos

Planos de Desenvolvimento Integrado do Vale do Sousa e Baixo Tâmega.

Os índices de precarização, a taxa de desemprego e a «praga» dos salários em atraso estão a aumentar na região, ao mesmo tempo que se registam despedimentos massivos em vários sectores económicos e empresas, como na fábrica de calçado Schuh-Union, na Maia, cujos 460 trabalhadores foram vítimas de mais um processo de deslocação apenas para maximiza-

ção dos lucros do patronato. O PCP denuncia, ainda, os ataques do Governo à RTP e à RDP e as ameaças feitas aos trabalhadores da Função Pública que se encontram em regime de contratos individual de trabalho, a termo certo ou administrativo de provimento.

A irem para a frente tais projectos, diz o PCP, «não seriam apenas milhares de trabalhadores e famílias que ficariam sem meios essenciais de sobrevivência e sem estabilidade e segu-

rança, mas o funcionamento de hospitais, centros de saúde, escolas e outros serviços públicos que seriam afectados e perderiam qualidade».

Depois de manifestar solidariedade aos trabalhadores em luta e repulsa pela «insensibilidade» do ministro Bagão Félix face à angústia das mulheres vítimas de aborto clandestino, a DORS regista com satisfação a ampla participação dos militantes em torno da preparação da Conferência Nacional.

Alpiarça

Atentado à liberdade

«Ao arrepio das tradições democráticas do concelho», a Câmara Municipal de Alpiarça mandou retirar, há dias, três painéis de propaganda do PCP, e no último sábado, um *outdoor*, também deste Partido, localizado na rotunda junto aos «Patudos».

Para melhor se compreender o «significado político» desta atitude da Câmara, a Comissão Concelhia de Alpiarça do PCP refere o facto dessa propaganda ser de solidariedade com o

povo palestino e de protesto pelo aumento do IVA. Trata-se de uma atitude «prepotente» e «intolerante» da parte da maioria PS que governa a Câmara, com a qual os democratas do

concelho não concordam, diz convicta a Concelhia do PCP, apelando à defesa da liberdade em Alpiarça e sublinhando o facto de a retirada do *outdoor* ter-se dado precisamente no dia em que o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, visitou aquele concelho.



▼ CAMARADAS FALECIDOS

Elias José Dores Guerreiro

Faleceu, no dia 19 de Maio, o camarada Elias José Dores Guerreiro, de 67 anos, natural da freguesia de Pedrógão, Vidigueira. Reformado da Lisnave, o camarada estava organizado na freguesia da Amora.

Jaime Tenente Lima

Faleceu, no dia 19 de Maio, o camarada Jaime Tenente Lima, organizado da freguesia de Alcabideche. Foi membro da célula da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, de onde era reformado. Faz também parte do Organismo das Autarquias. Foi membro da Junta de Freguesia de Alcabideche, integrado nas listas CDU.

José Santos Pinto

Faleceu, no dia 18 de Maio, o camarada José Santos Pinto, operário, de 69 anos de idade. Camarada muito dedicado, militava na freguesia da Sta. Engrácia, Lisboa.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Rectificação

Na nossa edição da semana passada, é erradamente dito, na página oito, que os trabalhadores comunistas da Câmara Municipal do Seixal prepararam a sua 10.ª Assembleia de Organização. De facto, é a 9.ª Assembleia que eles irão realizar no próximo domingo.

De igual forma, quando, na mesma peça, se lê «o bom trabalho desenvolvido pela célula, desde a 9.ª Assembleia de Organização, em 1998», deverá ler-se 8.ª Assembleia.

E como não há duas sem três, onde se diz que a célula da Câmara faz em quotas para o Partido à volta de 750 contos por mês, terá infelizmente de ler-se que faz 750 contos por ano.

Pelos lapsos, apresentamos as nossas desculpas aos nossos leitores e aos camaradas da célula da Câmara Municipal do Seixal.

COIMBRA REFER corta linha?

A Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP está satisfeita com o balanço feito à primeira fase de preparação da Conferência Nacional, em que já participaram mais de 400 militantes que expuseram as suas opiniões num clima de completa lealdade e frontalidade.

A DORC analisou também a ofensiva do Governo contra as condições de vida dos portugueses e, tendo em conta as notícias vindas a público sobre o eventual encerramento da linha de comboio entre a estação velha e a cidade, decidiu solicitar audiências ao presidente da Câmara Municipal de Coimbra e à administração da REFER, com vista à clarificação do problema e, ainda, no sentido de saber quais as medidas que irão ser tomadas para garantir o transporte rápido dos milhares de pessoas que diariamente fazem aquele percurso, usando o comboio como meio de transporte.

PARIS Casa de Portugal na AR

Num requerimento dirigido ao Governo sobre a situação da Casa de Portugal - André Gouveia, em Paris, a deputada, do PCP, Luísa Mesquita quer conhecer as medidas que este conta tomar «para manter e reforçar esta presença portuguesa em França». Segundo esta deputada, a Casa André Gouveia, hoje na iminência de encerrar as portas, tem tido não só um trabalho «insubstituível» na divulgação da língua e da cultura portuguesas, como um importante papel no apoio à Comunidade Portuguesa em França e «aos muitos estudantes portugueses deslocados em Paris». Trata-se, assim, de «uma presença portuguesa com mais de 30 anos na capital francesa», cujos objectivos, «não podem ser ignorados».

LOURES Ensino nocturno ameaçado

A Comissão Concelhia de Loures do PCP, após analisar a situação do concelho, destaca o «desespero» dos 180 trabalhadores da ELECTROLIBER, de Sacavém, cujos postos de trabalho se encontram ameaçados por «actos de má gestão premeditada» da sua administração, como sejam o não pagamento ao Estado das contribuições à Segurança Social, do IRS e do IVA. Também a decisão anunciada pela DREL de proceder ao encerramento do ensino nocturno na Escola Secundária de Sacavém merece o reparo crítico dos comunistas, por privar cerca de 500 alunos do acesso ao ensino e, logo, à sua «valorização pessoal e profissional». A Concelhia do PCP manifesta, entretanto, a disponibilidade dos seus eleitos, quer nas autarquias quer na Assembleia da República, para intervirem junto no Governo no sentido de alterar estas situações.

ODIVELAS Recuperar a UNALBOR

Os deputados comunistas António Filipe e Alexandrino Saldanha e dois dirigentes do PCP em Odivelas visitaram, na semana passada, as instalações da UNALBOR - União Industrial da Borracha. Esta empresa, em vias de avançar com um novo processo de recuperação, vive há vários anos uma grave situação económico-financeira, sendo que dos 300 trabalhadores que antes teve, labora agora com 62, os quais vêm os seus postos de trabalho ameaçados. Solidária com os trabalhadores, a Direcção Concelhia de Odivelas diz que esta situação não se pode desligar das políticas de direita seguidas quer pelo PS quer pelo PSD.

Bróculo ideológico

Anúncio vistoso e engraçado. Mensagem quase ingénua, tão simples quanto um apelo ao exercício da liberdade. «Política?

Ouve só o que te interessa.»



Luísa
Araújo
Membro
da Comissão
Política

Em tempos de intensa batalha política, estavam os *outdoor* amplamente colocados em várias regiões do País, as que interessavam para captar ouvintes para determinada rádio. Uma cara de rapariga, fresca, com uns frescos bróculos nos ouvidos. A publicidade a funcionar na mensagem política, a lembrar o incómodo, a chatices, a sensação desagradável e a repulsa que o tema «política» causa a muitos, talvez à maioria dos principais destinatários da má política e das más políticas para a vida dos portugueses.

“A tendência para esquecer o que é penoso e desagradável é geral”

Num país que conquistou a liberdade é essencial que as pessoas se sintam livres e, mesmo que não o sejam, interessa ao poder dominante que se convençam que são livres de ouvir, de ler, de analisar, de optar e de decidir.

Ouvir o que se quer, claro. Mas, atenção, só entre o que é dado para ouvir.

Já as eleições legislativas tinham dado lugar de maioria aos deputados do PSD e do CDS-PP e «política» tinha dado lugar a «pimba» na publicidade da tal rádio, quando me foi dada a oportunidade de ouvir num mesmo serviço noticioso a voz de uma activista sindical a falar sobre a perspectiva de despedimento de centenas de trabalhadoras da empresa Lear, em Palmela, e a referência à diferença do valor de subsídios atribuídos pela União Europeia aos apicultores portugueses e espanhóis, numa relação, creio, de três para 11,

por colmeia. Tanta coisa do País profundo e real. Interroguei-me: durante as eleições falava-se destas coisas? E se se tivesse falado, quantos ouvintes identificaram para a sua opção de voto?

Entre outros, foram profusamente utilizados no léxico eleitoral os termos «redução do défice» e «redução da despesa pública». Importante e entrou no ouvido. Depois, cada um deu-lhe os sentidos que entendeu. Havendo uma alta percentagem de famílias endividadas, reduzir o défice do Orçamento do Estado fica bem e devemos

ser de boas contas e só gastarmos o que temos. Reduzir a despesa pública, talvez fosse acabar com os abusos «jobs for the boys», com os institutos ou com as confusões mais faladas de ordenados de ministros, deputados e outras coisas que tais. Imaginação que cada um também é livre de ter, ainda que a mensagem esteja preparada para a conduzir e, se o destinatário for um bocadinho

preguiçoso e insistir na sua distração, então desliza como manteiga ...

Fenómenos que se repetem

As análises e propostas da CDU, ainda que com discriminação (reconhecida até por pessoas insuspeitas), passaram também na comunicação social. Abordavam, entre outros aspectos essenciais, a política social; sublinhavam os resultados já conhecidos da política de direita e os partidos que a tinham executado; denunciavam o conteúdo de um eventual aumento do IVA; insistiam nos riscos que corriam os trabalhadores da administração pública; alertavam para intenções de privatização de um dos canais da televisão pública e, é caso para dizer, etc., etc., etc. Enfim, advertiam para as consequências que adviriam se se verificassem determinados cenários eleitorais. Mas grande parte do eleito-

rado seguiu à risca a menina dos bróculos. Ouviu o que lhe interessou. A partir disso, analisou como lhe pareceu interessar e votou contra os seus verdadeiros interesses.

Alguém dizia que, no dia a seguir ao 17 de Março, havia silêncios. Se os havia cada um saberia porquê. Passaram dois meses. Está decidido o aumento do IVA, o corte das bonificações no crédito para a habitação, o despedimento de trabalhadores da administração pública, a alteração dos critérios de atribuição do rendimento mínimo, etc., etc., etc., por agora e virão os outros, etc.

Alguém diz «agora ninguém votou neles...». Expressão que nos é familiar, já a ouvimos noutras alturas. A faculdade do esquecimento está mais ou menos desenvolvida nas pessoas e a tendência para esquecer o que é penoso e desagradável é geral. Ninguém quer ser responsabilizado. E existe o instinto de defesa. Tudo tem explicação, mas é necessária uma capacidade muito grande para entender como fenómenos sociais se repetem na mesma geração e com tão curtos intervalos de tempo.

A política de direita continua em marcha e a «vocação» para o sacrifício de novo está a ser posta à prova. Criaram-se as condições psicológicas para a mudança. Foi fácil. Havia descontentamento e, de facto, vontade de mudar. Não mudou. Agora, os governantes dramatizam a situação económica e discursam para a resignação a medidas antipopulares, sobre as quais um deles afirma que afectarão sobretudo as camadas sociais com maiores dificuldades e com menor capacidade reivindicativa. Por outro lado, utilizam a demagogia do combate às injustiças (?) e abusos para actuar relativamente ao rendimento mínimo e às bonificações ao crédito para habitação. Sobre esta medida ainda se acrescenta, hipocritamente, que isto nem afectará muito as famílias, pois trata-se de valores «tão baixos»... Ouvimos cada uma!

Afinal, dirão alguns, a política interessa mais do que parecia. A resposta já está aí. Será alargado o universo dos que se interessam por combater a política que serve outros interesses que não os dos trabalhadores, do povo e do País.



Comunistas algarvios contra a construção de novas grandes superfícies comerciais

Apoiar pequeno comércio

A Direcção Regional do Algarve do PCP analisou a actual situação política e as medidas negativas do Governo que, recaindo sobre bens essenciais, vão ter «grande impacto nos orçamentos das famílias de mais baixos rendimentos» e traduzir-se por uma perda real de competitividade da economia, prejudicando, no caso da região, o sector do turismo.

A DORAL pronunciou-se pela manutenção da RTP/Algarve e melhoramento do seu relevante serviço e mostrou-se apreensiva com o anúncio de cortes drásticos no investimento público que podem «paralisar ou atrasar» projectos de obras públicas que são há muito

Milhares de imigrantes trabalham no Algarve sem salários

gem das entidades públicas, designadamente das Câmaras Municipais, em contrapartida, «uma política de incentivos e apoios em favor do pequeno comércio local e do seu papel revitalizador do tecido económico e social das comunidades».

Os comunistas são, por outro lado, contrários à perspectiva de construção de duas grandes superfícies comerciais na região, na medida em que já hoje existe um profundo desequilíbrio entre o comércio tradicional e a grande distribuição, e exi-

luta dos trabalhadores da pesca da ganchorra pela obtenção do subsídio de compensação devido pela paragem biológica a que são obrigados - pois, não estando em causa a necessidade de preservação dos recursos, é «uma manifesta injustiça» que o Governo faça recair esse custo sobre os pescadores e suas famílias - e está preocupado com a existência no Algarve de

milhares de imigrantes, a trabalhar na construção civil, hotelaria, agricultura e outros sectores, sem contrato nem salários.

À ofensiva política do Governo PSD/PP há, pois, que «responder com a luta», diz a DORAL, apelando à participação dos trabalhadores no Dia Nacional de Luta convocado pela CGTP para o dia 20 de Junho.

Por fim, a direcção dos comunistas algarvios debruçou-se sobre a preparação da Conferência Nacional, considerando fundamental a auscultação do Partido e o contributo dos militantes para a definição das suas orientações e linhas de trabalho. Nesse sentido, manifestou-se empenhada em assegurar a convocação de todos os membros para o debate, criando, assim, «melhores condições para o debate franco e construtivo dentro do Partido e para o aprofundamento da democracia e da coesão internas, condições indispensáveis para combater com êxito a ofensiva que os trabalhadores e o povo português vão enfrentar».



Trabalhadores defendem o serviço público de televisão e opõem-se à tentativa da sua governamentalização

Maioria de direita impõe alteração à Lei da Televisão

A derrota da ética política

A Assembleia da República aprovou a proposta de alteração à Lei da Televisão apresentada pelo Governo. Vingou assim o objectivo por este perseguido de retirar ao Conselho de Opinião (CO) da RTP o voto vinculativo à nomeação do Conselho de Administração da empresa.

Após uma discussão de três horas no hemiciclo, os votos do PSD e CDS/PP impuseram uma alteração à lei apresentada poucos dias antes na Assembleia da República, na sequência da decisão do CO da televisão pública de vetar a composição da nova administração liderada por Almerindo Marques.

A maioria parlamentar foi ainda suficiente para votar contra todas as propostas apresentadas de votação na especialidade.

A proposta do Executivo foi justificada pelo ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmiento, que tutela também a comunicação social, com a necessidade de «legitimar o Programa do Governo» e tirar a RTP da «calamitosa situação financeira» em que se encontra. O ministro reafirmou que a empresa pública se «encontra à beira da falência», não hesitando em chantagear com o repetido argu-

mento de que «a situação financeira da empresa não está garantida para além do mês de Junho», ou seja, de que «os salários, os pagamentos a fornecedores, toda a actividade da empresa poderá estar em causa a partir do final do próximo mês».

A marcar o debate, que começou com um atraso de três horas, devido a discussões processuais (os partidos da oposição pretendiam agendar o debate para a semana em curso), estiveram as críticas ao Governo por apresentar uma proposta destinada a governamentalizar a administração do serviço público de televisão.

E que constitui, simultaneamente, «um acto de violência contra a Assembleia da República e o seu funcionamento democrático e regular», como sublinhou o deputado comunista António Filipe, para quem o Parlamento foi utilizado como «uma peça

de artilharia ao dispor do Governo para disparar contra o CO da RTP, acabando com os seus poderes vinculativos».

«Como a Lei não agrada ao Governo, altera-se a lei», foi este o raciocínio seguido pelo Governo, segundo o deputado do PCP, que acusou o Executivo de não querer aceitar a vigência de uma lei só porque esta contraria os seus propósitos, «ainda que estes sejam ilegais».

António Costa, em nome do PS, falou do «regresso em força do Cavaquismo», afirmando estar-se em presença da «mesma concepção de poder absoluto, a mesma teorização das forças de bloqueio, a mesma manipulação da Lei ao sabor das conveniências de ocasião e, claro, a mesma governamentalização da gestão e da direcção da RTP», disse António Costa.

Mas se com a alteração aprovada o Governo pode dizer que «ganhou uma escaramuça», como observou António Filipe, a verdade é que «não pode dizer que ganhou a guerra que decidiu mover ao serviço público de televisão». É que, foi ainda o deputado do PCP a afirmá-lo, não foi este a sair derrotado. «A derrota é da ética política e da democraticidade do funcionamento da Assembleia da República.»

Cortes na Educação

As inúmeras «declarações avulsas» do novo ministro da Educação e Formação estão a causar sérias reservas ao PCP que as insere «num quadro de concepções neoliberais em que a educação não é encarada como uma função social do Estado».

Quem o diz é o Gabinete de Imprensa, para quem o anunciado reordenamento parcial da rede escolar (Lisboa e Amadora) não deixa «claros os critérios de encerramentos ou de alterações progressivas nas respectivas tipologias», apesar de se tratar de uma «matéria sensível», que «exige a maior consensualidade entre escolas, professores, pais, estudantes e autarquias».

Por sua vez, as alterações relativas ao ensino recorrente vão, na opinião do PCP, «levar à redução de alunos e ao aumento de professores sem horário», num caminho que não atende a uma maior eficácia nem, designadamente, à «substituição do modelo de unidades capitalizáveis por turmas, solução que se adapta melhor às diferentes situações dos candidatos que procuram a qualificação profissional, social e pessoal e sair dos limites que lhes são impostos pela iliteracia e analfabetismo.»

Mas outras declarações recentes revelam também que a projectada «contenção de gastos e redução da democracia nas escolas» é feita «sem

qualquer objectivo global que melhore as condições de realização dessa importante função social do Estado». Referem-se elas à profissionalização da gestão e à extinção do IIE que tem apoiado as escolas. E, ainda, à devolução dos professores requisitados às escolas, sem «qualquer avaliação sobre as consequências de tal decisão» para autarquias, IPSS's e outras instituições, e ao encerramento de salas de jardins de infância da rede pública com menos de 10 alunos, medida que, pelas grandes distâncias que vai obrigar a percorrer, se traduzirá pela «redução da afluência ao pré-escolar, particularmente nas zonas do interior».

3.ª Assembleia de Odivelas

A 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Odivelas reuniu, no dia 18 de Maio, com a presença de 98 delegados que debateram a situação do concelho e o reforço do Partido, aprovaram o Plano de Actividades e elegeram a nova Comissão Concelhia, agora constituída por 44 camaradas.

Os trabalhos da assembleia - em que participou Bernardino Soares, membro da Comissão Política do PCP - decorreram de forma viva e participada, constituindo, também, um contributo para a Conferência Nacional de 22 de Junho.

Em termos de trabalho imediato, a assembleia decidiu, nomeadamente, continuar o protesto e o esclarecimento em torno do fim do crédito bonificado, do aumento dos impostos e do novo ataque ao poder de compras dos trabalhadores; promover a solidariedade com os trabalhadores da RTP e RDP e defender o serviço público de televisão; lançar uma campanha pública em torno da exigência do Hospital/Maternidade e dos Centros de Saúde; redinamizar o trabalho para a criação das freguesias da Arroja e

dos Pombais/Patameiras e propor a apresentação de um projecto de lei para a criação da freguesia da Paiã; lutar por horários adequados do CATUS.

A 3.ª Assembleia de da Organização de Odivelas, considerando «indispensável» que o PCP se mantenha um partido «fiel à sua natureza de classe, forte, influente, interventivo e afirmativo», repudiou quaisquer «actividades fraccionárias» e, antes do encerramento, expressou a sua solidariedade ao povo palestino e saudou o povo maubere pela independência de Timor-Leste.

Despedimentos na Função Pública

O PCP pediu a realização de um debate de urgência na Assembleia da República centrado nas medidas do Governo para a administração pública. Em causa estão sobretudo as medidas inscritas pelo Governo no Orçamento Rectificativo e numa resolução do Conselho de Ministros recentemente aprovada, iniciativas que «estão a provocar uma legítima inquietação entre milhares de trabalhadores da função pública», como refere Bernardino Soares, presidente do Grupo comunista, no docu-

mento dirigido ao presidente da Assembleia da República em que solicita o debate.

Benefício fiscal

Ouvir em audição no Parlamento a ministra de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite, foi também a vontade já expressa pela bancada comunista em carta de Lino de Carvalho ao presidente da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças. Na base do pedido está o anúncio pelo Ministério das

Finanças da publicação de uma portaria que fixa a imputação do lucro tributável às entidades financeiras e de crédito que exercem actividades na zona franca da Madeira e da Ilha de Santa Maria, a qual estabelece que 20 por cento do lucro tributável global daquelas entidades não é sujeito a IRC.

Ora, para o Grupo comunista, tendo presente a anterior portaria (N.º 360/2002), importa explicitar e esclarecer os critérios que levaram o Executivo a atribuir este benefício fiscal.

Acção do Governo com nota negativa

Ataque a direitos

«Autoritarismo, insensibilidade social, amadorismo e incompetência.» Nestes termos definiu o PCP a actuação do Governo nos seus primeiros 30 dias em funções.

Definindo-os como distintivos da acção governativa, tais traços, segundo Lino de Carvalho, estiveram presentes em múltiplas áreas, desde a organização da administração pública às questões laborais e sociais, passando pelas finanças do País ou pela comunicação social pública. Em qualquer destes planos, observou, o «Governo entrou a matar», suportado na sua maioria, sem olhar a meios para atingir os seus fins, sem qualquer preocupação de justificar as suas decisões ou de dar explicações.

A forma «sem critério» como foram extintos e fundidos institutos, a «indiferença perante os dramas humanos» criados com a dispensa de trabalhadores na função pública, a decisão de «fechar um dos canais da RTP» sem «nenhuma reflexão ou estudo sério» foram alguns dos exemplos dados por Lino de Carvalho para concluir que o Governo revelou «um enorme autismo, insensibilidade e, sobretudo, arrogância».

Governo não olha a meios para atingir os seus fins

Lino de Carvalho, que falava numa das sessões plenárias da passada semana, em declaração política, acusou ainda o Executivo de ter em curso (em concretização ou em fase de proposta) um «pacote de medidas» que apresenta um «ataque às políticas, a direitos sociais e à própria configuração do regime democrático». Ofensiva esta que inevitavelmente irá gerar «extrema conflitualidade social», a par de «instabilidade na «economia e no País», e, por isso mesmo, terá uma forte oposição parlamentar, «desejavelmente na convergência de toda a esquerda, mas seguramente da parte do PCP», garantiu o deputado comunista.

As propostas contra o sistema público, universal e solidário da Segurança Social e a amputação do Rendimento Mínimo Garantido são algumas dessas medidas que integram os planos do Governo, ambas afectando em particular as jovens gerações, segundo Lino de Carvalho, que lembrou ainda a linha de ata-

que existente contra os direitos dos trabalhadores em sede de contrato individual de trabalho e, noutro plano, as «medidas restritivas e repressivas em matéria de imigração, à boa maneira dos círculos da extrema-direita europeia».

Por si antecipado, em jeito de alerta, foi igualmente a possibilidade de em Outubro próximo - «porventura com a cooperação sempre prestimosa de outras bancadas», numa alusão crítica ao PS -, ser iniciada «mais uma revisão descaracterizadora da Constituição e mais uma proposta de alteração do sistema político, com tentativa de redução da pluralidade e da proporcionalidade da representação parlamentar».

A resposta da bancada da maioria veio pela voz de Gonçalo Capitão, do PSD, que justificou as medidas tomadas pelo estado em que o Governo encontrou o País. «Não somos sadomasoquistas no plano político», disse Gonçalo Capitão, o que levou Lino de Carvalho, na réplica, a criticar a «falta de argumentos» das bancadas que suportam o Governo e a rematar: «o senhor deputado fez aqui uma revelação que dava um título de jornal. Disse: «não somos sadomasoquistas no plano político». Ou seja, só no plano político...».



A ofensiva do Governo tem nos trabalhadores da função pública um dos seus alvos preferenciais

Domínio público hídrico na Madeira

Em debate na passada semana, baixou a comissão, sem votação, a proposta de lei que visa alterar a legislação relativa ao regime jurídico dos terrenos do domínio público hídrico. Apresentado pela Assembleia Legislativa Regional da Madeira, o diploma foi recebido com as mais sérias reservas pela bancada comunista. Embora tenha admitido que os pressupostos invocados possam merecer «ponderada análise e reflexão», Honório Novo, em nome do PCP, considerou que as medidas preconizadas na proposta legislativa «nada têm a ver com a necessidade de resolver as questões enunciadas».

Em causa, de acordo com a nota preambular do diploma, estão, por um lado, as dificuldades de reconhecimento legal da titularidade privada sobre parcelas das margens do domínio público hídrico e, por outro lado, a extensão fixada para as margens das águas do mar (50 metros) face à reduzida dimensão da ilha e ao acidentado do seu relevo.

O problema reside, porém, como salientou o deputado comunista, no facto de as soluções propostas não visarem resolver os problemas identificados. O que se pretende, ao contrário - disse-o sem meias palavras Honório Novo - é «resolver situações

diversas, quiçá dar assentimento a grupos de pressão e/ou a interesses de natureza privada bem diferentes».

«De facto, o que se pretende é que, pura e simplesmente, deixem de pertencer ao domínio público hídrico, isto é, deixem de ser tutelados administrativamente pelas regras de gestão desse domínio público, todos os terrenos situados para o interior de vias municipais ou regionais», sustentou o parlamentar do PCP, que viu ainda nesta medida uma forma de criar «uma nova mina de ouro na Região Autónoma entregue, desta vez, de mão beijada, à voragem da especulação imobiliária».

Querido Anjinho

• Odete Santos

Às vezes, quando preciso de uma sonora gargalhada para auxiliar a digestão de um dia difícil, quedo-me uns momentos no pacote de telenovelas transmitido pela TVI, ficando-me normalmente pela primeira (*O Anjo Selvagem*). Paro quando o riso se transforma em amargura. Amargura por ver que a subtil cadeia que enlaça os cérebros, prossegue sabiamente o seu objectivo: alienar e, sobretudo, inculcar a ideia de que é fácil a um empregado ou empregada doméstica subir na classe social, apenas através de jogos amorosos com os patrões. E tudo está tão arditosamente construído que até não espanta que, às vezes, se ouçam observações como esta:

«Pois, mas a Mariana diz coisas justas e muito verdadeiras.» É por isso que agora já nem me quedo pela TVI, porque sempre que por lá passo, depois do enorme susto das páginas de abertura que exploram até ao mais ínfimo e sórdido pormenor, um conjunto de actos violentos recolhidos pelo país inteiro, sempre que por lá passo, dou comigo a endereçar uma carta mental a quem, numa casa qualquer, sofre para saber se a Mariana casa ou não com o filho-do-patrão-que-afinal-não-era-irmão-da-Mariana. Sem ironia, mas antes com ternura, dou comigo a escrever mentalmente:

Querido Anjinho,
Como estão longe os tempos do «Roque Santeiro» em que os coronéis como Sinhôzinho Malta eram desnudados até ao mais ínfimo pormenor, revelando a brutalidade do seu comportamento!
O coronel, que a uma reivindicação das trabalhadoras exigindo salário igual ao dos homens, ameaçou, dizendo:

«Quem foi o comunista que andou por aí?»

Estes tempos são os de apropriação dos meios culturais pelo neoliberalismo capitalista para conformação do pensamento do ser humano aos seus diktats.

São os tempos em que querem destruir as nossas defesas construídas pela dura experiência da luta. Os patrões deixaram de ser os patrões brutais de obras como o «Germinal», de Zola, que, apenas como valor histórico, foi levado ao cinema em 1993.

Hoje os patrões aparecem como pessoas eficientes, dinâmicas, às vezes até vítimas de traições. Aparecem humanizados.

Em dois dos muitos filmes franceses que enfileiraram na figura dos patrões nouvelle vague, os patrões casam com criadas, uma delas, ainda por cima, imigrante negra (!). Que igualdade!

Mas não é também esses traços que encontramos, Querido Anjinho, no «Anjo Selvagem»?

Os empregados domésticos fazem uma greve selvagem e ganham a greve!

As empregadas vão à discoteca quando muito bem lhes apetece! Tiram os telemóveis dos patrões e

continua tudo na mesma!
A criada Mariana namora os patrões Pedro e Francisco!

A filha do empresário Salgado namora o motorista.

O dinâmico empresário Salgado quer que o cunhado Marcelo case com a criada Lina!

O motorista e o jardineiro abrem um estabelecimento de estética dentro da própria quinta dos patrões e nada lhes acontece!

E no meio disto tudo até há uma avó boazinha que faz testamento de todos os seus bens à criada Mariana.

E, querido Anjinho, enquanto isto se passa (todas as noites após o telejornal) a União Europeia publica o Livro Verde sobre a responsabilidade social das empresas. Afirmando (pois então!) que as empresas são responsáveis pelo bom ambiente de trabalho, pelas boas condições relativamente à saúde, à realização dos direitos humanos, etc., etc., etc.

Nesse Livro Verde, apresentado pela Comissão Europeia, diz-se logo no início:

«Ao afirmarem a sua responsabilidade social e assumirem voluntariamente compromissos que vão para além dos requisitos reguladores convencionais a que, de qualquer forma, estariam sempre vinculadas, as empresas procuram elevar o grau de exigência das normas relacionadas com o desenvolvimento social, a protecção ambiental e o respeito dos direitos fundamentais e adoptam uma governação aberta em que se conciliam os interesses de diversas partes, numa abordagem global da qualidade e do desenvolvimento sustentável. Embora se reconheça a importância de todos estes aspectos, o presente documento centra-se fundamentalmente nas responsabilidades das empresas em termos sociais.»

Mas, como mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo, não se pode deixar de comparar esta imagem dos empresários dinâmicos (tão dinâmicos que a União Europeia nem sequer tenta impedir a deslocalização de empresas com todo o seu cortejo de trabalhadores despedidos) com a seguinte passagem das conclusões do Conselho Europeu de Barcelona, que teve lugar em Março do corrente ano:

«Os parceiros sociais devem partilhar a responsabilidade de encontrar o equilíbrio entre flexibilidade e segurança de emprego e possibilitar a adaptabilidade das empresas.»

Conciliar o inconciliável - flexibilidade (desemprego); segurança (emprego).

E para que tudo bata certo, quer-se envolver os representantes dos trabalhadores na gestão da crise do capitalismo!

Um abraço, querido anjinho!

(!) Filmes Romuald et Juliette realizado em 1989 e Quelques jours avec moi realizado em 1988. Veja-se Monde Diplomatique, Abril de 2001.

Concerto pela Paz na Palestina

O Rossio, em Lisboa, foi, sexta-feira, palco de um concerto pela paz na Palestina, em que vários artistas participaram, com canções e poemas, em «espírito de solidariedade» com a causa palestiniana.

Fernando Girão, Janita Salomé, Jorge Palma, Maria do Céu Guerra, Manuel Freire, Morais e Castro, Ricardo Carriço e Carmen Marques foram alguns dos nomes presentes nesta iniciativa. No concerto, organizado pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) e por uma Comissão representativa de mais de uma centena de organizações, actuou ainda um grupo de timorenses.

Linha da Azambuja

A Comissão de Utentes da Linha da Azambuja – criada com o objectivo de «representar e fazer ouvir» os interesses dos passageiros desta linha –, refere, em comunicado de imprensa, alguns das deficiências e problemas para cuja solução pretendem contribuir.

Entre esses problemas, o destaque vai, nomeadamente, para a supressão de cerca de 26 comboios diários, a eliminação de algumas paragens, o fim da venda de bilhetes de comboios de longo curso em estações suburbanas, acarretando indirectamente o aumento do seu preço, deficiências na construção, concepção e manutenção de algumas estações, falta de ligações atempadas entre os diferentes comboios na estação do Oriente. Para além da resolução destes problemas, a Comissão de Utentes propõe a confirmação do passe social intermodal como título de transporte colectivo, a criação de uma autoridade metropolitana para os transportes colectivos, uma efectiva política que priorize o transporte colectivo, a criação do lugar de Provedor do utente.

IP8-IC33

Numa iniciativa da Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Santiago do Cacém, as populações do Litoral Alentejano vão protestar, esta tarde, contra o estado de conservação em que se encontra o pavimento do IP8-IC33. Sob a forma de uma marcha lenta, entre a Cruz de João Mendes – S. Francisco da Serra e o cruzamento das Relvas Verdes, as populações de Sines, Santiago do Cacém, Grândola e Alcácer do Sal vêm assim, uma vez mais, alertar o Governo para a necessidade urgente da reparação destas vias. O estado de degradação do pavimento provoca diariamente prejuízos a quem utiliza este percurso, tendo-se registado nos últimos anos inúmeros acidentes, muitos dos quais com feridos graves e mortos.

Pela televisão pública

A CNOD – Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes reprova «quaisquer propósitos de desactivar ou alterar órgãos de comunicação social do Estado». Afirmando-se como defensora da televisão pública, a CNOD destaca a importância dos dois canais e sublinha que, de um modo geral, «as televisões privadas divulgam e projectam imagens arcaicas, negativas e, por vezes, miserabilistas da deficiência, utilizando e estimulando as reacções mais primitivas, como atractivos de audiência – obedecendo à lógica do sórdido mercado».

A CNOD lembra ainda a Declaração de Madrid, que defende a necessidade de potenciar «a inclusão de informação sobre as pessoas com deficiência nos meios de comunicação como reconhecimento da existência da diversidade humana».

Pela inclusão

Face aos anúncios de restrições nos recursos destinados à política social, a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes lembra que, em certas regiões, «mais de 30% da população depende de instituições e programas de índole social». A Confederação sublinha que o aumento do IVA para 19% «agravará, iniquamente, a qualidade dos serviços prestados às pessoas com deficiência, porque, crescendo os encargos, não crescem as receitas, sendo previsível a degradação dos serviços». Neste quadro, a CNOD apela ao Governo para que sejam garantidos e reforçados os recursos afectos à inclusão dos deficientes.

Fraude eleitoral

Numa altura em que se prepara a candidatura do Parque Natural da Arrábida a património mundial da humanidade, o grupo parlamentar de «Os Verdes» confrontou o Governo com as promessas eleitorais, que traduziam a vontade de assumir o compromisso de retirada da Secil da Arrábida. Ao arripio de tais promessas, a resposta do secretário de Estado do Ordenamento do Território foi que a cimenteira da Secil vai manter-se na Arrábida por um período máximo de mais 20 anos. «Os Verdes» denunciam esta posição do Governo como «mais uma fraude eleitoral» e lembraram, através da deputada Heloísa Apolónia, que «o estado em que, ao longo dos anos, a Secil tem deixado a Arrábida, com as pedreiras, abrindo verdadeiras crateras por entre uma riqueza de biodiversidade, é um espectáculo deplorável e confrangedor».

Escolas e professores manifestam-se contra políticas do Governo

Medidas avulsas e arbitrárias

«Uma medida avulsa, arbitrária.» Esta a forma como a Fenprof classifica a decisão do ME de encerramento do ensino recorrente em várias escolas. Contra esta e outras medidas têm vindo a realizar-se diversas formas de protesto.

Já não era novidade trabalhadores despedidos através de um simples telefonema. Agora o Ministério da Educação recorre ao fax para informar as escolas de que, no próximo ano lectivo, não terão ensino recorrente. O que, à partida, reflecte uma curiosa concepção de diálogo.

Esta uma primeira questão abordada no protesto apresentado pela Fenprof que, ao exigir a imediata suspensão desta medida, sublinha que «as escolas merecem ser respeitadas».

«O fraco sucesso no ensino recorrente, dado inquestionável, exige a avaliação do actual modelo de ensino (Sistema de Ensino por Unidades Capitalizáveis – SEUC) imposto às escolas contra a opinião da Fenprof», assinala a nota de imprensa da Federação. E defende que «urge encontrar modelos adequados que permitam o sucesso das aprendizagens dos mais de 100 mil alunos que recorrem a este sistema».

De acordo com a decisão anunciada pelo ME, no próximo ano lectivo apenas 13 das 21 escolas do ensino básico com ensino recorrente vão oferecer esta modalidade. No âmbito do ensino secundário, apenas 14 das 19 escolas com esta modalidade vão ministrar cursos de ensino recorrente.

Entre as escolas afectadas por esta medida contam-se as escolas secundárias Patrício Prazeres, Afonso Domingues, Fonseca Benevides, Gil Vicente, Pedro Nunes, Machado de Castro, Filipa de Len-

castre (Lisboa), Secundária Sacavém (Loures), Reinaldo dos Santos (Vila Franca de Xira) e Secundária da Amadora.

Governo não tem capacidade de diálogo

Entretanto, já começaram os protestos, envolvendo alunos, professores e encarregados de educação.

Mais de duas centenas de alunos da escola secundária Sacavém, em Loures, concentraram-se, esta terça-feira, frente ao estabelecimento de ensino, para protestar contra a decisão do ME

mas até à data não tinham recebido qualquer resposta.

Professores e escolas contra política do ME

O Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) divulgou, sexta-feira passada, que mais de 3500 docentes «já recusaram a política do Governo» para a educação, em plenários entretanto realizados na região.

Nos plenários foram aprovadas duas moções: uma global – que critica fortemente a política educativa, anunciando a «disponibilidade dos docentes para lutar contra estas opções» – e outra contra o despacho do calendário escolar para 2002/2003, que o SPRC considera constituir

protestos das escolas contra as decisões do ME de fusão e encerramento, no âmbito da reformulação da rede escolar, situação que tem levado a críticas e diversas manifestações por parte de alunos, professores e encarregados de educação.

Alunos da Escola Secundária Patrício Prazeres, em Lisboa, manifestaram-se frente ao ME e às instalações da escola, contra a decisão governamental de o estabelecimento passar a ser exclusivamente para estudantes do ensino básico.

Os estudantes lembram que a sua escola está pensada para estudantes do secundário e inclui museus, bibliotecas e salas de ciência e de química.

Professores, alunos e em-



de encerrar o ensino nocturno.

Desde que a decisão de encerrar o ensino nocturno (afectando os 200 alunos, na sua maioria trabalhadores-estudantes, que frequentam efectivamente as aulas), quer o conselho executivo quer a associação dos alunos da noite tentaram contactar os responsáveis do ME para obter mais esclarecimentos,

«um agravamento das condições de frequência dos alunos e de trabalho dos docentes».

Entretanto, no início desta semana, realizaram-se ainda reuniões no Fundão e na Sertã, e a comissão executiva do SPRC admitia marcar a realização de outros plenários que envolvam os professores dos «locais mais recônditos do centro do País».

Prosseguem, entretanto, os

pregados da Escola Secundária dos Anjos, de Lisboa, realizaram, sexta-feira passada, uma vigília em frente ao ME contra o encerramento do estabelecimento. Acusando o Governo de não ter capacidade de diálogo, pais e trabalhadores da escola dos Anjos têm realizado diversas actividades para chamar a atenção para a necessidade de a escola permanecer aberta.

Ensino de Português

A decisão do Governo de alterar o regime do concurso para professores de Português no estrangeiro «é extremamente grave» e «provavelmente inconstitucional» disse, em declarações à Lusa, em Paris, o presidente do Sindicato dos Professores no Estrangeiro (SPE).

O governo decidiu a semana passada, em Conselho de Ministros, alterar os procedimentos de colocação de docentes do ensino do Português no estrangeiro, reduzindo para um ano, em vez de quatro, o período de colocação previsto no concurso já

realizado em Março/Abril. Face a esta situação, a Fenprof e o SPE exigem o cumprimento da Constituição e dos regimes jurídicos em vigor e manifestam a sua intenção de lutar, por todos os meios ao seu alcance, para que a legalidade seja reposta.

A Fenprof acusa o ME de «diminuir a importância da língua e da cultura portuguesa no mundo e atingir as comunidades de emigrantes e os luso-descendentes, retirando-lhes o acesso ao ensino e à cultura nacionais, discriminando-os objectivamente».

Em defesa do ensino superior

A resolução do Conselho de Ministros no sentido da redução do número de trabalhadores da Administração Pública é denunciada pela Fenprof, nomeadamente no que respeita ao caso específico do ensino superior.

A Federação condena a intenção do Governo de «obter cegamente o equilíbrio orçamental» através da «retracção indiscriminada dos serviços públicos com os prejuízos soci-

ais daí decorrentes, nomeadamente a diminuição da sua qualidade».

No caso específico do ensino superior, lembra que esta decisão poderá, nomeadamente, «contrariar os princípios estabelecidos nas leis de autonomia e da flexibilização da gestão, os direitos consagrados nos estatutos das carreiras e a viabilidade de programas de formação do corpo docente».

Sindicato da Madeira denuncia separatismo

O Sindicato dos Professores da Madeira acusou as direcções regionais de Educação do continente e, em particular, a de Lisboa, de atitude «discriminatória, separatista, ilegal e anticonstitucional».

Em causa está a exclusão de alguns docentes da Madeira de um concurso de professores, denominado «Apoios Educativos

na Educação Especial», com o argumento de não pertencerem ao quadro das escolas do continente.

Face a esta situação, o sindicato já endereçou uma exposição/reclamação ao Ministério da Educação com conhecimento à Provedoria da Justiça com vista à reposição da legalidade.

Jornadas da CDU na Amadora

O Mundo do Trabalho

Ao longo de todo o mês de Maio, os eleitos da CDU nos órgãos autárquicos da Amadora têm vindo a desenvolver uma iniciativa política em torno do *Mundo do Trabalho*.

O objectivo da Jornada CDU «Mundo do Trabalho» é conhecer melhor a realidade laboral e empresarial da Amadora, as diferentes perspectivas e projectos que visam o desenvolvimento e reforço das diferentes entidades e, por esta forma, «avaliar em que medida é possível, através dos órgãos municipais, contribuir com a implementação de projectos ou de medidas que facilitem o desenvolvimento económico, a fixação de novas empresas e consequente aumento dos postos de trabalho e da riqueza» no município.

O ponto de partida desta iniciativa é a constatação da

acelerada desindustrialização que se vive na Amadora. Bastará recordar, como refere a CDU, que «a SOREFAME chegou a ter cerca de 4000 trabalhadores (tem actualmente cerca de 350), a COMETNA (encerrada) teve cerca de 2000 trabalhadores e os Cabos Ávila (encerrada) cerca de 750. O que significa que, apenas nestas três empresas, se registou uma diminuição de postos de trabalho na ordem dos 6500.»

De 1993 para cá, no Concelho da Amadora, dezenas de empresas faliram ou encerraram. Simultaneamente foram crescendo as grandes superfícies, nomea-

damente Jumbo, Continente e Feira Nova, onde reinam os contratos a prazo, ilegalidades e despedimentos encapotados, contribuindo para a instabilidade de um sector importante da população do concelho.

Acresce que a política do actual Governo «não augura nada de bom» para o país e terá «fortes repercussões ao nível do tecido produtivo da Amadora e nas condições de vida da sua população».

Neste quadro, a CDU decidiu avançar assim com umas Jornadas que envolvem uma série de encontros com organizações locais sindicais e patronais, com organismos do Estado e empresas do Concelho. Porque a autarquia não pode continuar a ver «perder força de trabalho qualificado, recursos e infra-estruturas, meios humanos, financeiros e económicos».



A ALDA realizou, no passado dia 15, uma homenagem simbólica aos mártires do corte das videiras americanas de 1939. Foram depositadas flores nas campas dos que então morreram assassinados, quando lutavam contra o arranque das vinhas

Em defesa da agricultura familiar

Se o Governo não tomar medidas de apoio ao sector leiteiro, milhares de produtores ficarão pelo caminho. Este o alerta da ALDA – Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro que, em comunicado de imprensa, afirma que «a anunciada baixa do preço do leite à produção é um desastre para a produção nacional e da região».

A ALDA não aceita que sejam os produtores de leite «os sacrificados pelas más

políticas agrícolas comunitárias e nacionais» e reclama medidas urgentes de apoio.

Antes do mais, que o Governo intervenha no sentido de não haver baixas do preço do leite na produção e que sejam tomadas medidas ao nível do preço do gasóleo e do IVA. De par de medidas de apoio financeiro à recolha organizada da produção de leite.

ALDA exige ainda a defesa das quotas leiteiras, «como meio de defesa da produção

nacional», uma fiscalização rigorosa das importações de produtos lácteos e a fiscalização dos preços praticados pelas grandes superfícies que «acabam por penalizar os consumidores e produtores nacionais».

Lei da Modulação

Reagindo a notícias divulgadas pela comunicação social, que indicam que o actual Governo se prepara para revogar a «Lei da Modulação das Ajudas Directas», a Confederação Nacional da Agricultura – CNA lembra que, ainda que tímida e na verdade nunca aplicada, tal lei permitiria algum reforço das verbas que apoiam a agricultura familiar.

A sua revogação, sublinha a CNA, representa «uma cedência completa face aos interesses dos grandes proprietários» e «um recuo, de factos e de princípios, no caminho para uma maior justiça social na atribuição de apoios destinados à agricultura portuguesa».

Pulgas e borbulhas

• José Sarabando

Charles Handy é professor universitário inglês, «gestor e filósofo social». Os divulgadores das suas ideias descrevem-no, respeitosamente, como um guru dos novos tempos, um profeta iluminado em cujo pensamento se pode ler o futuro que nos espera. A vantagem de conhecer as suas ideias é a de ficarmos com uma noção mais clara das determinantes neoliberais, na sua expressão pura e dura, no que respeita ao mundo do trabalho. Atirar com a produção em massa e de baixo valor acrescentado para os países periféricos ou do Terceiro Mundo; vergar os sindicatos, que devem transformar-se em associações que prestam serviços aos seus associados e gerem as suas carreiras; no emprego, diminuir postos de trabalho em troca de maior produtividade e melhores salários e carreiras mais curtas; rejeitar vínculos permanentes, que só atrapalham. O que importa é reunir os trabalhadores mais qualificados em «fleas», em pulgas, ou seja, integrá-los em pequenas organizações atípicas, sem qualquer fiscalização ou controlo e que, como o nome indica, saltitam na pele do elefante da economia. É uma versão europeia, sequente do modelo norte-americano de mercado liberal, traduzido, por exemplo, no «mac-job», isto é, mais vale uma pessoa trabalhar, tenha a formação que tiver, uma semana por mês num Macdonald do que não trabalhar nada. É o mandamento de aceitar qualquer trabalho, continuamente precário, sem vínculo, sem carreira profissional. É, afinal, o deus mercado que tudo comanda. Um ideal de civilização, como se vê, o cinismo elevado à categoria de doutrina...

O emprego é uma questão estrutural do nosso tempo. E o conceito-chave que o neoliberalismo utiliza reside na palavra flexibilidade. A preferida no discurso do ministro Bagão Félix.

Para ele não será necessário mexer na lei dos despedimentos. Não é prioridade. E compreende-se, pois as facilidades são tantas que hoje já se despede por telefone, como há dias aconteceu a dezenas de trabalhadores de uma fábrica de calçado do distrito de Aveiro, segundo o sindicato do sector.

Por isso, o Estado, como «reserva de estabilidade», constitui, para os «business-men» que assaltaram o Governo, um mau exemplo. Flexibilizar os vínculos laborais, flexibilizar os horários são palavras de ordem. (E defendem depois, estas piás criaturas,

os valores da família, quando a estabilidade que lhe é inerente a todo o momento é posta em causa pela insegurança do emprego, o crescendo do crédito e as tensões consumistas, os desencontros de horários...). Para o actual Governo, a estabilidade do emprego tem de ser varrida: com medidas administrativas, como as já tomadas pelo Conselho de Ministros, no concernente à Administração Pública, e outras disposições perfeitamente articuladas. Atente-se no que foi legislado sobre a gestão das escolas, e se pretende instalar com a sua municipalização; atente-se no caminho aberto pela gestão privada dos hospitais; atente-se no plafonamento na Segurança Social, que se pretende tornar obrigatórios para os jovens. A lógica que lhes é intrínseca é a da flexibilização, acompanhada de privatizações, nas funções sociais do Estado. E quanto mais qualidade se perder, resultante inevitável dos milhares de despedimentos previstos, mais vozes surgirão a reclamar a privatização de serviços, como panaceia ilusoriamente associada a mais eficiência e modernidade. Observada, com incedível zelo e blandiciosa candura o editoralista do «Público», em 27/05/02: «não pode haver uma justa relação laboral entre o empregador (Estado) e os empregados (funcionários públicos) se a vinculação destes for, na prática, vitalícia». Mais claro que que isto não se pode ser. Assim vai o País. Dezenas de milhar de despedimentos previstos na Administração Pública, classificados pela ministra da tutela como simples «borbulhas» num corpo doente que se pretende salvar. Borbulhas, diz ela, com um desdour que é ofensa, mas que não impediu o inefável Pacheco de reconhecer eflúvios de «temura» na recente prestação televisiva. O que está a acontecer é que a direita está a desconstruir o «Estado Providência» sem formalmente o declarar. É preciso, sem dúvida, debater as fronteiras entre o público e o privado no exercício das funções sociais do Estado, os limites da precarização, mas lutar, sempre, pelas conquistas alcançadas. Por isso, basta! de tantos jogos florais à esquerda. O tempo é de debate de ideias, definição de estratégias, com seriedade e elevação, a par da luta palmo a palmo no terreno, sob pena de a devastação que se aproxima poder causar danos irreparáveis e os efeitos durarem gerações.



GUIA DO PODER LOCAL
GUIA DO PODER LOCAL

A REMA – Rede de Mulheres Autarcas Portuguesas lançou, a semana passada, no Forum Lisboa, o «Guia do Poder Local». Com a edição desta brochura, que contou com o apoio da CIDM – Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres, pretende-se pôr à disposição dos eleitos locais um instrumento de ajuda, que engloba um conjunto de informações directamente relacionado com o Poder Local, nomeadamente legislação autárquica.



Manifestantes protestam contra desaparecimento do Instituto Português de Arqueologia e alertam para as graves consequências para o património português

Pela defesa da arqueologia

A fusão do Instituto Português de Arqueologia e do Instituto Português do Património Arquitectónico tem a oposição de estudantes, professores universitários, arqueólogos e técnicos.

Quase duas centenas de estudantes universitários, pro-

fessores, arqueólogos e técnicos protestaram contra a fusão

do Instituto Português de Arqueologia e do Instituto Português do Património Arquitectónico, nas escadarias da Assembleia da República, na semana passada.

Os profissionais, acompanhados por estudantes das

faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e do Porto e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, manifestaram-se pela manutenção da arqueologia num instituto independente.

Para eles, a fusão do IPA com o IPPAR constitui «o mais gritante exemplo de como o Governo PSD/CDS-PP pretende extinguir, fundir e reestruturar os institutos públicos: sem efectuar quaisquer tipo de avaliações prévias ao respectivo desempenho e sem averiguar as competências de cada um e se as mesmas estão a ser cumpridas e com que celeridade».

Além disso, esta medida considera os trabalhadores do quadro como «excedentários» e os funcionários com contratos precários como «dispensáveis», ignorando, neste caso, «sob o silencioso escudo de alguns iluminados “conselheiros”, as reais aspirações

de toda uma classe, a dos arqueólogos (públicos ou privados) e dos futuros membros dessa classe, os actuais estudantes de arqueologia».

Os estudantes e os arqueólogos argumentam que a anunciada fusão do Instituto Português de Arqueologia levará à sua extinção. «Como a ministra das Finanças já disse... sem critérios», afirmam.

Estudantes e arqueólogos prometem continuar a luta até no estrangeiro

Argumentos

Os manifestantes apresentam razões para o Governo recuar com esta decisão: as graves consequências para o património arqueológico português e para a imagem do nosso país no estrangeiro, a manutenção da melhor biblioteca de arqueologia nacional, a defesa de uma arqueologia dinâmica e ajustada às solicitações dos tempos modernos, e a constituição de um centro de investigação

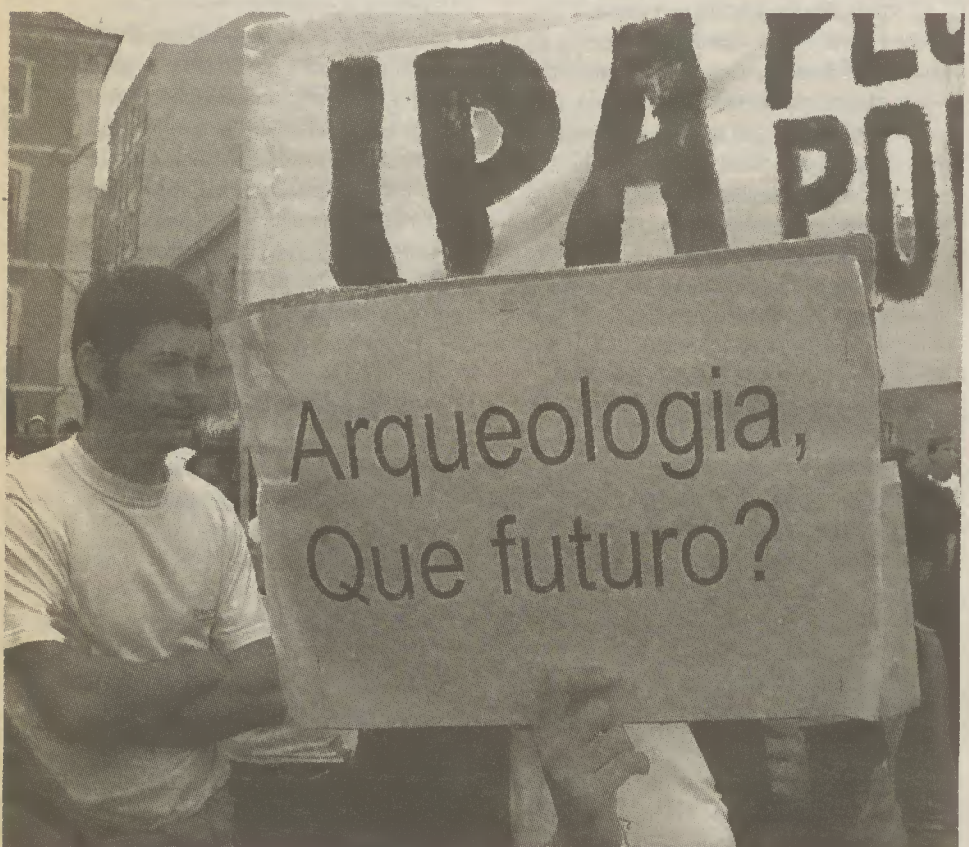
com colecções únicas na Península Ibérica.

Ao mesmo tempo que a manifestação decorria, o novo responsável pela pasta da Cultura, Pedro Roseta, reuniu-se com a Comissão Parlamentar de Educação Ciência e Cultura para justificar as anunciadas fusões de institutos sob a sua tutela.

«Quando uma impensada fusão consegue unir arqueólogos do sector público, arqueólogos do sector privado, professores universitários da área do património e estudantes, que vêm as suas futuras carreiras em risco, bem como associações de defesa do património, algo de mal se passa», garantem os manifestantes.

Os arqueólogos, os estudantes de arqueologia e os defensores do património prometem continuar a luta, até mesmo à escala internacional.

Algumas reacções nacionais e internacionais a esta decisão do Governo podem ser consultadas em www.ipa.mincultura.pt/forum/forum/.



«Queremos estudar o passado, não viver nele», lia-se num dos cartazes

Reunidos em Coimbra Universitários prevêm cortes orçamentais

Reunidos no sábado num plenário nacional, em Coimbra, os estudantes do ensino superior aprovaram um documento que contesta a possibilidade de cortes orçamentais no sector da educação.

Os estudantes dizem-se «absolutamente contra cortes orçamentais» e recusam «qualquer reforma que ponha em causa a gratuidade do ensino». Uma outra declaração adoptada pelos alunos exige ao Governo que sejam tomadas «medidas concretas» para a resolução dos problemas existentes no ensino superior português.

«Estamos certos de que a mudança terá de ser feita com

os estudantes, seguros que a melhoria do ensino superior depende da nossa intervenção, abnegada e persistentem na busca e defesa das melhores soluções», afirmou Vítor Hugo Salgado, presidente da Associação Académica de Coimbra, lendo a declaração. «A hora é de união e participação», concluiu.

Antes da reunião começar, os estudantes decidiram não enveredar pela contestação à política governamental para o ensino, mas esta posição foi contestada durante a iniciativa. «Seria ser parvo ou ingénuo olhar para as medidas que este Governo está a aplicar noutras áreas e não tirar

daí ilações», sublinhou um aluno da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, acrescentando que os estudantes não devem ficar calados «à espera que sejam tomadas medidas e que depois seja muito mais difícil voltar atrás».

Outra questão abordada foi a do financiamento dos cursos mediante empréstimos a contrair pelos estudantes.

Os alunos presentes têm intenção de apresentar o documento aprovado no próximo Encontro Nacional de Dirigentes Associativos (ENDA), onde as decisões tomadas pelas associações são vinculativas.

Sacavém

Contra o fim do ensino nocturno

Estava marcada para a tarde de ontem uma concentração contra o fim do ensino nocturno na Escola Secundária de Sacavém, promovida pelos estudantes daquela instituição.

«O Ministério da Educação diz que o insucesso escolar não justifica a despesa com o ensino nocturno. Nós perguntamos se, com escolas encerradas, o sucesso escolar aumentará?», questionam os estudantes. E adiantam outras perguntas: «Será que o ensino público, pago com os nossos impostos, tem de ser lucrativo? Ou será que o ensino público deverá ser um investimento no desenvolvimento do nosso país?»

Outras iniciativas estão previstas, como a recolha de assinaturas e a divulgação do problema junto da população e de várias instituições, como o

Ministério da Educação, a Câmara Municipal de Loures, a Junta de Freguesia de Sacavém, a Presidência da República e os partidos com assento parlamentar. Serão igualmente contactadas as embaixadas do países das comunidades estrangeiras que frequentam a escola.

Alunos podem desistir de estudar

A Escola Secundária de Sacavém insere-se numa área socialmente fragilizada e desprotegida. A maioria dos alunos tem fracos recursos económicos, empregos precários e a escola é o seu principal meio de inclusão social. Actualmente estão inscritos 500 alunos no ensino nocturno e desses cerca de 200 fre-

quentam efectivamente as aulas.

Esta escola serve uma fatia significativa da população trabalhadora de Sacavém e das freguesias envolventes, como Apelação, Bobadela, Camarate, Moscavide, Portela, Prior Velho, Santa Iria de Azóia, São João da Talha, Unhos e Catujal.

Se o ensino nocturno for encerrado, os alunos serão transferidos para a escola mais próxima, em São João da Talha. «O passe social passa a ser mais caro e a rede de transportes para lá é muito difícil, não havendo em muitos casos ligação directa para São João da Talha», explicou, à Lusa, Cristina Torres. Esta representante da associação dos estudantes nocturnos considera que estas dificuldades levarão à desistência de muitos alunos.

David Velasquez, secretário-geral da Juventude Comunista da Venezuela

● Isabel Araújo
Branco
texto

● Jorge Cabral
fotos

Derrota do golpe só foi possível com unidade entre o povo e o exército

Em visita a Portugal, David Velasquez, secretário-geral da Juventude Comunista da Venezuela e membro da Comissão Política do Partido Comunista da Venezuela, fala no perigo que a direita representa, no papel do povo na derrota do golpe e nas mudanças operadas no país.

– Como está a viver a população venezuelana o pós-golpe de Estado?

– O povo venezuelano está a demonstrar um nível político e organizativo muito elevado. As coordenadoras populares e os grupos sociais mantêm-se em actividade permanente, exigindo o julgamento dos golpistas. Há muita actividade política nos bairros.

– Mais do que anteriormente?

– Muito mais do que antes do golpe. É produto, entre outras coisas, do crescimento ideológico e político do movimento popular. Em 1998, Hugo Chavez [o presidente

reiria, que não cumprem a política do Estado e que a sabotam. Desempenham um papel de reacção interna.

«Assassinar Hugo Chavez significaria o início de uma guerra civil»

– Isso significa que há deputados eleitos que não cumprem o que se propuseram?

– A maioria cumpre, mas alguns passaram para a oposição.

Estamos num momento de reagrupamento. A aliança que apoia a revolução é uma aliança muito diversa, uma aliança de classe, e muitos dos sectores pequeno burgueses não vinculados ao capital tradicional são facilmente pressionados pela reacção, que conta com muitos recursos, com muito dinheiro e

havido unidade suficiente entre ambos, não haveria condições para fazer o processo retroceder.

– Como é fazer uma revolução com 80 por cento dos *media* nas mãos de privados?

– É muito difícil, porque, além de não termos o apoio dos *media*, temos a sua oposição. Eles não têm uma actividade objectiva e equilibrada, mas sim uma posição claramente contra-revolucionária. Actualmente está-se a trabalhar para fortalecer os meios de comunicação alternativos e os *media* do Estado, que são muito poucos.

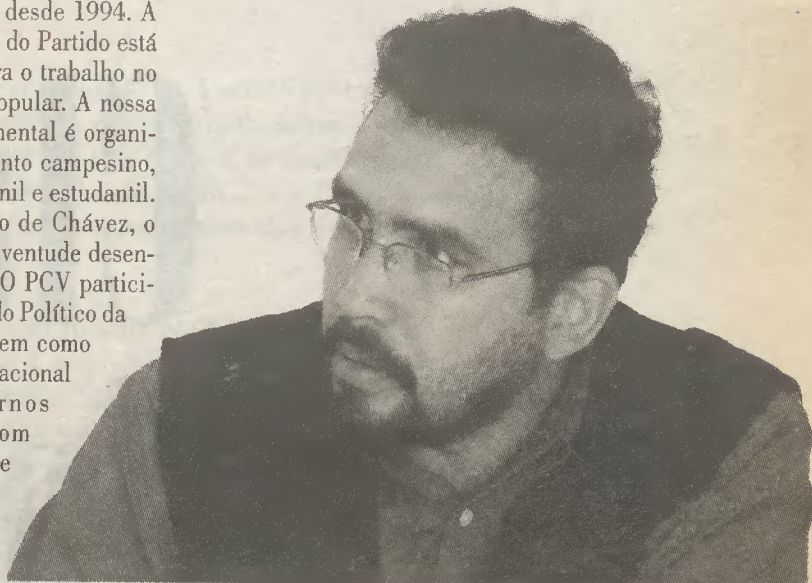
– Como?

– Há um plano de criação de rádios e televisões comunitárias e de desenvolvimento da rede eléctrica para os *media* comunitários. Outra questão é a publicidade, sem a qual nenhum meio de comunicação sobrevive. O movimento popular está a pressionar o Governo para receber quotas publicitárias, tal como os meios privados.

– Qual a importância do Partido Comunista no contexto político e social?

– O Partido e a Juventude estão num processo de

reconstrução desde 1994. A linha política do Partido está orientada para o trabalho no movimento popular. A nossa tarefa fundamental é organizar o movimento campesino, sindical, juvenil e estudantil. Com o triunfo de Chávez, o Partido e a Juventude desenvolveram-se. O PCV participa no Comando Político da Revolução, bem como no Governo nacional e nos governos regionais, com deputados e presidentes de câmaras municipais.



«Vive-se um projecto de libertação nacional que pode classificar-se como revolução institucional»

O que mudou para os jovens

Há três anos, antes da eleição de Hugo Chavez, 40 por cento dos jovens (cerca de um quarto da população) estavam desempregados e não estudavam. Esta realidade mudou com as leis da agricultura, da pesca, o Banco do Povo e o Banco da Mulher e o investimento na educação.

Em Março deste ano, foi aprovada uma Lei de Juventude que cria um conjunto de direitos para os jovens, como o acesso ao primeiro

emprego sem exigência de experiência profissional, o direito dos jovens trabalhadores continuarem a estudar, o direito a descontos para os estudantes nos transportes e em materiais recreativos e culturais, e o direito de trocar o serviço militar por serviço social. Antes o serviço militar era iniciado à força, hoje quem está na tropa tem segurança social, salário mínimo e direito de continuar a estudar.

A estratégia da direita para derrubar a revolução

– O que pode acontecer no futuro, sabendo-se que os EUA estiveram envolvidos no golpe?

– A estratégia da reacção na Venezuela é assassinar Chavez, ou fazer um golpe de Estado ou conseguir uma saída institucional aparentemente democrática. Assassinar Chavez significaria o início de uma guerra civil, porque terias as forças armadas a apoiar maioritariamente as forças revolucionárias e sectores da reacção a tentar tomar o poder. Um golpe de Estado com o apoio das forças internas é muito difícil, porque a reacção não tem força, mas tem formas de tentar uma intervenção militar na Venezuela com meios dos EUA, nomeadamente a partir da Colômbia.

A reacção conta com recursos, com os *media* e com uma política internacional muito agressiva. Mesmo que internacionalmente tenha resultados negativos, internacionalmente pode

manipulá-los. No dia do golpe, em Espanha escreveu-se que tinha caído o ditador e criou-se uma campanha desfavorável a Chavez. Provavelmente, tal como acontece com Cuba, vão acusar a Venezuela de violar os direitos humanos ou de ter relações com terroristas. Ou vão atacar a economia.

A direita planeia que Chavez sairá, por renúncia ou por reforma institucional, antes de Dezembro. Entretanto, vai comprando deputados, tenta ganhar a maioria no Supremo Tribunal de Justiça e defende um referendo sobre o futuro de Chavez.

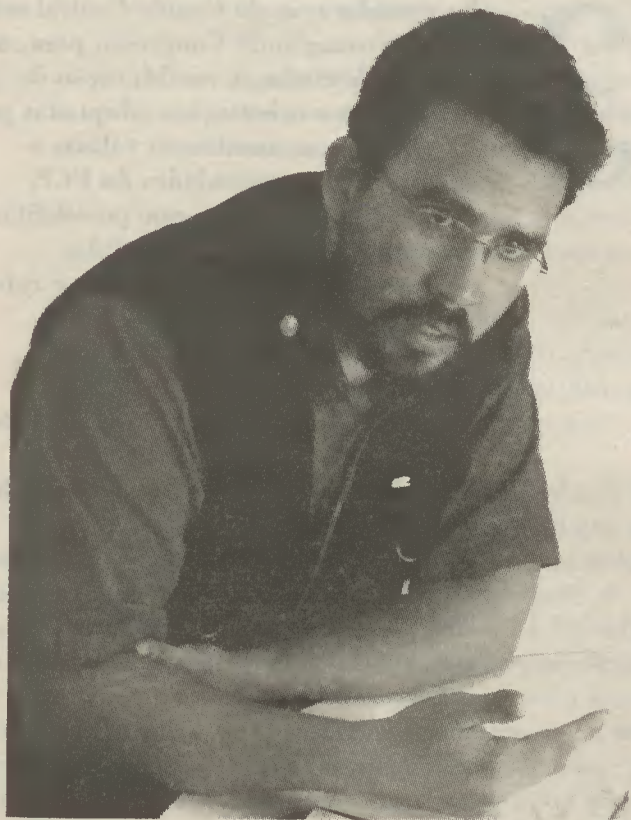
– Consideras que, ao longo destes anos e atentando nas medidas que têm sido tomadas, se pode dizer que está em curso uma revolução institucional?

– No Partido e Juventude Comunista consideramos que o processo que se vive é um projecto de libertação nacional, num país que tinha 80 por cento da população em condições de pobreza, que tinha um mercado interno destruído, que vivia das importações e das exportações e que tinha altos índices de analfabetismo.

Este projecto pode classificar-se como revolução institucional, porque tudo se está a fazer de forma democrática, pacífica e constitucional, através de leis revolucionárias que fortalecem o aparelho produtivo, que integram os camponeses sem terra e os pescadores artesanais. Será institucional, mas conta com um amplo apoio popular.

– A Venezuela actualmente está numa situação melhor do que a maioria dos países da América Latina?

– Sim. A ONU reconheceu que a Venezuela é o único país da América Latina que reduziu os índices de pobreza e que aumentou o investimento nos materiais de saúde e de educação, ambas gratuitas e públicas. Mais de um milhão e meio de crianças começaram a estudar e seis por cento do Produto Interno Bruto destina-se à educação. A redução dos índices de pobreza, o Banco do Povo e o Banco da Mulher, o reconhecimento do trabalho doméstico como um trabalho socialmente produtivo que dá direito a uma pensão - há toda uma política social que está a redistribuir a riqueza e o fortalecer a inclusão social.



«A direita conta com muito dinheiro e mecanismos de pressão internacional»

da Venezuela] tinha um apoio popular consolidado e hoje em dia tem apoio do movimento popular, que reconhece a liderança de Chavez.

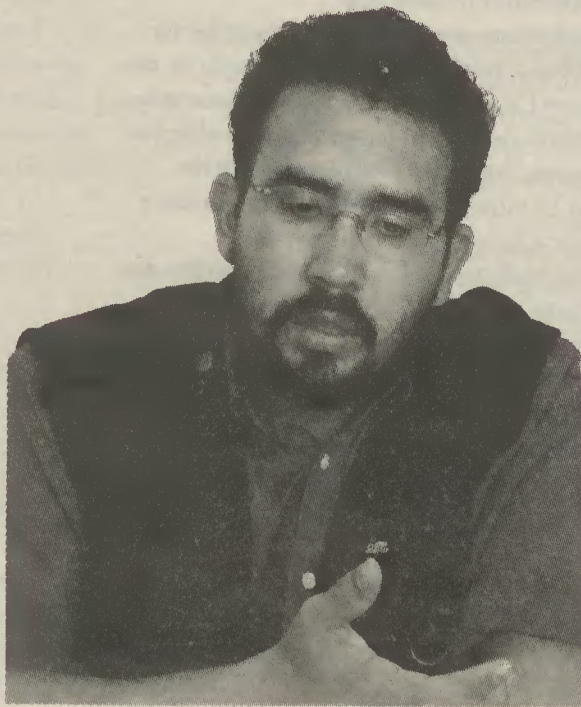
– Que posição tem a população em relação ao poder revolucionário?

– Ficou demonstrado que o povo venezuelano apoia o governo revolucionário e que o povo está vigilante em relação aos sectores eleitos. Alguns governadores e deputados eleitos pelo movimento bolivariano às vezes têm posições muito pouco definidas e são pressionados pelo movimento popular para que cumpram o compromisso que assumiram com o povo que os elegeu. O Estado tem muitos funcionários que são profissionais, funcionários de car-

com mecanismos de pressão internacional.

– Que papel teve a população na derrota dos golpistas?

– No dia 13 de Abril mobilizaram-se mais de seis milhões de pessoas em todo o País. A Venezuela tem 24 milhões de habitantes. Essas pessoas tomaram as ruas, as guarnições militares, a sede das Forças Armadas e a sede do Governo Regional. Este movimento popular teve uma relação dialéctica com os sectores militares patrióticos, que, apoiando-se nos populares, se pronunciaram em favor da revolução e do restabelecimento da Constituição. Esta relação entre o exército e o povo mudou a correlação de forças. Se não tivesse



PE discute aborto

● Fátima Garcia

A questão do aborto está actualmente na agenda do Parlamento Europeu. E isto porque a Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades está a discutir um relatório da deputada Anne Van Lancker (socialista belga) sobre «direitos em matéria de saúde sexual e reprodutiva»⁽¹⁾. A relatora não procurou caminhos viesados para tratar do tema; pelo contrário, faz uma abordagem frontal do assunto. Na elaboração da sua proposta de resolução, apoia-se em documentos aprovados pelos Estados-membros, tais como: a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), as Declarações e Programas de Acção da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento (Cairo 1994) e da Quarta Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres (Pequim 1995). Assim, começa por exortar os governos dos estados-membros e dos países candidatos à adesão a promoverem políticas nacionais de

governos a absterem-se, em quaisquer circunstâncias, de agir judicialmente contra mulheres que tenham feito abortos ilegais.

Possível recuo

Contrariamente ao que seria de esperar numa Comissão dos Direitos da Mulher ao nível europeu, onde a esmagadora maioria dos estados-membros há vários anos despenalizou o aborto, este tema suscita bastante controvérsia – o que prova mais uma vez que não basta ser mulher para se defender os seus direitos – e, no essencial, uma forte oposição do Grupo Democrata Cristão (PPE).

Vejam os posicionamentos dos partidos portugueses.

Pela nossa parte, apoiamos a posição do Grupo em que nos integramos no sentido de não apresentar alterações ao texto apresentado uma vez que este contém, no essencial, aspectos pelos quais nos batemos.

Por parte do PS foram apresentadas algumas alterações que visam incluir os homens neste processo, nomeadamente no que se refere à utilização da contracepção. No que se refere à despenalização do aborto, se por um lado apoia o pedido para que os governos se abstenham de agir judicialmente contra as mulheres que tenham feito abortos e de considerar ilegal a interrupção voluntária da gravidez, por outro propõe a supressão da recomendação para que a mesma seja «legal».

No seio do PPE, a representante do PSD é campeã no ataque ao relatório. Começa por propor a alteração do título para «sexualidade e reprodução» e refere metade dos artigos da Carta dos Direitos Fundamentais da UE (que felizmente é apenas um anexo do Tratado não fazendo parte integrante do mesmo). A seguir propõe a supressão de quase metade do relatório, nomeadamente, todo o convite aos governos a pugnarem pela existência de serviços de saúde sexual e reprodutiva de alta qualidade em regime de gratuidade, ou a custo reduzido e pela melhoria do circuito de distribuição de contraceptivos.

E avança com algumas propostas: a generalização dos meios contraceptivos enquanto tal não reduz os casos de gravidez não desejada (suprimindo a parte que diz que estas resultam geralmente na realização de abortos de risco); que o aborto não deve ser incluído nos serviços de planeamento familiar nem na definição de saúde reprodutiva; que a educação sexual deve ser ministrada de uma forma que respeite a sensibilidade de rapazes e raparigas, no contexto dos direitos dos pais de escolher a educação dos filhos. Na altura em que escrevo este texto não é ainda possível prever qual vai ser o resultado da votação das alterações, mas parece começar a desenhar-se um possível compromisso entre o PSE e PPE que resultará num recuo face ao documento proposto. Com a subida da direita e com estas atitudes titubeantes do PS, será bom que todas as mulheres europeias fiquem vigilantes em relação aos seus direitos nesta matéria.

(1) PE 305.485.



saúde sexual e reprodutiva de molde a garantir a igualdade de acesso a toda uma vasta gama de métodos contraceptivos de alta qualidade e a preço acessível, bem como a dar informação sobre os riscos e os benefícios envolvidos. Solicita a disponibilização de serviços de planeamento familiar e a promoção da contracepção de emergência, por exemplo, através da venda livre e a preço acessível, como uma prática comum no âmbito dos cuidados de saúde sexual e reprodutiva.

Sublinha igualmente que a educação sexual deve ter início numa fase precoce da vida, continuando até à idade adulta, com uma abordagem específica nos diferentes estádios do desenvolvimento e tendo em conta a existência de múltiplos estilos de vida.

No que se refere ao aborto, começando por salientar que este não deve ser fomentado como método de planeamento familiar, recomenda que a interrupção voluntária da gravidez seja legal, segura e universalmente acessível, a fim de salvaguardar a saúde das mulheres e exorta os

Atraso na apresentação da reforma da política de pescas levanta suspeitas

Ofensiva espanhola

O atraso na reforma da Política Comum de Pescas é visto como uma cedência da Comissão às pressões da Espanha que não está satisfeita com as propostas actuais.

A oposição da Espanha à revisão da política comunitária para as pescas foi claramente expressa pelo ministro da tutela espanhol, Miguel Arlas Cañete, que recentemente admitiu na televisão ter dado instruções aos seus comissários

Comunistas defendem a manutenção da zona exclusiva portuguesa

para «parar a reforma». A confirmá-lo, a comissária espanhola Loyola de Palacio, antiga ministra das pescas, enviou ao Comissário Fischler as suas reservas, manifestando-se «muito preocupada» pelo facto de a reforma «perpetuar as restrições no mercado interno, mantendo as frotas portuguesa e espanhola fora das águas comunitárias, quando ficou acordado que o acesso livre seria uma realidade a partir de 31 de Dezembro deste ano».

Por outras palavras, o que De Palacio defende é o fim das zonas exclusivas de pesca, como a que Portugal ainda mantém, e o livre acesso da poderosa frota espanhola às nossas águas.

Opondo-se igualmente à reorientação dos fundos comunitários unicamente para o abate da frota, como preconiza a reforma de Franz Fischler, a Espanha tem envidado todos os esforços para defender a sua indústria de pesca, a maior da Europa, mesmo que para isso signifi-

que acabar de vez com a empobrecida comunidade piscatória portuguesa.

O Comissário Fischler tentou afastar todas as suspeitas e insinuações feitas sobre as pressões espanholas, mas as explicações que deu na passada semana, durante um debate da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu, não foram muito convincentes.

Isto porque as coincidências são muitas. Para além da declarações acima referidas, Fischler admitiu ter sido informado pelo presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, de um telefonema que este recebeu do primeiro-ministro espanhol, José-Maria Aznar, no dia 21 de Abril, dois dias antes da segunda data da formalização das propostas de reforma das pescas. Fosse qual fosse a conversa tida, a verdade é que a reforma foi adiada.

Em 24 de Abril, a Espanha voltou a marcar pontos ao ser anunciada a transferência do director-geral das Pescas, o dinamarquês Steffen Smidt, responsável técnico pela reforma fortemente contestado pelo governo espanhol.

Defender o interesse nacional

No debate realizado na Comissão das Pescas do

Parlamento Europeu, a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo reafirmou que «a manutenção da derrogação de acesso à zona exclusiva das 6/12 milhas é da maior importância para a defesa dos interesses portugueses, não só de soberania nacional mas também, de todo o sector da pesca e de um modo especial da pesca costeira e artesanal».

Os comunistas, que se mostram preocupados com muitos aspectos das propostas da Comissão, sublinham que «a importância das pescas ultrapassa em muito o seu peso na economia nacional uma vez que dá uma contribuição importante para o abastecimento de pescado, é um factor de independência nacional e segurança alimentar, além de que garante o emprego a cerca de 30 mil pescadores».

Nesse sentido, os deputados do PCP no Parlamento Europeu seguem atentamente este processo alertando, desde já, para a existência de aspectos muito negativos na proposta de revisão, nomeadamente quanto à reestruturação da frota, que poderão pôr em causa os interesses portugueses.

Este tema esteve em debate, no passado sábado, numa iniciativa organizada pelo PCP na capital, em que participaram, entre outros, a eurodeputada Ilda Figueiredo, o deputado Rodeia Machado e o membro da Comissão Política, José Neto.

Comissão quer reforço de poderes

A Comissão Europeia pretende obter competências alargadas em matérias nas quais considera ter hoje um protagonismo limitado, como a coordenação das políticas económicas e do euro, política externa e segurança comum e justiça e assuntos internos.

O projecto, apresentado na passada semana no Parlamento pelo presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, propõe que os cargos de alto representante da Política Externa da UE, ocupado actualmente por Javier Solana, e de comissário Europeu das Relações Externas, Chris Patten, sejam fundidos ficando sob a alçada do executivo comunitário.

A integração do cargo de alto representante na Comissão Europeia teria, para Bruxelas, a grande vantagem de reunir numa só entidade os instrumentos em matéria de política

externa que estão actualmente espalhados por várias entidades: comércio, política de desenvolvimento, ajuda de emergência, sanções económicas e financeiras.

A Comissão Europeia também defende a criação de um só quadro institucional em substituição da estrutura introduzida com o Tratado de Maastricht: três pilares, um dos quais regula a parte comunitária em que a Comissão tem o direito de iniciativa, sendo os restantes (Política Europeia de Segurança e Defesa, Justiça e Assuntos Internos) decididos entre os Estados-membros de forma intergovernamental.

Bruxelas defende que esta alteração é essencial para se chegar no futuro a uma constituição que permita às instituições comunitárias funcionarem bem e, ao mesmo tempo, de uma forma compreensível para

os cidadãos europeus. Para a Comissão Europeia, a arquitectura institucional única continuaria a utilizar o «método comunitário» que se baseia no triângulo institucional formado pela Comissão Europeia (que tem o direito de iniciativa), Parlamento e Conselho Europeu (a quem cabe a decisão final).

A Convenção sobre o futuro da Europa vai, durante cerca de um ano, tentar chegar a um consenso entre os seus membros sobre um pacote de propostas de medidas de reforma das instituições da UE, em breve alargada a pelo menos mais 10 estados-membros.

A decisão final sobre as alterações institucionais e outras que forem apresentadas será tomada pelos chefes de Estado e de governo, por unanimidade, depois de debatidas numa conferência intergovernamental, que se reunirá em 2004.

Pacote ferroviário ameaça direitos sociais

Via aberta aos privados

● Carlos Nabais
texto

● Jorge Cabral
fotos

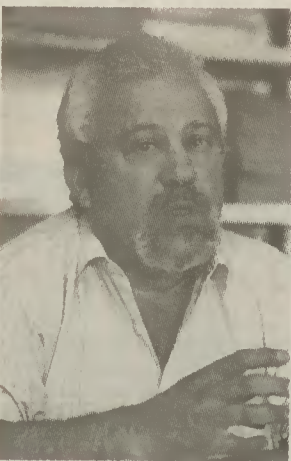
António Leal, coordenador do Sindicato Nacional do Sector Ferroviário, e José Reizinho, membro da Comissão de Trabalhadores da CP, condenam as intenções da Comissão Europeia e as políticas dos governos PSD e PS para o caminho-de-ferro.

Ambos participaram recentemente numa audição sobre o segundo pacote de medidas para o sector ferroviário da Comissão Europeia, promovida pelo Grupo da Esquerda

Unitária do Parlamento Europeu, no qual se integram os deputados do PCP, onde foram debatidas as políticas comunitárias que vão marcar o futuro da ferrovia, com graves consequências para os trabalhadores e para os utentes.

- Quais são as principais orientações da Comissão Europeia para o sector ferroviário?

António Leal (AL) - A Comissão pretende a abertura do sector ferroviário aos privados, numa primeira fase ape-



António Leal

nas o transporte de mercadorias e depois a total liberalização incluindo o tráfego de passageiros.

- Há muito que se fala em privatização no sector e em Portugal até já há exemplos concretos.

AL - De facto, este chamado «segundo pacote» de medidas enquadra-se na política neoliberal que a Comissão desenvolve desde há muito ao serviço dos lobbies privados, nomeadamente com o Livro Branco e com a directiva 91/440, que visavam a separação estrutural das empresas públicas de caminhos-de-ferro, o seu desmembramento e desarticulação de modo a abrir caminho à entrada dos privados.

- Foi o que aconteceu na CP?

AL - Sim, mas a directiva 440, de 1991, apontava apenas para a separação contabilística dos sectores das infra-estruturas e do comercial e o saneamento económico e financeiro das respectivas empresas. Em Portugal, o Governo interpretou de forma abusiva e excessiva a directiva comunitária e separou organicamente os dois sectores criando a empresa REFER mas, até hoje, não cumpriu o saneamento económico e financeiro como estipulava a directiva.

- E que balanço fazem dessa reestruturação?

AL - O primeiro efeito foi uma redução significativa dos postos de trabalho. Desde 1996, quando o então ministro

João Cravinho definiu o modelo da CP, foram extintos mais de sete mil postos de trabalho e perderam-se também, nalguns casos, direitos que tinham

sido conquistados.

- Actualmente os caminhos-de-ferro dão prejuízo. Qual é a solução?

AL - O caminho-de-ferro é um sector estruturante de qualquer país, devendo contribuir para o seu desenvolvimento harmonioso, para a redução das assimetrias regionais, proporcionando também um serviço social. Ora, o poder político não pode ignorar esta função importante e não deve fugir às suas responsabilidades. Perguntamos: qual é o país em que o caminho-de-ferro não é deficitário em termos de exploração?

- Mas se o caminho-de-ferro não é rentável devido à sua natureza de serviço público que presta, que sentido faz a sua privatização?

AL - Quando se trata de satisfazer clientelas, tudo é possível. Estou certo que qualquer um de nós estaria em condições de explorar, de forma rentável, a travessia ferroviária do Tejo se obtivesse as mesmas condições que o Governo ofereceu à Fertagus. Ou seja, foram facultadas a esta empresa infra-estruturas completamente novas, de raiz, material circulante novo e garantidas indemnizações compensatórias no caso de não atingir os seus objectivos financeiros. É um negócio sem riscos. E não se espera outra coisa da entrada do capital privado no sector. Ninguém irá investir para perder. Antes pelo contrário, tentarão obter lucro fácil e o mais rapidamente possível.

- O decréscimo do transporte ferroviário de mercadorias deve-se à ineficácia das empresas de caminhos-de-ferro?

José Reizinho (JR) - As políticas europeias têm sido contraditórias em relação ao transporte de mercadorias e os resultados estão à vista. Durante muito tempo apostou-se na construção de auto-estradas e incentivou-se o transporte rodoviário, numa clara cedência aos lobbies deste sector. Hoje, é a própria Comissão Europeia a reconhecer que, por mais auto-estradas que se façam, corremos o risco de chegar ao ano 2017 com as estradas completamente saturadas. Isto sem falar nos gastos energéticos e nos efeitos poluidores.

Mas este problema não surgiu agora. Já na década de 80

se falava na necessidade de dinamizar o sector ferroviário. Aliás, foi com esse argumento que na Inglaterra se privatizou o caminho-de-ferro. As consequências foram desastrosas...

- De tal modo, que até já se fala na renacionalização dos caminhos-de-ferro britânicos por uma questão de segurança pública...

JR - As infra-estruturas e o material circulante têm um horizonte de vida entre 25 a 35 anos e a sua manutenção representa um custo elevado. A lógica dos privados é cortar nas despesas para aumentar os lucros. O serviço piorou e degradação das condições acabou por provocar uma série de graves e lamentáveis acidentes.

- Apesar disso a Comissão Europeia continua a insistir na abertura aos privados?

JR - Sim. Embora utilize uma retórica nova, afirmando que o exemplo inglês é para esquecer.

- Então qual é o modelo?

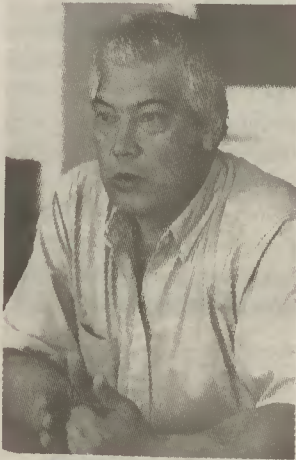
JR - A Comissão considera agora que as infra-estruturas devem ficar na posse dos estados e devem ser estas a suportá-las, abrindo-as à exploração dos operadores privados.

- O que já acontece em Portugal na travessia do Tejo.

JR - Sim, Portugal, pela prática dos governos do PSD e do PS, tem sido tão célere a seguir e até a antecipar as orientações neoliberais da União Europeia que ficamos com a ideia de que tem servido de cobaia.

- De que modo?

JR - Nos últimos anos, tudo o que foi feito destinou-se a preparar a entrada dos operadores privados. Depois do plano de modernização do caminho-de-ferro (1988-94), de Cavaco Silva, o PS seguiu as mesmas pisadas e criou



José Reizinho

cinco unidades de negócio, separando o transporte regional e inter-regional, o transporte de mercadorias, e os suburbanos de Lisboa e do Porto, para além da unidade de material e tracção. Foi também o PS que dividiu a CP criando a REFER. Seguiu-se a concessão da travessia do Tejo à Fertagus, cujo concurso foi vedado à CP por despacho do ministro da tutela João Cravinho. Todo este processo coincide com as orientações que a Comissão Europeia preconiza para o sector. É por isso que pensamos que o nosso país tem servido de cobaia.



Na CP foram extintos mais de sete mil postos de trabalho desde 1996

«Dos trabalhadores ninguém fala»

Há disposição no sector para lutar contra estas privatizações?

AL - Estamos a mobilizar os trabalhadores do sector e vamos participar em força na jornada de luta da CGTP-IN de dia 20. Também penso que a Conferência do Partido, de 22 de Junho, irá ajudar à reflexão sobre as grandes questões que estão em jogo e que requerem de todos nós um grande esforço e uma grande unidade em termos de acção para combater toda esta política neoliberal que nos querem impor. Como partido sempre ao lado dos trabalhadores, sempre preocupado com os seus problemas, temos a respon-

sabilidade de tentar encontrar respostas contra esta ofensiva tanto a nível nacional como internacional.

Pensamos que há condições para desenvolver uma forte luta contra estas medidas. É preciso sublinhar que nenhuma das directivas que formam este pacote ferroviário referem uma vez que seja os direitos dos trabalhadores ou os direitos sociais. Não podemos aceitar este «esquecimento». Já se realizaram anteriormente greves europeias e acções de rua e acredito que também agora será possível dar uma resposta vigorosa ao nível da Europa.

Utentes pagam duas vezes

- A Comissão argumenta que o transporte ferroviário precisa de ser dinamizado. Existem ou não problemas que impedem os caminhos-de-ferro de constituir uma verdadeira alternativa à rodovia?

JR - É claro que existem. E estamos todos de acordo que é preciso resolvê-los. Mas não podemos esquecer que eles resultam das políticas que ao longo destes últimos anos. No nosso país, a quilometragem da rede viária foi reduzida nos últimos dez anos em mais de 10 por cento, ao mesmo tempo que as auto-estradas aumentaram 30 por cento. No mesmo período, diminuiu em dez vezes o valor das indemnizações compensatórias pagas à CP. Em 2001, foram pagos apenas 1,4 milhões de contos, contra cerca de 12 milhões pagos em 1991. Não surpreende que a CP tenha decuplicado os seus prejuízos. São os governos que estão a levar a empresa à falência.

- Mas também há má gestão?

JR - Igualmente fruto da política dos governos. Antes, quando a empresa era única, havia apenas uma administração, hoje temos 14 administrações com tudo o que isso implica.

- Com operadores privados, o aumento da oferta não trará benefícios para os utilizadores?

JR - O transporte ferroviário é muito específico. Não é como uma auto-estrada em que se pode ultrapassar os mais lentos...

AL - A entrada de novos operadores privados não significará uma melhoria no transporte. Pelo contrário. A experiência portuguesa mostra-nos que o desmembramento e a divisão da CP em várias unidades de negócio trouxe problemas acrescidos de coordenação que terão tendência a agravar-se.

- Querem dar um exemplo dessas dificuldades de coordenação?

JR - Em caso de um acidente, quando a CP era uma empresa única, o comboio ou máquina que estivesse mais próximo deslocava-se ao local. Se fosse necessário transbordo de passageiros ou qualquer outra medida era decidida num único centro. Hoje, se uma máquina estiver próxima do acidente, mas se não pertencer à mesma unidade da sinistra-la e a tomada de decisões depende de cinco centros diferentes. Com mais operadores tudo se complica. A

infra-estrutura é única, quem decide quais são os comboios prioritários? São os da CP ou os dos privados?

- A abertura do sector poderá provocar novos encerramentos de ramais?

JR - O que está na calha é a entrega das unidades de negócio mais rentáveis, ou seja a de Lisboa e a do Porto. Não é por acaso que se estão a fazer aí grandes investimentos na infra-estrutura e na compra de material circulante novo. Quanto às linhas menos rentáveis, o Conselho de Administração já fala em criar empresas de parceria com as autarquias, como se estas tivessem meios para manter um transporte ferroviário.

- Os actuais investimentos são nas áreas que vão ser privatizadas?

JR - Não é segredo para ninguém: o actual ministro já afirmou que irá fazê-lo e tudo está preparado para que avancem neste ou no próximo ano. Os contribuintes vão pagar de duas formas. Primeiro suportam os investimentos nas infra-estruturas, depois pagam o transporte mais caro como já sucede na Fertagus que cobra preços três ou quatro vezes superiores aos da CP.

PCV ganha no Vietname

O Partido Comunista Vietnamita (PCV) conquistou 89,7 por cento dos lugares na nova Assembleia Nacional, cuja a principal tarefa será nomear um presidente da República e um primeiro-ministro, de acordo com os resultados oficiais das eleições legislativas de 19 de Maio, anunciados, sábado, em Hanoi. Os principais dirigentes do país, o secretário-geral do PCV, Nong Duc Manh, número um vietnamita, o presidente da República, Tran Duc Luong, o primeiro-ministro, Phan Van Khai, e o presidente da Assembleia Nacional, Nguyen Van Na, foram todos reeleitos para os seus cargos.

Irão rejeita acusações dos EUA

O governo iraniano rejeitou na passada semana as acusações do departamento de Estado norte-americano, que apontou o Irão como o «país mais activo no apoio ao terrorismo em 2001», no seu relatório intitulado «Os dados sobre o terrorismo mundial em 2001». «As recentes acusações do secretário da Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, bem como do relatório do Departamento de Estado não têm fundamento», afirmou um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Hamid-Reza Assefi. Assefi acrescentou que «estas acusações estão conformes à política de hostilidade dos Estados Unidos em relação ao Irão», e acusou Washington de querer «aproveitar-se dos acontecimentos de 11 de Setembro para impor os seus pontos de vista ilógicos sobre os outros países».

Timor na ONU

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou na passada quinta-feira a entrada de Timor-Leste na ONU, o que deverá ocorrer formalmente na próxima sessão anual da Assembleia Geral da organização. O pedido de integração foi feito na segunda-feira por Xanana Gusmão e pelo primeiro-ministro timorense, Mari Alkatiri, dia em que Timor-Leste se tornou independente. Timor passará a ser o 190.º Estado do organismo internacional.

Argentina em estado de emergência

O governo argentino decretou, sexta-feira, o estado de emergência devido à falta de combustível no país, devendo-se enfrentar um período de contenção, que vigorará até ao dia 30 de Setembro. A decisão, publicada no Diário Oficial, determina que o abastecimento do mercado interno terá prioridade em detrimento das exportações. A partir de agora, segundo o comunicado, todas as exportações de petróleo e gás terão que ser registadas, analisadas e ficarão dependentes de autorização prévia do governo.

Exército volta a cercar Basílica da Natividade e Direcção palestina apela à intervenção imediata da comunidade internacional

Incursão israelita em Belém

Tanques israelitas regressaram a Belém, 15 dias depois de terem levantado o cerco à Basílica da Natividade. Durante a incursão foram detidos dezenas de palestinianos.

Com o apoio de helicópteros, as forças da infantaria israelita, apoiadas por mais de 20 blindados e Bulldozers entraram, segunda-feira, em Belém, no Sul de Jerusalém, e impuseram o recolher obrigatório na cidade.

Uma acção militar incluída num conjunto de «opera-

ções pontuais», segundo Israel, que têm vindo a ser realizadas nos territórios autónomos palestinianos com o objectivo de deter alegados terroristas e abortar planos de novos atentados.

Esta é a segunda vez, desde sábado, que soldados israelitas entram na cidade bíblica e,

As forças de ocupação continuam as suas agressões selvagens

segunda-feira, voltaram a bloquear o acesso à Basílica da Natividade. Uma medida para evitar que palestinianos procurados por Israel se refugiem no complexo religioso, tal como aconteceu durante cinco semanas entre 2 de Abril e 10 de Maio, com 200 palestinianos.

Os militares israelitas efectuaram também incursões em Hebron e mais quatro localidades próximas do Sul da Cisjordânia, interpellando dezenas de palestinianos, e prosseguindo ainda as movimentações lançadas

na véspera na cidade de Kalkiliya, no Norte da Cisjordânia, onde dois suspeitos palestinianos foram detidos.

Na sequência das operações, o exército israelita deteve o chefe das Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa. Ahmed Mograbi foi capturado na sua residência no campo de refugiados de Dheisheh, perto de Belém, tendo sido detidos mais 20 palestinianos.

Intervenção imediata

A direcção palestina apelou, este fim-de-semana, à comunidade internacional para intervir «imediatamente» para pôr fim às incursões de Israel nas zonas autónomas palestinianas.

«As forças de ocupação israelitas continuam as suas agressões selvagens contra as nossas cidade, aldeias e campos de refugiados», indica um comunicado da direcção. «É necessário uma

intervenção imediata e séria dos dirigentes mundiais e de todas as organizações internacionais e humanitárias para punir o governo e o exército de Israel pelos seus crimes e para que se retirem de todas as regiões autónomas palestinianas», acrescenta o texto.

Entretanto, uma palestinianiana de 45 anos e a sua sobrinha de 12 foram assassinadas por soldados israelitas. Segundo fontes palestinianas, citadas pela Lusa, os militares israelitas impediram as ambulâncias palestinianas de entrar no sector.

Em comunicado, o exército israelita «exprime as suas condolências pelo trágico incidente» e explica o que se terá passado. «As forças israelitas assinalaram duas silhuetas suspeitas que se aproximavam a menos de 50 metros da faixa de segurança, a Sul do ponto de passagem de Karni e abriram fogo na sua direcção», explica o comunicado do porta-voz do exército israelita.



O exército israelita entra na zona autónoma de Belém com o objectivo de capturar indivíduos alegadamente envolvidos em atentados contra civis israelitas

Colapso na Palestina

O Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) lançou, segunda-feira, um apelo de emergência de 44 milhões de dólares de ajuda para a batalha contra o «colapso socioeconómico da sociedade paleestina».

Os fundos, que perfazem mais do dobro da ajuda da Cruz Vermelha aos territórios ocupados para 2002, são necessários para financiar um significativo aumento na ajuda alimentar assim como no apoio médico.

No seu apelo aos doadores, o CICV informou que os relatos recentes da situação na Cisjordânia dão conta da necessidade de «um aumento massivo na ajuda àqueles que simplesmente já não podem fazer frente à actual situação de segurança e económica».

Em comunicado, a organização humanitária argumenta que as condições na Cisjordânia e na Faixa de Gaza pioraram bastante depois da ofensiva militar israelita, lançada no fim de Março na sequência de uma onda de ataques suicidas palestinianos contra civis israelitas.

Segundo o CICV, «as incursões militares, prolongados cercos, a destruição das infraestruturas públicas e de propriedades privadas conduziram ao colapso socioeconómico da sociedade paleestina, resultando em extremas dificuldades para a população».

A Cruz Vermelha relembra ainda as autoridades israelitas das suas «responsabilidades primárias» para assegurar condições de vida adequadas às populações dos territórios ocupados.

Congo

200 pessoas massacradas

Pelo menos 200 pessoas morreram num massacre que ocorreu em Kisangani, no Leste da República Democrática do Congo, informaram, domingo, porta-vozes de organizações humanitárias presentes na região.

Segundo as fontes, o massacre foi levado a cabo por milicianos do grupo rebelde que controla a cidade, a União Congoleza para a Democracia (RCD, apoiada pelo Ruanda), como represália por um motim organizado por populares contra as acções deste grupo.

De acordo com as organizações humanitárias, os corpos das vítimas, muitas delas decapitadas, foram enterrados em valas comuns, perto do aeroporto da localidade.

As mesmas fontes indicaram que entre as vítimas contam-se, possivelmente, os 50 polícias que estavam a ser instruídos pela ONU e cujo paradeiro se desconhece desde que ocorreu o motim, um protesto pelos problemas causados à população pelas tropas ruandesas que apoiam a RCD.

Depois do desaparecimento deste grupo de polícias, as

Nações Unidas anunciaram o envio a Kisangani de uma comissão de inquérito com o objectivo de esclarecer o que realmente aconteceu.

A ONU mantém desde o final do ano passado um contingente de paz na RD Congo, para supervisionar o cumprimento do acordo de cessar-fogo, assinado em Julho e Agosto de 1999, em Lusaca, entre as forças governamentais e os rebeldes com o objectivo de acabar com a guerra civil de dois anos e meio mas que só há poucos meses entrou em vigor.

Greve geral em Espanha

Os órgãos de direcção dos dois principais sindicatos espanhóis ratificaram na passada quinta-feira o apelo à greve geral de 24 horas a 20 de Junho, véspera do encontro europeu de Sevilha, para protestar contra um projecto de reforma dos subsídios de desemprego.

Este apelo foi lançado pelos líderes das centrais sindicais União Geral dos Trabalhadores e Comissões Obreiras (CCOO), Candido Mendez e José Maria Fidalgo, depois do falhanço da última reunião de reconciliação com o ministro do Trabalho, Juan Carlos Aparicio.

Os comités confederais da UGT e das CCOO aprovaram «por unanimidade» uma palavra de ordem de greve geral para o dia 20 de Junho, a primeira desde a chegada dos conservadores ao poder em Madrid, em 1996, precisou Candido Mendez em conferência de imprensa, ao lado de José Maria Fidalgo.

O projecto que, segundo os sindicatos, reduz os direitos dos trabalhadores, prevê entre outros pontos, a supressão do subsídio de desemprego depois de três recusas de um emprego «adequado» a menos de 50 quilómetros do domicílio.

José Maria Fidalgo acusou o governo de ter rompido o diálogo social e Candido Mendez exigiu a retirada do projecto controverso que, segundo ele, comporta um «grave atentado aos direitos dos trabalhadores».

Entretanto, no Congresso dos Deputados, José Maria Aznar insurgiu-se contra a iniciativa dos sindicatos, que acusou de «causarem dano conscientemente à imagem e aos interesses de Espanha», por marcarem a greve para a véspera do Conselho Europeu de Sevilha, com que termina a presidência semestral espanhola da UE.

Aznar, para quem a greve é «injustificada», qualificou ainda o líder da oposição, José Luis Rodríguez Zapatero, de «irresponsável», por justificar a greve convocada pelos sindicatos. Zapatero disse anteriormente que o seu partido (PSOE) não promove a greve mas compreende os motivos dos sindicatos.

20 junio
HUELGA GENERAL
DIALOGO SOCIAL
SINUS DERECHOS
QUE NO
TE LOS QUITEN

CCOO

Uma «nova era» EUA e Rússia assinam tratado

George W. Bush e Vladimir Putin assinaram, sexta-feira, no Kremlin, um tratado de redução dos arsenais nucleares nos dois países, no âmbito do START-III.

A cimeira de Moscovo, que Bush classificou como o começo de «uma nova era» de amizade entre os EUA e a Rússia, culminou na assinatura de um tratado que reduz em dois terços os arsenais nucleares dos dois países até 2012. Não se trata, como pretendia Moscovo, da destruição parcial dos arsenais, mas tão-só a respectiva desactivação, o que fará com que permaneçam operacionais entre 1700 a 2000 das cerca de seis mil ogivas actualmente existentes.

Para a Casa Branca trata-se de um tratado «histórico», cuja assinatura, segundo Bush, significa que agora os dois países são «amigos» e que vão pôr de lado as dúvidas e suspeições para «para entrar numa nova era» das relações bilaterais.

Menos entusiastas se mostraram os analistas. O director do Instituto dos Estados Unidos e Canadá em Moscovo, Viktor Kremenjuk, afirmou no jornal *Rossiiskaya Gazeta* que o resul-

Putin quer transformar a Rússia num satélite dos EUA

tado da cimeira «era o máximo que a Rússia podia esperar», e que o tratado «não pode ser visto como a vitória de alguém». Já o *Novye Izvestias* recorreu à ironia para definir o acontecimento: «Cimeira Instantânea - Fofa no exterior, densa no interior, indigestão na manhã seguinte».

O Partido Comunista da Rússia (PC), por seu lado, considerou este tratado como uma «traição aos interesses nacionais» e acusou o presidente russo de estar a transformar o país num «satélite dos EUA». Uma opinião partilhada pelas centenas de pessoas que se manifestaram

junto à embaixada dos Estados Unidos da América em Moscovo para denunciar a «destruição da defesa» da Rússia.

Em São Petersburgo, a polícia deteve mais de 50 pessoas, na sexta-feira, por participarem em manifestações antinorte-americanas.

Cimeira ensombrada

Apesar de «amigável», a cimeira russo-americana ficou ensombrada pela cooperação nuclear entre a Rússia e o Irão. Os Estados Unidos colocam este país na geografia do «eixo do mal», conjunto de países (onde se inclui ainda a Coreia do Norte e o Iraque) que a Casa Branca considera de perigosos e associados ao terrorismo.

O Kremlin tem uma visão diferente e rejeita as acusações. «Washington fez declarações sem fundamento de que a Rússia ajuda o Irão, entre outros países, a elaborar programas nucleares. É falso, a Rússia respeita estritamente as suas obrigações internacionais», disse, sexta-feira, Igor Ivanov, ministro russo dos Assuntos Externos. Ivanov disse ainda que a «Rússia está contra» uma operação militar contra o Iraque e «fará tudo para impedir o começo de uma nova guerra».

Além da redução do arsenal nuclear, Putin e Bush assinaram uma declaração sobre a sua «associação estratégica», um texto que dá conta da aproximação dos dois países no pós-11 de Setembro, bem como um acordo que lança «um novo diálogo sobre a energia», o qual deverá permitir a longo prazo diversificar as fontes de abastecimento de crude dos Estados Unidos e aumentar os investimentos norte-americanos na Rússia.

política belicista de Ariel Sharon nos territórios palestinianos. Em relação a um cada vez mais provável ataque norte-americano ao Iraque também não parece haver coincidência de pontos de vista.

«A França e os Estados Unidos são aliados e amigos, mas a amizade e a solidariedade não excluem que haja diferenças de pontos de vista em alguns pontos», lembrou o porta-voz da diplomacia francesa.

Em Paris, Bush não viu os milhares de pessoas que se manifestaram contra a «hegemonia americana». Um aparatoso sistema de segurança esvaziou por completo as ruas por onde passou o presidente norte-americano.

Um cowboy em Berlim

● Rui Paz

Como nos filmes de cowboys, quando um perigoso pistoleiro entra na cidade, as ruas ficaram completamente desertas. Seiscentos agentes do FBI escondidos atrás das janelas e em cima dos telhados, dez mil polícias alemães armados de tanques e outros veículos, isolaram o bairro onde se instalou o ex-governador do Texas, o mais poderoso homem do mundo. Os conselheiros da Casa Branca, em Washington, sabiam que o povo alemão não aprecia o estilo fundamentalista e tresloucado do presidente americano. E apesar de se terem esforçado por dar à sua intervenção, no Bundestag, um tom mais decente, a substância manteve-se. A apologia da «guerra» como meio de «defesa da civilização», feita por Bush, mostrou que os EUA estão determinados a obrigar os seus vassalões europeus da NATO a vestirem a farda de ditadores belicistas à escala mundial.

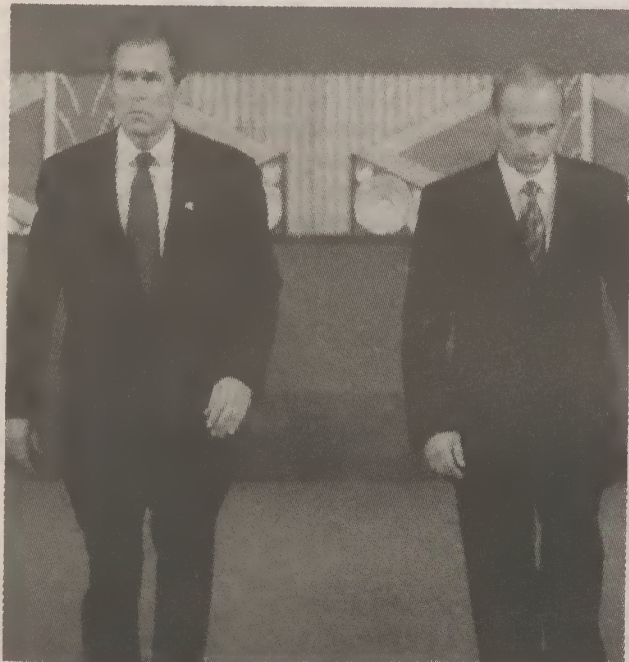
«Párem com as vossas guerras»

Por isso, a vice-presidente do Bundestag, a teóloga Antja Vollmer (Verdes), avisa (numa entrevista sobre Bush à revista *Stern*) que «o emprego de conceitos religiosos fundamentalistas na linguagem política é inaceitável» e que «a separação entre a política e a religião nas instituições e na linguagem é o fundamento do iluminismo e dos tempos modernos». E aquele membro do Bundestag acrescenta que hoje «o conceito estratégico mundial são os interesses nacionais da única superpotência». Referindo-se à «utilização dúplice da retórica dos direitos humanos» a deputada explica que «os direitos humanos são operativamente utilizados para dizer: este é o principal Estado «bandido» e o mundo inteiro tem de aceitar que é assim. Mas o principal Estado «bandido» pode mudar. Às vezes até é uma antigo aliado». A concluir,

Vollmer diz não acreditar «que o terrorismo possa ser vencido militarmente». Após um encontro com Schröder e numa visível demonstração de generosidade para com os aliados europeus, Bush prometeu desta vez avisá-los, logo que «os planos para atacar o Iraque» estejam «em cima da mesa». Em resposta, o democrata-cristão Willy Wimmer



afirmou, na WDR, não perceber a obsessão do presidente em atacar o Iraque, quando se sabe que a maior parte dos terroristas do 11 de Setembro vêm do aliado preferencial de Washington na região, a Arábia Saudita. Além disso não foi Bagdad, mas sim os EUA que mais contribuíram para o estabelecimento do regime dos Talibãs, das suas bandas de criminosos e para a sua aceitação internacional. E o deputado da CDU de Bona lembrou que, ainda não há muito tempo, Washington, então aliado de Bagdad, não se opôs a utilização de gás e armas químicas na guerra contra o Irão. O objectivo da viagem de Bush à Alemanha foi o de manter a aliança com Schröder para continuar a chamada «guerra contra o terrorismo». Assim o compreenderam os milhares de pessoas que, em Berlim e em mais de meia centena de cidades alemãs, correspondendo ao apelo de 243 organizações reunidas em torno do «eixo da paz», se manifestaram contra «o eixo da guerra». Até no plenário do Bundestag não foi possível abafar a aspiração dos povos a um mundo de paz. Durante a intervenção do presidente americano, os deputados do PDS, Winfried Wolf, Ulla Jelpke e Heidi Lippmann, desenrolaram um grande cartaz onde se podia ler: «Mr. Bush e Mr. Schröder, párem com as vossas guerras.»



Vladimir Putin e George W. Bush assinaram um acordo que prevê reduzir em dois terços o arsenal nuclear dos dois países até 2012

Depois de Moscovo, Paris

Após a visita à Alemanha (ver comentário nesta página) e à Rússia, Bush deslocou-se a França, onde chegou no domingo para uma estada de dois dias, seguindo depois para Itália onde termina o seu périplo europeu.

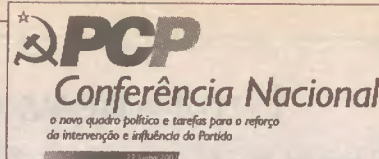
O presidente norte-americano foi a Paris tentar garantir o apoio do seu homólogo francês, Jacques Chirac, na «luta contra o terrorismo». O diálogo entre ambos, segundo Chirac, foi «denso, directo e amistoso», mesmo quando abordaram as questões em que «há uma divergência de pontos de vista».

Dos resultados concretos desse diálogo, se os houve, pouco se sabe, embora fosse público o interesse de Bush

em debater a participação dos parceiros da NATO, com «estratégias e meios», no caso de ataques biológicos ou químicos. Quanto à França, estava mais interessada em discutir «a questão do equilíbrio estratégico mundial», no âmbito da cimeira NATO-Rússia que ontem começou em Roma, e onde deverá ser criado um fórum de 20 países para dar voz a Moscovo em matéria de segurança europeia.

Quanto às conhecidas divergências dos dois países em relação ao Médio Oriente também nada de novo veio a público. Washington persiste em apresentar Israel como «vítima do terrorismo», enquanto a França critica a

Tribuna da Conferência



Os textos enviados pelos militantes para publicação deverão ser individuais e não poderão exceder os 4000 caracteres (espaços incluídos) – devendo ser sempre acompanhados do número de membro do Partido do seu autor. A Redacção do «Avante!» não poderá responsabilizar-se pelo encurtamento de textos ainda que com consulta aos autores, pelo que será a estes que incumbirá proceder às adaptações de dimensão quando, eventualmente, os textos enviados ultrapassem os referidos 4000 caracteres. Quando e se o considerar necessário, a Redacção do «Avante!» assegurará respostas ou comentários aos textos enviados. De toda a correspondência que contenha propostas ou sugestões sobre os temas da Conferência, será enviada cópia para a Comissão de Redacção. A correspondência deve ser enviada para: Redacção do «Avante!», Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 – 1600-196 – Lisboa; E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt ou Fax 217817193.

Renovar o quê e para quê?

No passado século XIX, o capitalismo assaltou e apoderou-se das alavancas da economia e dos poderosos meios de produção que desenvolveu e continua a desenvolver, aplicando os meios científicos, sempre no sentido de uma maior acumulação da riqueza do Mundo num grupo restrito de indivíduos que, especulativamente, arrecadam para seu proveito próprio uma grande parte da riqueza da Terra.

Pelos finais daquele século, a miséria, a exploração, o extorquir, o transformar pessoas em farrapos humanos era de tal ordem degradante que intelectuais – mesmo de origem burguesa – da época, como Dickens, V. Hugo, etc., não se puderam calar, descrevendo nos seus romances a horrível miséria em que viviam as classes desprotegidas daquele tempo, sobretudo os operários e trabalhadores em geral. Mas tudo isto era literatura, não fornecendo caminhos para a sua solução, até que, e com certeza influenciados por aquelas leituras, outros intelectuais, mas estes já mais relacionados com a economia, a política e a sociologia, empreenderam estudos profundos sobre a razão da existência daquelas mazelas da sociedade capitalista.

Entre estes intelectuais, apesar de haver outros, queremos destacar dois deles: Marx e Engels. Foram estes dois intelectuais, também descendentes da burguesia, que estudaram com verdade e seriedade toda a constituição da sociedade capitalista, criando uma doutrina – o Marxismo/Engelismo – que viria a fornecer a matéria, as bases para que os trabalhadores de todo o Mundo pudessem sustentar todas as suas reivindicações sociais, lutando pelo direito à dignidade e ao bem-estar.

Marx e Engels diziam que os trabalhadores teriam de ter uma total independência do regime capitalista. Teriam de possuir estruturas livres e independentes nada misturadas com as da classe inimiga, o capitalismo, porque só assim poderiam um dia vencer aquele, para dirigirem os destinos do Mundo para o socialismo e deste para o comunismo. Portanto, o marxismo é o sangue necessário que os trabalhadores devem usar para a sua libertação.

Perante este resumo esquematizado sobre o marxismo, queria perguntar aos nossos ainda camaradas renovadores: como querem resolver um problema tão importante como este, da passagem do capitalismo ao socialismo sem o marxismo? Quererão, ou melhor, satisfazer-se-ão com eleições de quatro em quatro anos, unidos ao Partido Socialista, para gerirem em conjunto o capitalismo, como aliás tem acontecido por quase toda a Europa, ou estarão à espera que a «benção do senhor» lhes dê maiores votações naquelas eleições e assim poderem sentar-se à mesa do orçamento, gerindo este, abancados ao sistema?

Não conheço profundamente o que os camaradas querem, sei simplesmente, de acordo com Marx, Engels e mais tarde Lenine, que o proletariado nunca poderá conquistar o poder por eleições. Não é por incompetência ou inércia mas sim porque o capitalismo não quer e não deixa. Veja-se o caso recente passado na Venezuela, com Chávez e este nem é comunista... o que aconteceria se o fosse.

Volto ao que já escrevi noutra local, o velhinho PCP não necessita de ser renovado, necessita, sim, de ser dinamizado. A JCP deve tomar isso como uma importante tarefa comunista. Em todo o País deve introduzir-se nas colectividades de recreio, promover sessões culturais, com conferências temáticas, sobretudo sobre história, abrir os olhos e alertar o povo

português, acordá-lo deste sono burguês, numa sociedade especuladora e exploradora, porque os explorados ainda não acabaram, o proletariado ainda existe, muito embora não pareça. Lá porque já não veste fato-macaco de ganga azul mas sim bata branca não acabou, a exploração infame continua apesar de cada vez mais mascarada e embrulhada em telemóveis, automóveis, muito futebol, etc., etc.

M. Gomes
Lisboa

Um Partido de classe

Li com atenção as opiniões dos camaradas que escreveram para a Tribuna da Conferência, no Avante de 2/5/02.

O camarada Miguel Tiago, de Setúbal, tece algumas considerações sobre o nosso Partido.

Com o devido respeito, parece-me que há no texto do camarada algumas imprecisões. Assim:

– Diz o camarada que o funcionamento do Partido é baseado no materialismo dialéctico. Mais, diz o camarada que aplicar este princípio ao colectivo partidário, é o mesmo que decidir uma orientação única, pois que o ponto de encontro entre a tese e antítese é uma só síntese, definida por todos e para todos.

Ora, temos que ter em conta que a síntese nunca está completa, i. e., da síntese dialéctica se deve fazer nova tese e nova antítese e nova síntese, na minha modesta opinião, a análise dialéctica deve ser um processo contínuo e nunca acabado.

Também não nos podemos esquecer que mesmo a dialéctica marxista não é infalível. Tal como afirmou o camarada Álvaro Cunhal, há uns anos no Liceu de Setúbal, numa conferência sobre marxismo. Disse o camarada que a análise marxista deve ser impregnada do pragmatismo do dia-a-dia. Mais, disse o camarada, a não ser assim, teríamos que concordar com o PCUS da ex-URSS, que afirmava, (na perspectiva dialéctica) que a URSS estava à beira do comunismo, quando todos sabemos que chegaram foi à beira do abismo.

– Em relação às vitórias e derrotas, quero só dizer aquilo que um camarada que muito respeito me disse, aquando da eleição do Mário Soares – engoli um sapo, mas soube-me bem o sabor da vitória (sic). Este camarada vem da clandestinidade.

Fala também o camarada M. T., que poderão vir a existir tendências organizadas, o que seria antiestatutário e anti-revolucionário e que isso traria uma alteração da base ideológica e o consequente abandono do centralismo democrático.

Com o devido respeito, o camarada M.T. parece pouco atento às entrevistas do camarada Carlos Carvalhas. Este camarada afirmou (não há muito tempo) numa entrevista à Judite de Sousa (RTP:) Quer saber novidades do PCP? – Olhe p.e. o centralismo democrático foi retirado dos estatutos (sic).

E eu digo que também a ditadura do proletariado foi retirada dos estatutos, a seguir ao 25 de Abril e, nessa altura, os esquerdistas disseram que os comunistas eram social-fascistas. Naturalmente que vozes de burros não chegam ao céu.

Para concluir esta muito modesta opinião, direi só que tenho presente a célebre frase de Lenine – O esquerdismo é a doença infantil do comunismo.

Não posso deixar de aproveitar para dizer que me orgulho de ser comunista e de pertencer ao PCP. Mais, que o povo português tem uma enorme dívida de gratidão para com os milhares de camaradas que lutaram, e muitas vezes pagaram com

a vida, durante a longa noite fascista. Estes camaradas lutaram por uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária.

Penso, portanto, que o nosso Partido não tem que receber lições de democracia e muito menos dos Partidos de direita, mas temos de ter espaço para todos, para que todos os camaradas se sintam bem nesta grande casa que é o PCP. Todos têm de ter um espaço para se organizarem, discutir, contribuir, ser ouvido, porque estou convencido que da discussão nascerá a luz para um Partido cada vez mais forte, mais solidário e mais interveniente na sociedade.

Luís Matos
Setúbal

Falar claro (*)

Porque é preciso falar claro e desmascarar a demagogia dos mentores que reclamam um novo congresso e atacam sistematicamente os Órgãos Executivos do Partido e por tabela todos os militantes que os elegeram, vou levantar algumas questões que passam por individualizar alguns elementos que ainda se dizem militantes:

João Amaral diz que é preciso que a circulação de informação funcione, que o conteúdo de uma reunião feita atrás do sol posto deve ser do conhecimento de todo o Partido. Só por brincadeira pode defender esta tese, os Média vão estar ao dispor de todos os militantes?

Este militante, presunçosamente, já diz que não vai participar na conferência por estar viciada. É preciso maior desrespeito por todos os camaradas? Para participar na conferência teria que ser eleito e a isso ele não se quer sujeitar. Discutir internamente não é o seu forte.

Carlos Brito foi em tempos responsável pelo grupo parlamentar do PCP. Era bom e elucidativo que o gabinete de imprensa do Partido fizesse um levantamento aos minutos e páginas de jornal que tem tido enquanto contestatário do Partido e as que teve na qualidade de líder do grupo parlamentar. A conclusão será fácil.

Este militante está retirado no Algarve a gozar de uma boa reforma adquirida na AR. Nem todos sabem que Carlos Brito não devolve parte da reforma ao Partido tal como tinha sido aceite por ele. Com este comportamento está a defender que todos os eleitos e representantes do Partido não contribuam com qualquer valor para minimizar os custos da actividade política. O PCP é o Partido de todos os trabalhadores, eu não estou a ver os patrões, empresas e grupos económicos a substituírem os militantes no financiamento do Partido.

Edgar Correia continua com o trauma de que tudo se resolvia se houvesse a subordinação do PCP ao PS, a causa de todos os males inclusive do PSD ir para o governo foi o Partido não aceitar ser muleta do PS. Falta saber de qual PS devíamos ser muleta: do que queria a nossa transformação, do que fugiu de ser governo, do que aprovou orçamentos limianos, do que arranjou bons empregos em institutos aos críticos do Partido, do que lixou os trabalhadores da função pública, do que recentemente avançou com a proposta de alteração da lei eleitoral de forma a reforçar a bipolarização entre PS e PSD, etc. É bom que nos interroguemos por que é que um camarada honesto, competente e dedicado ao Partido nunca tem a simpatia dos media e quando passa a crítico da nossa orientação política logo merece e obtém largo espaço nos jornais e TVs mesmo que seja um deschecho.

Luís Figueira, recentemente, foi o exemplo de quem tem ódio e falta de honestidade. O que o levou a fazer considerações negativas sobre as características pessoais do camarada Jerónimo de Sousa? Politicamente não tem argumentos para impor as suas ideias e já recorre a

questões pessoais. Com as suas declarações, LF passou um atestado de menoridade ao eleitorado setubalense que reconduziu à AR o deputado Jerónimo de Sousa através do voto popular e não pela comunicação social.

As comemorações do 25 de Abril deram um bom contributo para que saibamos quem é esta gente que critica o Partido e defende o limite de mandatos nos cargos de representação e Direcção do Partido.

Para o desfile foi nomeada uma Delegação representante do Partido; como não constavam os nomes de Amaral, Brito e Edgar logo vieram dizer que não podia ser pois sempre fizeram parte da delegação e tinham que continuar a fazer parte dessa delegação. Para eles já não se aplica o limite. Para uns o limite para eles o vitalício. Democratas?

Os militantes do PCP não podem continuar a aceitar que alguns ainda entre nós desacreditem o Partido, que afrontem a Direcção e o Secretário-Geral com toda a normalidade. É preciso dizer que quem se auto-exclua dos ideais do Partido mas ainda não teve a hombridade de sair, tem de ser ajudado a sair.

Os trabalhadores precisam deste PCP para as batalhas que se avizinhm pela manutenção dos direitos sociais e contratuais que este Governo do PSD/CDS se prepara para tentar tirar. Não podemos continuar a fazer de conta que todos respeitamos o Programa de Acção, aprovado em Congresso.

Jorge Antunes
Massamá

A curva da estrada

Acabo de reler um belo livro. É «A curva da estrada», do Ferreira de Castro. Passa-se na Espanha dos anos 30. Conta-se ali a trajectória de um socialista «histórico» espanhol que, gradualmente, vai perdendo a sua combatividade de juventude. Paralelamente, é submetido às tentações de poder e «namorado» pelo partido da direita. Ele chega a negociar a traição com o partido da direita: a troca do seu lugar de deputado nas fileiras do partido socialista pelas fileiras do partido da direita, em troca de benefícios como um lugar de ministro. A história termina num semi-happy end. Graças à influência de um filho, o homem tem um rebate de consciência e toma um caminho razoavelmente digno: abandona a política. A traição, pelo menos, não se consumou.

Esta estória contada por FC deixa-me pensativo. Quando a revolução está longínqua, as tentações do poder afectam também os quadros que deveriam defendê-la. Alguns tentam disfarçar essa capitulação com uma verborreia justificadora. Pior: tentam arrastar mais camaradas por esse caminho. São sem conta os Partidos Comunistas que não souberam resistir a tais tentações e acabaram por soçobrar. Vemos os exemplos recentes do suicídio do P. italiano, do apodrecimento da direcção do P. francês, dos tristes resultados produzidos no P. espanhol pelo eurocomunismo do Sr. Carrillo, etc., etc.

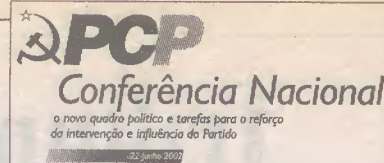
No mundo real raramente as coisas aparecem com a clareza exemplar descrita por FC no seu romance. Elas surgem, geralmente, de uma forma mais confusa, com piruetas verbais, vedetismos mediáticos, disfarces, declarações de pureza «democrática» e por aí afora. Mas tudo isso não passa de disfarce quando se procura a essência de tais posições: trata-se de uma política de capitulação que conduz ao abandono de posições revolucionárias e à social-democratização do P. Uma eventual vitória de tais posições só poderia conduzir à derrota, como se verificou com os Partidos acima citados.

Em contrapartida, os Partidos Comunis-

Nota da Redacção

O debate em que o Partido está envolvido, para que frutifique, deve ser sereno, aprofundado e travado com respeito mútuo. As diferenças de opinião, perfeitamente legítimas, podem e devem enriquecer o nosso debate, e não ser esgrimidas para cavar a divisão. Para tanto, importa que cada militante seja capaz de respeitar a opinião dos outros, de forma a que o resultado final seja expressão da vontade colectiva e, como tal, por todos respeitada.

Tribuna da Conferência



tas que mantêm posições dignas e não abdicam dos seus princípios conservam as suas forças mesmo em meio a grandes tempestades e conseguem até mesmo reforçá-las. É o caso do P. do Brasil, que nunca abdicou dos seus princípios. É o caso do heróico P. colombiano, que consegue enfrentar a oligarquia colombiana e resistir à intervenção do imperialismo americano. É o caso exemplar do P. cubano, que estando há 40 décadas ao lado do monstro ianque consegue resistir-lhe. Há, como se vê, exemplos pela positiva e pela negativa.

Numa óptica quantitativa, um organismo quando perde substância enfraquece-se. É a visão clássica do «quanto mais melhor». É também a óptica eleioeira, daqueles que vêm a política apenas como um jogo que se faz de quatro em quatro anos. Trata-se, contudo, de uma visão extremamente limitada. Os médicos sabem que quando um organismo está parasitado é preciso aplicar-lhe um vermífugo a fim de provocar a eliminação dos parasitas. Verifica-se então que, ao perder tal substância, o dito organismo ao invés de enfraquecer-se sai reforçado. Esta é a óptica qualitativa, superior à quantitativa. A troca de quantidade por qualidade faz parte da vida e da política real.

Brecht apontou «As cinco dificuldades para escrever a verdade». Pode-se encontrar esse texto em português, numa bela tradução de Ernesto Sampaio, em <http://resistir.info>. Vale a pena lê-lo. A primeira das dificuldades listadas por Brecht é a coragem. Penso que hoje ela é mais necessária do que nunca, em particular ao CC. Tibiezas, vacilações, hesitações, temporizações não levam a nada de positivo. É preciso que haja a coragem necessária para tomar a medida que se impõe: eliminar do P. os eurocomunistas serôdicos que se apresentam com as falsas roupagens de renovadores. Eles não se importarão com isso pois já perderam há muito aquilo que é instintivo em todo comunista: perguntar-se, quando elogiado e acarinhado pela reacção, qual foi a asneirada cometida.

Jorge Figueiredo

Afirmar o projecto comunista (*)

Os resultados eleitorais obtidos pela CDU nas eleições deixaram os comunistas e os amigos do Partido tristes e preocupados. Se assim não fosse é que seria de estranhar. Naturalmente não se pode ficar contente quando se obtém resultados eleitorais negativos.

As preocupações dos comunistas foram oportunamente manifestadas em comunicados do Comité Central, nomeadamente, quando se afirmou que face aos resultados eleitorais estes teriam as suas consequências para o povo português e para o país. Essas afirmações começaram a ganhar conteúdo concreto.

As primeiras medidas do novo Governo, saído das eleições, têm uma clara marca de classe. O aumento do IVA, a privatização de sectores na Saúde, e não só, são disso exemplos claros. Essas medidas começam a deixar preocupados não só os comunistas mas uma significativa parte da população portuguesa.

Foi, por isso, muito oportuna a decisão de se abrir um debate nacional em todo o Partido, que culminará com a realização de uma Conferência Nacional. É muito importante que os membros do Partido participem e exponham as suas opiniões e propostas, que contribuam para melhor preparar o Partido para a luta.

A luta vai certamente exigir uma grande disponibilidade de todos os membros do Partido.

Para travar essa luta, a classe operária e os trabalhadores necessitam hoje, ainda

mais, de um Partido de classe, independente dos interesses do capital. E esse Partido tem que continuar a ser o Partido Comunista Português.

O Partido só terá condições para conduzir essa luta, se mantiver a sua natureza de classe, a sua identidade e a sua ideologia.

O Partido, hoje mais do que nunca, deve afirmar o seu projecto, o seu programa e assumir o seu papel de vanguarda. Seguro de que a emancipação da classe operária e dos trabalhadores é parte integrante da emancipação de toda a Humanidade.

Mantendo o Partido os seus princípios, deve assumir sem quaisquer reservas a luta de todas as classes e camadas anti-monopolistas.

O PCP tem todas as condições para assumir essa luta porque conta nas suas fileiras com muitos agricultores, intelectuais e quadros técnicos que a ele livremente aderiram, aceitando o seu programa e os seus estatutos.

Sendo o PCP o partido da classe operária e de todos os trabalhadores, contou sempre nas suas fileiras com homens, mulheres e jovens ligados à arte, à cultura à ciência e à técnica. Ao longo de gerações eles ajudaram a formar o Partido e todos continuam a ser necessários para o seu reforço, para que este continue a ter uma forte intervenção na vida nacional e esteja à altura das suas responsabilidades.

O PCP está a ser alvo de uma fortíssima campanha, em que são utilizados poderosos meios, que tem como objectivo a sua descaracterização.

Essas campanhas não são novas. O que começou a ser novo há alguns anos no Partido é a atitude de alguns dos seus membros que organizam iniciativas, divulgam publicamente as suas opiniões, querendo impor essas mesmas opiniões a todo o colectivo partidário.

Fala-se hoje muito de delitos de opinião, quando o que verdadeiramente se trata é de delitos de comportamento.

Diz-se que não se pode ter opiniões contrárias às da Direcção, quando isso é um direito estatutário.

Há uma questão que se coloca a alguns dos camaradas que por sinal nos convenceram a ingressar neste Partido (que como disse Togliati, é a universidade dos trabalhadores), nos matricularam nessa universidade, nos ajudaram a dar os primeiros passos, nos ensinaram a respeitar princípios e a participar na elaboração da sua linha política, no aperfeiçoamento do seu funcionamento. É a de que queiram agora, à revelia da sua estrutura, impor o direito de tendências ao colectivo partidário.

Não somos dogmáticos, defendemos que na estrutura e no funcionamento do Partido não há regras intemporais e imutáveis. Mas também entendemos que todos temos o direito a colocar nos locais próprios a necessidade de alterar essas mesmas regras. No entanto, cabe ao colectivo Partidário a decisão. Enquanto não forem alteradas as regras, todos temos o dever de respeitar as que estão em vigor, sem impaciência, que é má conselheira.

José Moreira Rita
Pias

Prosseguir a luta (*)

É o momento de lutarmos por melhores condições de vida, por melhores salários e empregos para nosso povo, por uma política efectiva de esquerda no nosso país, pela paz no mundo tão ameaçada pela hegemonia dos EUA. É hora também de dizermos um firme e decidido não aos críticos dentro do partido, que defendem o que é indefensável - na realidade querem que fiquemos a reboque do PS. Partidos Socialistas que, em Portugal e no mundo, na verdade

praticaram uma política vergonhosa de adesão ao grande capital, inclusive, entregando diversas empresas públicas através das privatizações. Isso aconteceu no Brasil e em Portugal.

A grande verdade é que os socialistas (social-democratas) abandonaram há muito tempo os ideais de esquerda. O nosso Partido deve, isso sim, reafirmar os seus valores e ideais. Reafirmar os nossos princípios Marxistas-Leninistas e defender obstinadamente todas as conquistas populares e lutar por outras conquistas.

Temos uma linda história de 81 anos de luta. Tivemos Bento Gonçalves e o grande Álvaro Cunhal como secretários do nosso Partido, e hoje temos uma direcção equilibrada e competente com Carlos Carvalhas. Sempre fomos coerentes com nossa longa história, jamais abdicámos da luta contra as injustiças praticadas contra o nosso povo e sempre fomos solidários com as lutas de outros povos.

Por isso tudo, é minha opinião que os nossos críticos que gozam de espaço nos *media*, como o Sr. João Amaral e outros «que vão plantar batatas» e que assumam logo seus cargos no PS, pois o que eles estão precisando, como se diz aqui no Brasil, «é tomar um pé na bunda» (traduzindo, é serem colocados para fora) do nosso Partido, pois não passam de conciliadores de classe, e o que estão fazendo é um perigoso desvio de direita.

Viva o PCP!

Carlos Rêgo
São Paulo (Brasil)

O que penso (*)

Senti o dever de fazer chegar ao vosso conhecimento a minha opinião sobre as atitudes, os procedimentos daqueles membros do Partido que vêm tomando posições para o dividir e enfraquecer. É necessário dizer basta!!! e proceder em conformidade.

Camaradas, penso que os resultados negativos que tivemos nas últimas eleições estão a ser o Cavalinho de Tróia daqueles que querem entrar pelo XVI Congresso dentro e pelos seus organismos executivos, para uma vez aí chegados, se chegassem, poderem alterá-lo ao gosto dos seus interesses, descaracterizá-lo, enfim, tirar-lhe as guias, como se fazia na minha terra aos galos e outras aves que não queríamos que voassem mas sim que passassem a dar só pulinhos.

É necessário e urgente dizer NÃO, dizer que o cavalo não entra e proceder em conformidade estatutária.

É necessário e urgente dar combate a estes procedimentos e não permitir que eles minem perigosamente a unidade do Partido.

Este Partido, o Partido Comunista Português, nascido em 1921, marxista-leninista, é necessário que se mantenha unido, coeso e combativo.

Esses membros do Partido não têm o direito, não podem ter o direito de dividir, fraccionar, tendenciar o funcionamento do Partido.

Proceder assim é causar enormes prejuízos ao Partido e por consequência directa causar prejuízos aos trabalhadores e ao povo em geral.

Este Partido, nascido em 1921, faz falta como foi, como é, e como deve continuar, Partido Comunista, marxista-leninista.

Diamantino Gomes da Silva Torres
Santa Iria da Azóia

Preservar a nossa História (*)

Vai o nosso Partido realizar a Conferência Nacional sobre o estado em que nos encontramos e como ultrapassar as dificuldades do momento para o reforço

do Partido e discutir as quebras eleitorais dos últimos anos. Não se pode dizer que nas eleições Legislativas de 1999 o resultado foi mau; não foi, se bem que a nível Autárquico as coisas tenham vindo a correr bastante mal, com a perda de bastantes Câmaras Municipais para não falar de Juntas de Freguesia. No meu ponto de vista alguns destes municípios tinham sido defensáveis, penso que se perderam alguns por mau trabalho, por excesso de confiança, pela desligação dos problemas das populações. Se é certo que houve uma grande ofensiva por parte da social-democracia PS, da direita PSD e PP, isto não justifica tudo porque onde houve iniciativa, o Povo respondeu com os votos e sempre assim será. Se é certo que houve Autarquias que se perderam por poucos votos, também houve algumas que se mantiveram igualmente por poucos.

Quanto às Legislativas, isto correu muito mal, por diversos motivos:

1.º - Realizaram-se numa conjuntura muito desfavorável para a CDU com a bipolarização que existiu, com o voto útil no PS; depois com os outros partidos a disporem de meios que nós não temos (dinheiro, jornais, televisão, etc.); depois confrontados com um vigoroso ataque dos chamados renovadores em plena campanha eleitoral com o apoio da comunicação social dominante do grande capital. Do meu ponto de vista o capital, que já liquidou os Partidos Comunistas de Espanha, França e de Itália, não aceita que não suceda o mesmo ao PCP e não hesita em colocar os seus poderosos meios para tal fim. Daí que o ataque dos chamados renovadores tenha tido o eco que teve na comunicação social dominante e que do meu ponto de vista contribuiu para perda de votos. Por outro lado, não acredito que os renovadores votassem CDU e influenciaram para que os outros o não fizessem.

Quanto à renovação que propõem, para mim trata-se de um desvio de direita que, ao que tudo parece indicar, não resulta, bem pelo contrário. Senão vejamos o exemplo da renovação do PCF, em que o seu candidato às Presidenciais acabou ficando atrás dos trotskistas, e de que maneira, com 3,4% do eleitorado. É esta a renovação que querem?

Depois tenho consciência de que os chamados renovadores são uma pequena minoria que não tendo condições para vencer o debate interno vêm cá para fora, a querer impor à maioria os seus pontos de vista à revelia de todas as regras estabelecidas. Penso mesmo que nos chamados renovadores há quem já não tenha nada a ver com este Partido e o melhor a fazer é irem embora. Ou será que homens como Carlos Brito, Edgar Correia e João Amaral só agora é que perceberam que isto está mal?

A Direcção do Partido tudo tem permitido ao ponto de qual quer militante hoje se sentir no direito de não cumprir as regras.

Há aqui alguma gente que nunca comeu o pão que o diabo amassou, consideram-se uns senhores muito importantes que se porventura passarem por um operário vestido de fato de trabalho ou por um camponês sujo até têm vergonha de se misturar com eles.

Por outro lado, este Partido tem nos seus Organismos de Direcção poucos operários poucos camponeses e depois dá nisto. Que as coisas estão mal a gente sabe, que é preciso melhorar ninguém duvida, agora mudar como alguns iluminados querem, não, obrigado! É que a causa do Comunismo e do Socialismo tem milhões de mortos e milhões de anos de prisão, é preciso preservá-la, quem não quiser vá embora, não deixemos que estes senhores nos paralitem.

Viva o PCP, partido revolucionário marxista-leninista!

Ezequiel Silvério
Porto de Mós

Porque assinei (*)

No dia 8 de Maio de 2002, subscrevi um abaixo-assinado a pedir a realização de um Congresso extraordinário do Partido a realizar em 2003.

Independentemente dos considerandos do abaixo-assinado, alguns dos quais não me dizem nada, estou de acordo com o essencial, ou seja, a discussão no órgão máximo do Partido dos problemas de organização do Partido e das soluções a adoptar para que o PCP possa reforçar a sua influência junto das populações, dos trabalhadores e dos jovens.

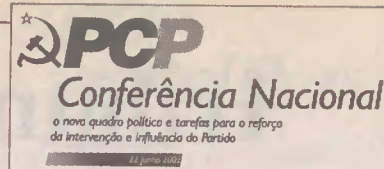
Esta minha posição é alicerçada no facto de, felizmente e não por acaso, os Congressos do Partido serem diferentes dos dos outros partidos. São um espaço privilegiado de debate, antecedido, ao longo dos meses, de centenas de reuniões de células e outros organismos, onde todos os militantes que o queiram podem dar o seu contributo, propor alterações aos documentos-base para discussão e onde as propostas finais a levar ao Congresso reflectem a posição da maioria dos militantes do Partido.

Claramente sou contra a transformação do Congresso num acto folclórico e mediático, como os dos outros partidos. Sou contra o aproveitamento que alguns «camaradas(?)» querem eventualmente fazer do Congresso do PCP.

- Não sou «ortodoxo(?)», muito menos «renovador(?)», nem sequer «renovado(?)», sou militante do PCP e, como tal, preocupado com o que se passa;

- Sou crítico relativamente a alguns aspectos da política de quadros seguida pelo Partido desde há alguns anos, embora a tenha acatado;

Tribuna da Conferência



– Sou crítico do aproveitamento e transferência de quadros de uns organismos para outros, sem que haja uma ampla discussão, embora o tenha respeitado e, até nalguns casos, defendido a bem da unidade dos membros do Partido.

Quero contribuir para que o Partido seja mais dinâmico, mais unido, mais influente, sem pôr em causa os princípios orientadores, discutidos pelos militantes e levados à prática pelo colectivo e, sobretudo, sem pôr em causa os Estatutos do PCP e a sua essência de Partido de Classe, dos trabalhadores e do povo.

Não ponho em causa, nem nunca porei, os nomes das camaradas que compõem a Direcção do Partido eleita em Congresso.

– Sou clara e frontalmente contra aqueles que, numa forma oportunista, se pretendem aproveitar das dificuldades momentâneas por que o Partido passa, para promoção pessoal e outros fins ainda piores.

– Igualmente sou contra os que metem a cabeça na areia e fazem de conta que nada se passa, em nome duma continuidade que eventualmente não corresponde à realidade e às necessidades dos trabalhadores e das populações.

Victor Narciso
Lisboa

Clarificações

A discussão no Partido parece estar inflamada e a luta fraccionária começada e visível, antes das eleições autárquicas e prosseguindo pós legislativas af está. Não há nome que se some a outros nomes, por mais mediáticos que sejam ou que os próprios julguem ser, que apague a evidência. Quem junta o seu nome a alguns nomes que têm dito o que têm dito e feito o que se sabe; que não defendem só um Congresso, mas sim um Congresso que fosse preparado admitindo plataformas alternativas, proporcionalidades na eleição dos delegados, etc., têm de ter a consciência que se junta a uma dinâmica fraccionária, uma dinâmica que está a corroer e a desagregar, que está a confundir e a paralisar, que está a destruir o Partido.

Eu não sou dos que dizem que quem assim age está confuso. Aceito(!) que todos somos crescidos e temos cabeça. Por isso mesmo, cada um tem de assumir as suas responsabilidades. E isto também é válido, no plano colectivo, para os diversos organismos a todos os níveis.

Sempre tive e tenho como preocupação fundamental a defesa da unidade do Partido, mas há momentos na vida em que é preciso dizer basta! Por mais doloroso que seja. A manutenção desta situação não contribui para o esclarecimento, a coesão e o empenhamento. Nunca defendi sermos poucos mas bons. Mas igualmente nunca defendi sermos muitos mas cheios de maus. Deixemo-nos de *slogans*. É ler as entrevistas e declarações dos próprios. E se quem ler isso, achar que é possível a tal «inclusão», o tal debate sem anátemas, as tais «pontes», etc., então, camaradas, ou eu não conheço os Estatutos do Partido, ou estão a fazer o apelo/convite a que a Direcção do Partido decida organizar um Congresso contrariando os princípios estatutários. Como não acredito que a Direcção vá por aí, então esse putativo congresso nunca seria o tal congresso, não serviria, não prestaria e tudo continuaria na mesma ao primeiro virar de esquina.

Temos, sem dúvida, muitas debilidades - orgânicas, de iniciativa, etc. Mas a sua superação compete também e muito a cada militante, a cada organismo. Não há Congresso que resolva com qualquer varinha mágica aquilo que os comunistas, em cada sector e área onde se inserem, não são capazes de resolver. O PSD tem nos seus estatutos variadíssimas infracções disciplinares que nós não temos. Determina isso a sua votação? Olhe-se para França. Com que linguagem, utilizando que termos, que palavras, que expressões, tiveram os esquerdistas os votos que tiveram, enquanto que o PCF redondilhadíssimo, sem hífens, institucionalizado, parlamentarizado, etc., cheio de truques mediáticos, quanto teve?

Há insatisfação com os resultados eleitorais? Claro! Eu também a tenho. Queríamos mais? Era justo termos mais? Era necessário? Sim, sim e sim. E o que já está anunciado pelo Governo e em curso mostra bem a importância dos sins. Há alterações no tecido social? Claro. Basta ver que há 40 anos o processo de socialização era feito no trabalho (começava-se a trabalhar aos 10, 11, 12 anos) e que hoje é feito na escola. Esta é uma alteração de fundo que determina muita coisa. E não tenho nenhum problema em admitir que ainda não tivemos suficientemente em conta esta realidade e as suas consequências profundas, para efeito de mensagem, de formas de ligação, relevância do trabalho junto das escolas, etc. Mas isto não é sinónimo de fim da classe operária, como alguns dizem. Não é o grau de ensino que determina o papel de cada um no sistema produtivo. Outra coisa é o seu grau de consciência de classe. E creio que hoje isso é também um problema. Ou seja, ser licenciado e não ter do ponto de vista do trabalho algo condizente com a imagem social que resulta da formação académica, cria, e a meu ver criou, problemas de identificação social e de representação social dos interesses. É preciso estudar tudo isto e muito mais. Mas não alterar a natureza, a identidade, a ideologia do Partido.

O caminho é afirmar o nosso projecto e a nossa diferença.

Armando Parreira
Barreiro

A Conferência e o Congresso

O nosso projecto de sociedade – o Socialismo –, e a nossa proposta para nos levar lá – A Democracia Avançada –, estão ultrapassados?

Os nossos estatutos, os estatutos do Partido, estão desactualizados?

O Capitalismo deixou de existir e por isso não se justifica a necessidade deste Partido?

Destas três questões centrais, a meu ver, depende, ou não, a necessidade da antecipação de um congresso.

Senão vejamos:

– Não só o capitalismo não deixou de existir como está num “patamar” mais avançado do qual tira proveito e força: da «globalização»;

– No caso concreto do nosso país, e não metendo o projecto e objectivo de socialismo na gaveta, a única proposta (“com os pés bem assentes na terra”) para o aprofundamento da democracia, conforme a realidade e os valores de Abril, é o nosso;

– Os nossos estatutos, os estatutos do Partido, sofreram alterações e adaptações que, no essencial, não perdendo a necessidade de uma única orientação geral e uma única direcção central ou nacional, dá às organizações, a todos os níveis e aos militantes, amplos poderes democráticos de “livre iniciativa” para poderem desenvolver a sua actividade e capacidade, de acordo com a realidade concreta e específica.

A ser assim, e a meu ver, não se justifica a necessidade de um congresso extraordinário, a não ser que a conferência marcada para Junho o venha a indicar e por razões de fundo e poderosas, designadamente as aduzidas anteriormente.

Por outro lado, a não serem estas as razões, alguns membros do Partido que digam, claramente, os porquês:

– Da necessidade de alterar, modificar, renovar ou modernizar, o quê? E para quê?

Sem conhecer em pormenor o porquê de algumas posições vindas a público e sem perceber muito bem o conteúdo dessas posições, sem dúvida que a falha deve ser minha, e sem querer estar a fazer juízos de valor sobre condutas, creio que o que há é muito de “incompatibilidade” entre quadros.

Cada membro do Partido é uma pessoa, com o seu próprio feitio, o seu carácter e formação específica, e por isso mesmo nós somos “obrigados” a gostar todos uns dos outros e de andarmos todos aos beijinhos e abraços, mas já somos obrigados a entendermo-nos e a ajudarmo-nos no plano político/partidário e a solidariedade política/partidária não pode ter só um sentido, porque a nossa adesão a este Partido a isso obriga.

Permitam-me a leviandade (esses camaradas que utilizam ou têm utilizado os meios de informação ao seu dispor para, à margem do funcionamento da estrutura, quererem “impor” os seus pontos de vista e (ou) as suas ideias) de vos dar um conselho:

– seria, sem dúvida, mais útil à causa dos trabalhadores e do Partido que esses membros do Partido tirassem o devido proveito desses meios, em particular a Internet, para no plano das ideias, dos princípios, dos valores e dos interesses, denunciarem e combaterem o actual, injusto e progressivo asfíxiante sistema capitalista.

Francisco Apolónio
Évora

Tomar partido

Quero saudar todos aqueles que um dia em consciência resolveram tomar partido aderindo de forma livre a este grande partido que é o nosso PCP.

Quero também saudar todos aqueles que, apesar das dificuldades que o partido atravessa, continuam a acreditar que só com o partido é possível vencer, continuando a trabalhar, a debater, a discutir e quem sabe as vezes até de forma mais acalorada, mas sempre fraternalmente e dentro das organizações do partido.

Vem isto a propósito, camaradas, que apesar de sabermos que quem está no partido aceitou livremente as regras (leia-se Estatutos) e obviamente cumpri-los.

Infelizmente alguns poucos militantes tem escolhido caminhos nada conformes com as nossas regras democráticas, com a desculpa que dentro do partido não tem liberdade de expressão; Camaradas, sabemos que isso não é verdade, o que acontece é que alguns poucos querem impor as suas ideias à esmagadora maioria dos militantes, e isso sim, não é democrático nem devemos aceitar.

Camaradas: em nenhum outro partido as regras são tão claras como as ditadas pelos nossos estatutos, por isso todo o militante deverá assumi-las como opção e nunca como «castração» de direitos, como alguns poucos militantes pretendem fazer crer; e nesta matéria o nosso partido bate a hipocrisia reinante nos outros partidos. Sendo assim camaradas, na minha opinião nenhum militante do PCP tem o direito de desrespeitar os estatutos, quebrar os laços de solidariedade entre nós, e muito menos através das janelas e palcos dos nossos adversários, caso contrário serei obrigado a concluir, que o nosso partido passou a funcionar com militantes de primeira, e militantes de segunda. Certamente esse não será o partido que interessa a esmagadora maioria dos militantes e ao nosso povo. Não será esse o partido ao qual um dia o saudoso poeta Ary dos Santos, militante comunista, dedicou este belo Poema que para terminar passo a citar:

Tomar partido é irmos à raiz do campo aceso da fraternidade pois a razão dos Pobres não se diz mas conquista-se a golpes de vontade.

Cantaremos a força de um País que pode ser a pátria da verdade e a palavra mais alta que se diz é a linda palavra liberdade.

Tomar partido é sermos como somos é tirarmos de tudo quanto fomos um exemplo um pássaro ou uma flor.

Tomar partido é ter inteligência é sabermos em alma e consciência que o partido que temos é melhor.

Arlindo Costa
Odivelas

Teses (impossíveis)...

1 – É óbvio que, falando do Partido Comunista Português e da sua História não sei do que falo!... Mas, mesmo não sabendo do que falo, tomo a palavra: nas cinzas ainda fumegantes de uma Revolução inacabada, a palavra está na rua! Já não certamente poética e emotiva... Mas pública e dessacralizada. E lúcida como se pretende sempre!... Por isso, tomar a palavra é um acto que transcende o próprio acto de falar: é compromisso!... Para o bem e para o mal, não há mais guardiães da palavra, como não há guardiães do templo.

2 – Poderá supor-se que aceleração da modernidade, a mundialização de toda a espécie de trocas (económicas, políticas, culturais, etc.) e as profundas contradições sociais constituem fundamento para a «realização apocalíptica da história», que tarde ou cedo, se abrirá a novas «possibilidades» de libertação humana. Será, porém, mais sensato considerar que se verifica um «abrandamento da história», resultante da imensa indiferença das mas-

sas, não por falta de contacto, de informação ou comunicação: pelo contrário, a inércia social resulta do excesso de informação!... Permanentemente envolvidas e neutralizadas pela informação, as massas funcionam como ecrã dos valores dominantes e «neutralizam» a própria história.

3 – Caímos, pois, num «buraco negro» ou na «greve dos acontecimentos» como alguns lhe chamam, querendo com isso significar que os factos históricos (queda do muro de Berlim, a guerra do Golfo, o terrorismo e o «11 de Setembro», a intifada palestina e a brutalidade israelita, etc.) derivam em turbilhão para o vazio dos *media*, cuja única pressa é fazerem-se esquecer!... Não dão qualquer possibilidade de interpretação e escapam, por isso, a qualquer hipótese de sentido para entrarem em «órbita leve» da história descontinua... Os acontecimentos – como alguém escreveu – «chegam mais depressa que a própria sombra!...», mas não deixam consequências visíveis.

4 – Para um pensamento comunista activo, este «lockout da história» não pode deixar de ter consequências. Desde logo, pelo facto de «já não serem os acontecimentos a produzir a notícia», mas precisamente o contrário. Neste quadro, todo o trabalho da antítese desaparece dos *media*, o que faz com que, numa «paródia gigantesca», as relações sociais se invertam: «já não é o trabalho a determinar a reprodução do capital, mas é o capital que produz e reproduz o trabalho». Os excluídos do trabalho, do consumo e da informação, ou seja, grande parte da Humanidade, são assim «desapossados» da História e do futuro.

5 – Conhecemos bem que a História não terá fim; a questão porém é de saber se a falência do socialismo real não esgotou as possibilidades de realização da história, como a conhecemos. Como se, por uma estranha ironia, o socialismo real tivesse desabado como Marx havia previsto para o capitalismo, do mesmo modo repentino e com uma facilidade que não se imaginava; dá a ideia que sucumbiu, não face ao inimigo externo, (e muito menos interno) mas à sua própria inércia. O que inevitavelmente remete, já não apenas para as causas do colapso, mas para os fundamentos e os métodos...

6 – A globalização capitalista devorou a dialéctica sem qualquer cerimónia; face ao poder emergente dos *media*, foi afastada a negatividade da história. «Formatada» num único modelo, estão ultrapassadas as contradições da sociedade!... Numa paródia burlesca, parece alcançada a sociedade sem classes, no consumo dos mesmos mitos e valores e na anémia dos mesmos projectos, sonhos e desejos. O Estado está ao «alcance de qualquer cozinheira», sendo, porém, que o Estado desapareceu (ou quase), razão pela qual a cozinheira pode aspirar a conquistá-lo!...

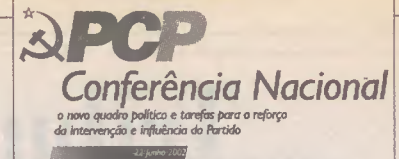
7 – Pequeno meteorito da implosão do socialismo real, a braços com derrotas eleitorais sucessivas, os comunistas portugueses inquietam-se com a ausência de respostas a estes e outros problemas. Como negar-lhes o direito de os debater, num congresso livre e fraterno, que possa decidir sobre as questões fundamentais de organização, de funcionamento e de direcção, de programa e de orientação estratégica?!... Não por qualquer feiticismo milagroso de reconquista imediata de influência perdida, mas por que elas correspondem a exigências prementes da vida.

Manuel Veiga
Loures

Tribuna, tribunos e Conferência

Estando aberta a tribuna, devem publicar-se todas as cartas, todas as propostas, todas as ideias, mas também todos os discursos, todas as ofensas, todos os ataques,

Tribuna da Conferência



todas as presunções. Não vejo outra possibilidade. Não o desvalorizo mas também não aprecio especialmente este espaço. Na tribuna do XVI Congresso ficaram por publicar cerca de duas dezenas de cartas, como então foi referido, embora houvesse quem tenha visto publicadas nem menos que quatro cartas suas. A medida de equidade de tratamento é essencial. Se se publicam umas «coisas» e não se publica tudo, está em causa o próprio objectivo da tribuna. A tribuna da Conferência pode prestar-se a tudo: à manifestação sincera de preocupações, à proposta e crítica sérias e construtivas, à exposição de ideias diversas e controversas. Mas pode também prestar-se ao dilate e à ofensa, à manipulação, a ataques ao Partido e até a ser um escape para deficiências sérias no trabalho do Partido. Esta modalidade de participação dos membros do Partido, não sendo a realização da liberdade de opinião no necessário, vital e amplo debate dos problemas que enfrentamos, deverá ser objecto de avaliação, continuando e aprofundando a insuficiente reflexão do último Congresso acerca do Órgão Central do PCP.

Vem tudo isto a propósito da utilização que Cipriano Justo fez desta tribuna. Com páginas de vários jornais à sua disposição, não se coibiu de utilizar o *Avante!* para destilar veneno contra o PCP ao plagiar uma diatribe do Expresso de 27 de Abril. Espera-se de um professor que leia com espírito crítico. Não leu e o resultado foi uma cópia pior que o original... Tomando o Expresso como a verdade, lança anátemas e ofensas, já não ao director do *Avante!* e a Jaime Serra mas a todo o Partido, com a «ingenuidade» de quem diria: é verdade, veio no jornal e não foi desmentido. Despreza assim a inteligência dos leitores do *Avante!*. Não deu um singelo contributo concreto para o debate que percorre o Partido nestes momentos difíceis e cheios de interrogações, inclusive para o futuro do regime democrático tal como o conhecemos, mas afundou-se no pântano onde se fermenta a intriga e a desorientação ideológica. Reclama alterações aos Estatutos, ao Programa, uma outra linha política e uma direcção outra. É chegado o momento de os Justos dizerem com clareza que estatutos pretendem, que programa defendem, que linha política e direcção desejam. Que falem claro mas sem excluir o Partido do debate, já que não lhes falta espaço, fora e dentro do PCP.

Preparam-se alterações legislativas no sistema eleitoral, no financiamento e até no funcionamento interno dos partidos políticos. O próprio Presidente da República referiu-se a este processo no discurso do 25 de Abril falando na «reforma dos partidos», entre outras coisas a contemplar na «reforma» do sistema político. O que está em causa é uma tentativa de instaurar «na secretaria» o bipartidarismo do centro e baixar a voz incómoda do PCP que — apesar de todas as perdas eleitorais, de todas as deficiências e problemas próprios — teima em ser um partido revolucionário no século XXI. É mais uma tentativa para confinar o PCP a uma expressão eleitoral insignificante ou, em alternativa, para o transformar numa espécie de caução de esquerda da reforma cosmética do capitalismo e das suas instituições. Apetece dizer como o outro: «Isto está tudo ligado...»

A Conferência Nacional proporciona um enlace colectivo a um debate profundo sobre a vida do Partido e que se está a realizar. Entretanto, faz falta ao Partido muito mais que uma Conferência. Faz falta a concretização das decisões democraticamente aprovadas por todo o Partido no XVI Congresso. Faz falta o respeito por um documento político essencial à vida do Partido: os seus Estatutos, incontornável e insubstituível cimento político que une e vincula todos os membros do PCP sem excepção. Respeitar os Estatutos

é cumprí-los. Mas é também aplicá-los, honrando o compromisso colectivo do momento de genuína fraternidade comunista que foi a sua aprovação em Congresso e honrando a confiança do Partido na sua Direcção.

Luis Cardoso
Lisboa

Nota da Redacção:

Na «Tribuna da Conferência» adoptamos um critério diferente do que seguimos aquando do XVI Congresso. Desta vez, as segundas, terceiras, quartas... cartas só serão publicadas se, e quando, não houver primeiras cartas por publicar.

Para que servimos?

Eis a questão que deverá preocupar todos os militantes do nosso Partido. Na minha opinião considero que o PCP ideologicamente tem o seu espaço, alicerça-se na relação antagónica entre o Capital e o Trabalho e, simultaneamente, na acção transformadora de melhores e mais justas soluções para a vida e a felicidade das pessoas. Por este motivo, a base ideológica do PCP é forjada nas classes, estratos e camadas sociais onde o trabalho é explorado, independentemente do salário auferido por estes proletários da sociedade.

A realidade que temos em Portugal é que o PCP é o único partido organizado que se alicerça no trabalho. E aqui está o primeiro obstáculo. O PCP é Marxista-Leninista.

Nós servimos porque o Programa do Partido aponta para a construção de uma sociedade em que as opções das pessoas não dependam da forma efémera e imediatista mas sim do conteúdo consolidado das propostas. Mas nós temos também Resoluções Políticas aprovadas que funcionam como programas sectoriais, com políticas para a nossa intervenção nas condições actuais da sociedade capitalista e que são revistos e actualizados periodicamente. Temos ainda como instrumento de orientação política as conclusões das conferências sectoriais que realizámos antecedendo cada novo ciclo eleitoral. Orientações políticas para intervir e gerir o capitalismo temos já em demasia. Acho que uma das grandes dificuldades que temos tido é responder à questão: como fazer? Como actualmente, contrariar as regras políticas e económicas impostas e afirmarmos diferentes?

Com a intensa intoxicação que ao longo dos anos tanto em Portugal como no Mundo o marxismo-leninismo sofreu, por vezes transformado num conjunto de dogmas e em «Antro de criminalidade Medieval» no qual ter opinião diferente é crime, julgo ser necessário clarificar para todos o que é o marxismo-leninismo no PCP. Porque a interpretação ou simplesmente a noção dogmática que alguns militantes do Partido têm do marxismo-leninismo leva-os para a opção reformista da sua total dispensa. Mesmo assim, defendendo que devemos rectificar um conjunto de aspectos da nossa intervenção. Tendo consciência de que as condições estão mais difíceis, a atracção do populismo da extrema-direita avançou, conquistou posições de poder e também reforçou-se com apoio social imediato. É imperioso a clara afirmação das propostas do partido para a resolução dos problemas dos portugueses, de Portugal e também do Mundo. Só o conseguiremos com todos os militantes envolvidos na actividade partidária. No que diz respeito à nossa política de coligações eleitorais, o Partido deve de assumir uma atitude de não diluição/apagamento nas diversas coligações. Isto é, a continuada luta política e social contra as políticas de

direita, pode obrigar a contornos tácticos no conteúdo das propostas das coligações por inevitabilidade social ou emoção política que após findo o período útil das mesmas o Partido não poderá sair apagado nem extinguir-se com as mesmas.

Não nos podemos esquecer que a maior parte das coligações não tem consistência ideológica, somente existem com o conteúdo político e por este motivo são efémeras. O que se passa é que estamos a ser induzidos a alterar o nosso conteúdo ideológico apagando-se, assim, a discussão da validade e da actualidade das propostas do PCP. Parece-me elucidativo o exemplo de se retirar o disco rígido do computador e instalar outro mais fraco. Se funcionar é sempre mais lento mas, muito pior é se instalamos um outro disco rígido de outra origem. Ou queima-se o equipamento todo ou então todo o funcionamento passa a ser conforme o novo disco quer.

Camaradas, passamos interna e externamente a maior parte do nosso tempo, como seres políticos, a justificarmos o ego da nossa existência e normalmente não dizemos uns aos outros o que queremos na realidade. O ambiente de desconfiança vai alastrando.

Edgar Pereira
Pinhal Novo

Jantarices desistentes

As intervenções recentes daqueles que a comunicação social dominante carinhosamente chama de «renovadores» do PCP têm tido duas características principais: o erro das concepções teóricas e a baixa dos processos utilizados.

Quanto às concepções teóricas, da caldeirada um bocado confusa que os «jantaristas» apregoam, pescam-se, com algum esforço, restos mal-cheirosos como, por exemplo, «o fim da classe operária e da luta de classes». Aqui ignora-se que a aparente subida do nível social das classes trabalhadoras dos países de capitalismo desenvolvido tem sido acompanhada, por um lado, pela manutenção do fosso que as separa da classe dominante, e, por outro lado, pelo alargamento da exploração capitalista, em regime quase de escravatura, a milhões de habitantes do terceiro mundo.

Depois «a proletarização dos intelectuais». Aqui faz-se confusão entre o que é apenas viver-se individualmente dependente de um salário e o que é ser-se verdadeiramente um proletário. Mostra-se desconhecer a importante função que o trabalho diário em grandes unidades económicas pode desempenhar na concentração, nascimento e educação da força colectiva dos trabalhadores.

A terminar, «a falta de atractividade eleitoral do nosso Partido» e «os resultados eleitorais como principal medida da nossa força». Deixando de lado a chocante semelhança destas ideias com as da direita, elas, ao mesmo tempo que não propõem nada de novo, parecem apenas uma tentativa de transformar o nosso Partido em algo de híbrido, uma espécie de segundo PS. Esta atitude, servil perante o capitalismo, é também um bocado estúpida porque até aquela parte da direita que é inteligente sabe muito bem que um original é sempre preferível a uma sua cópia.

A incorrecção dos processos de acção destes «desistentes» tem-se traduzido em falar mais para fora do que para dentro das reuniões, em pôr-se no bico-dos-pés para simular uma celebridade que, na maioria dos casos, não lhes vem de nenhuma paciente intervenção nas lutas, e até em contrariar, com um atrevido individualismo, decisões e orientações que foram objecto de decisão colectiva. Se em qualquer organização democrática

estas atitudes não podem deixar de ser inadmissíveis, muito mais o são numa organização revolucionária como o nosso Partido. Assim como é indigna da nossa história de luta a rasteira promoção de uma campanha de... jantares!

Sejamos capazes de derrotar estas ideias liquidadoras e estas práticas amarelas e seguir em frente como o único e grande partido da classe operária e de todos os trabalhadores, que sempre fomos!

Luis Ramos
Aveiro

O único caminho possível (*)

«Para quem deseja a defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, a democracia, o progresso nacional e o socialismo, não há outro senão o PCP. Nele estamos e nele vamos continuar.»

Onde foram proferidas estas afirmações? No Jantar da Fraternidade de Lisboa? Podia ser, mas não foi! No Jantar da Fraternidade do Porto? Podia ser, mas não foi! Estas declarações convincentes foram proferidas por Barros Moura no Congresso do PCP em 1988 no tempo em que estava longe de ser deputado rosa e presidente da Assembleia Municipal de Felgueiras.

Porquê esta ligação ao passado? Desde logo para desmistificar esta renovação que, ao contrário do que nos querem fazer crer certos iluminados e milagreiros, porventura inspirados em Vilar de Perdizes, não é nova e já passou por diversos países da Europa: França, Itália, Espanha são alguns dos exemplos que nos devem fazer reflectir da renovação/transformação/adaptação aos tempos modernos.

Esta renovação apresenta o modelo de funcionamento, a identidade, a teoria, o Comité Central e os seus organismos executivos, os Estatutos, o Programa e o «assombrado» 16.º Congresso como os factores para o insucesso eleitoral do nosso partido.

Da minha parte, e se calhar nem interessa muito a minha opinião pois não sou «ex»-nada, não deixarei que retirem a este partido as características e princípios que me fizeram aderir a ele e que fazem dele um Partido revolucionário.

Apesar de alguns já se terem esquecido, a função do PCP não é gerir o actual sistema económico e social, pois o PCP é o partido da ruptura com o actual sistema profundamente desumano, injusto e ruído de profundas contradições! Mas quem cá está tem de ter consciência que este caminho é difícil, porventura o mais difícil, mas o único caminho possível rumo ao Socialismo.

Abordo aqui esta questão dos «renovadores» pois ao assumirem-se como um grupo organizado (prática contrária aos estatutos do PCP), contrariando as orientações definidas pelo colectivo partidário, deixando claro que quem manda e orienta os debates são eles e em regras por eles ditadas, contribuíram e continuam a contribuir para o enfraquecimento e desintegração orgânica do Partido perante a passividade e inoperância dos organismos executivos do Comité Central.

Aos conselhos de debate aberto e franco dentro do Partido respondem com recusas de participar na conferência e nos organismos a que pertencem. Será que incomoda-lhes o confronto de opiniões com os camaradas com opiniões diferentes?

Aos apelos de «pontes» respondem com novas iniciativas e abaixo-assinados. Aos apelos de serenidade e debate sem exclusões respondem mandando para as urtigas a fraternidade, lealdade e solidariedade, camaradagem - princípios tão caros aos comunistas.

Tenho 21 anos e estou neste Partido vai para 5 anos e nas inúmeras reuniões concelhias, distritais, regionais ou nacionais onde participei sempre expus livremente as minhas opiniões, votei livremente as decisões assim como camaradas com opiniões diferentes o puderam fazer. Não é um mal ter opiniões pontuais diferentes, diversas soluções ou pontos de vistas, agora, pôr tudo em causa! Será que está tudo mal?!

É típico da história que, perante as dificuldades, o desânimo e a insatisfação tomam conta de alguns e que os caminhos mais fáceis (atalhos) sejam apontados como solução. A meu ver, as dificuldades só se vencem reforçando o trabalho ideológico, sendo mais comunistas e não menos através de cedências ideológicas. Aprofundando a participação dos militantes na vida interna do Partido respeitando a opinião maioritária do colectivo.

Nesta curva apertada da vida do Partido há um ensinamento de Brecht que não podemos esquecer: só é imprescindível quem está disposto a lutar toda a vida.

Ricardo Miguel
Cadaval

Pertencer ao Partido (*)

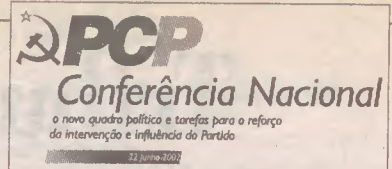
À medida que o tempo passa, cada vez mais me convenço de que só há uma maneira de pertencer ao Partido.

Esta minha afirmação baseia-se no facto que não posso admitir que qualquer membro do Partido possa actuar à revelia dos estatutos e programa do Partido que aceitou voluntariamente.

O estatuto e o programa são para serem cumpridos por todos sem qualquer excepção. Aqueles que não cumpram os estatutos e o programa não têm condições para pertencerem ao Partido e muito menos têm autoridade para falar em nome do partido.

Pelo que fica dito, com facilidade se compreende que não estou de acordo com a actividade divisionista de certos ele-

Tribuna da Conferência



mentos do Partido que abusivamente aparecem na televisão, predisõem-se a entrevistas na imprensa, etc.

Toda essa actividade tem vindo a favorecer aqueles que há muito gostariam que o nosso Partido desaparecesse, mas enquanto houver homens e mulheres de garra; enquanto houver verdadeiros Marxistas-Leninistas que defendem o Partido em vez de o atacar - uma vez que a Partido é de todos e está estruturado para que se possa debater tudo no âmbito da sua organização da base ao topo; enquanto houver fidelidade e solidariedade entre todos os membros do Partido, o nosso Partido não desaparecerá.

Agora uma nota final:

Vivo numa área rural onde o único órgão de informação é a televisão que deturpa a imagem do nosso Partido, que leva a admitir aos nossos camaradas que os pseudo-renovadores é que têm razão.

Por tudo isto, penso que já é altura de limpar a casa.

Carlos Quaresma
Barreiro

Rumo ao socialismo

O dr. Marcelo Rebelo de Sousa, a fazer fé no «Primeiro de Janeiro»*, já esclareceu com rigor e conhecimento de causa que «as duas principais forças políticas portuguesas funcionam segundo uma forma de cartel.... precisam de poder político para se afirmarem.... precisam de financiamentos maciços, de dar poder às clientelas....».

Quer dizer, os objectivos do PS e PSD são o favorecimento dos interesses apoiantes (cartelização) em troca de «jobs» para os «boys». Assim, para estes partidos os resultados eleitorais são a sua razão de ser («... vão perdendo o seu carácter ideológico»).

No PCP as coisas poderão ser assim? Não deveriam ser, mas parece haver quem encare como objectivo fundamental do PCP a conquista de posições na área do poder para, justificam-se, o Partido afirmar a sua influência, para se alargar o espaço onde os eleitos trabalhem em prol do interesse das populações. Esquece-se que a função essencial dos partidos comunistas é transformar a sociedade, um alvo umas vezes mais próximo, outras muito distante. Mas sempre um objectivo presente como prioridade das prioridades: despertar e desenvolver a consciência política das massas trabalhadoras

Por isso os verdadeiros partidos comunistas (e por vezes só eles) estão sempre na mira do poderoso arsenal ideológico da sociedade capitalista. Se o PCP deixasse cair o objectivo de transformar o mundo, se aceitasse a exploração, mesmo mitigada, dos oprimidos, converter-se-ia sem dúvida em mais um partido social-democrata, empenhado apenas em amortecer a luta de classes e em servir de escada para ascensão de todos os carreirismos. Os esforços do poder dominante convergem evidentemente para que as coisas evoluam neste sentido.

2 - Factores decorrentes da arrumação das forças ideológicas, dos desequilíbrios criados, explicam muitos procedimentos. Há uma máxima oportunista de aplicação tão remota que se lhe não conhece a origem: se não podes vencer o teu inimigo, junta-te a ele. Não falta quem perfilhe este princípio, motivado por situações objectivas que não devem ignorar-se. Com efeito, os comunistas são hoje objecto de uma discriminação social muito marcada. Umas vezes rude e directa, a maior parte das vezes encoberta ou atenuada, porque o regime precisa de manter uma aparência de fachada democrática. Mas os comunistas coerentes nunca deixam de sentir os efeitos da marginalização a que a sociedade os sujeita, extensiva tantas vezes a familiares inocentes, de uma forma tão generalizada que chega quase a ser asfixiante. Se insistem em resistir têm de suportar toda uma série de exclusões sociais. Se não podem suportar as pressões, os preconceitos e os danos resultantes da sua opção comunista, procuram uma forma de se distanciar e acabam por aceitar a submissão ao inimigo de classe. Há necessidade de ser compreensivo com a maior parte destas situações, no fundo resultado do profundo desnível ideológico, mundializado, a que hoje se assiste.

Mas há aqueles que depois de tentativas mais ou menos falhadas para desagregar o Partido vêm a reconhecer-se «equivocados» e fazem uma viragem de 180°. Outros, influenciados pelo ambiente social envolvente, corroídos pelo pensamento único (já houve quem proclamasse o fim das ideologias...), procuram «sacudir» o carácter ideológico da sua opção política e conservar apenas o rótulo, julgando negociar desta forma a sua aceitação pelo sistema dominante. E haverá também alguns que procuram apenas a evidência que os meios de comunicação possam atribuir à própria mediocridade. Finalmente, alguns casos mais complexos podem explicar-se pelo cruzamento das situações referidas, de ambições recalçadas e antagonismos pessoais.

3 - Todas estas situações são bem conhecidas dos nossos inimigos de classe. Isso explica muitas coisas.

*«O Primeiro de Janeiro», 2002JAN09, «Portugal, que perspectiva».

Ney Simões Dias
Porto

Adversários e inimigos (*)

O PCP tem poucos adversários e muitos inimigos. Há que fazer uma distinção nítida entre uns e outros.

Com os adversários que, discordando embora dos nossos conceitos, defendem os seus pontos de vista com lealdade e, até por vezes, por razões diferentes das nossas, prosseguem os mesmos objectivos; que não estão no mesmo bordo mas pretendem alcançar um mesmo porto, deve ser estabelecido diálogo e até, quando tal se justificar, a colaboração pontual.

O grande inimigo é o capitalismo que dispõe de um arsenal poderoso, no qual os meios de comunicação têm, no plano político, um papel fundamental. A rádio e a televisão manipulam e dão forma ao pensamento dos povos. Colaborar com eles tem vantagens para os que deles se servem, mas que, em contrapartida, por isso pagam um imposto: - a perda de dignidade por objectivamente, ou até subjectivamente, servirem os inimigos do PCP. Estes meios de comunicação social que são todos dominados pela plutocracia abrem-se àqueles que, fora das regras partidárias, querem assenhorear-se do PCP, também recebem um lucro enorme do qual beneficiam imprensa escrita e meios audiovisuais.

É um jogo recíproco de favores. É a colaboração com o inimigo e isso é ilícito. Estarão cegos ou serão mal intencionados os que assim procedem? Creio que há entre eles alguns que cabem dentro de qualquer das categorias, mas a maioria dos seus seguidores, aqueles que se limitam a dar o seu nome a petições ou comparecem em jantares semifestivos, fazem-no de maneira pouco consciente. Foi Goethe que disse: «O que é mais difícil de tudo? É o que te parece mais fácil. Veres com os teus olhos o que está diante dos teus olhos.»

Assim se explica que alguns se deixem levar por *slogans* tais como «abertura», «liberdade de participação», não se apercebiam do que está por detrás disso - a mudança para a linha dos Partidos Europeus que ainda se dizem comunistas defendida pelos mais activos dos membros, daquilo que é denominado pelos jornais e pela TV como a ala renovadora.

Não é verdade que um dos corifeus dessa ala fez um rasgado elogio da obra de Robert Hue - «Comunismo um novo projecto» - afirmando uma saída para as dificuldades e desafios do século XXI? A resposta não tardou: conduzido por Robert Hue, o PCF teve resultados muito piores do que os do nosso Partido, que não seguiu a linha preconizada por Hue. O PCF, representado por Hue, perdeu completamente o contacto com as massas trabalhadoras e teve 5 vezes menos votos do que o nazi Le Pen.

Um comentador da Rádio France Inter disse muito justamente que o PCF tinha sido «laminado». O PCF repudiou o marxismo. Um dos seus destacados intelectuais, Monsieur Lucien Sève, propõe num livro «Começar pelos Fins» - editado pela Campo das Letras - que se abandone o termo marxista, substituindo-o por marxiano, tal como se diz cartesiano, como termo exclusivamente tradutor de uma forma de pensamento, desligado da prática, rompendo com um dos princípios fundamentais do materialismo dialéctico, base do marxismo-leninismo.

Mete-se pelos olhos a correspondência à ideia de que o Partido Comunista Português deveria deixar de ser considerado marxista, mas apenas de inspiração marxista.

As recentes experiências europeias, com a subida de movimentos nazis fascistas, impõem-nos uma extrema vigilância que não se compadece com a imitação

de condutas que tão maus resultados estão a dar. Pensar que a nossa democracia é suficientemente sólida para estar a salvo, a médio prazo, dos perigos de um regime totalitário, é fora do senso comum.

Como pode considerar-se sólida uma democracia na qual imperam a impunidade e a corrupção consentidas pelo PP, pelo PSD e pelo PS?

Façamos a nossa conferência, corrija-mos o que houver a corrigir e, no tempo próprio, façamos o XVII Congresso do qual sairá, ou não, um novo Comité Central e um novo Secretário-Geral. Até lá, trabalhem e combatamos e não actuem precipitadamente para evitarmos que o PCP desça ao nível do partido de Monsieur Hue e do PC Italiano.

Monteiro Baptista

Que futuro?

Problema de fundo exigindo permanentemente questionamento, reflexão e respostas: como poderão os partidos comunistas ter maior adesão, alcançar resultados eleitorais positivos e protagonismo significativo nos países da União Europeia (aqui se inclui Portugal e o PCP)?

Com sociedades mais sofisticadas e fenómenos de maior envelhecimento populacional, fortes concentrações urbanas, generalização do consumismo e do entretenimento, desenvolvimento do sector terciário, participação política reduzida a eleições, crescente peso dos emigrantes, convergências condicionantes da comunicação social, e não só!? Nestes contextos, os partidos comunistas ocidentais, envelhecidos, com ou sem abertura ou renovação, congressos ou conferências, contestações internas ou não, coligações (PS ou outras), têm vindo, cada vez mais, a perder expressão eleitoral e influência social.

Terão fundamento as acusações de que só sobrevivemos com a miséria do povo? Com os cenários de miserabilismo? De que estamos obsoletos? No nosso caso, com o actual conjunto de objectivos, estratégias, estilos e métodos, seremos, a prazo, praticamente submergidos.

Será necessário, embora não suficiente, criar e aprofundar múltiplos caminhos, tais como:

1 - Reflectir, discutir e concluir continuamente, sobre o presente e o futuro, integrando o marxismo-leninismo com trabalhos e estudos de sociologia política, psicologia social, *marketing* e jornalismo político.

2 - Perspectivar convincentemente as consequências do consumismo (autêntico «rolo compressor» alienante do pensamento, das vivências e das transformações sociais).

3 - Defender a perenidade de ideais, causas e valores fundamentais (justiça, paz, igualdade, fraternidade, desenvolvimento equilibrado, participação cívica, oposição frontal a todas as formas de opressão e de exploração).

4 - Lutar por objectivos estratégicos, com ambição, e não, errada e frouxamente, numa perspectiva de mera e continua resistência.

5 - Sistemáticamente preparar muito bem as intervenções na comunicação social, de modo a motivar, a entusiasmar, a convencer pela lucidez, energia, empenhamento e poder da palavra (como José Gomes Ferreira, «a convicção necessária para o milagre de transfigurar as palavras de todos os dias em armas de incêndio»). Este poder de comunicação é indispensável não só para fora como para dentro do PCP, sobretudo para os camaradas com maiores exigências de liderança («lideranças fracas fazem fracas as fortes gentes mas lideranças fortes fazem fortes as fracas gentes»).

6 - Acolher, encaminhar e melhorar a receptividade, atempada, às observações

e contributos escritos dos camaradas, sobretudo dos mais idosos, que não vão a reuniões.

7 - Formar, criteriosamente, alguns camaradas funcionários visando maiores eficiência e eficácia, quer para o interior do Partido quer para as comunidades do exterior.

8 - Considerar fundamental, sempre, o recrutamento como fonte de rejuvenescimento, de energia, de novas ideias, audácia e de inconformismo.

9 - Privilegiar e acompanhar rigorosamente a frente do poder autárquico, dadas as múltiplas relações, valências e potencialidades (... previsíveis as últimas perdas bem como as próximas autárquicas!).

10 - Manter sempre aberto, no Militante e no Avante, um correio do militante.

11 - Ponderar reestruturações internas e alterações aos estatutos, visando: a) maior disseminação e melhor acompanhamento dos debates internos; b) sempre que pretendidas, a formação de listas concorrentes para eleições aos órgãos dirigentes do PCP; c) limitar a permanência da titularidade do cargo de secretário-geral.

12 - Efectuar um novo Congresso no ano de 2003.

Eduardo Machado
Cascais

Tolerância, empenho, unidade

Também acho que nem tudo está bem no nosso Partido. Mas daí a pensar que seja imprescindível convocar um congresso extraordinário, alterar os estatutos, substituir a direcção e o secretário-geral, vai uma grande distância. Mantenho críticas e tenho feito propostas. Algumas não passaram disso mesmo. Mas respeito as opiniões diferentes dos camaradas e, naturalmente, submeto-me à democracia.

Talvez a melhor forma de ultrapassar-mos as presentes dificuldades, contribuindo assim para uma maior influência do nosso Partido com vista a uma alteração significativa e absolutamente necessária da vida política nacional, é que aumente, e muito, a participação e contribuição de muitos camaradas que presentemente é nula, ou quase. E que haja tolerância e respeito por todas as opiniões, desde que sinceras e inseridas nos nossos ideais.

Ideal também seria que as mesmas fossem expostas entre nós. No entanto, o procedimento dos que não só assim o têm feito, agitando as águas, talvez tenha contribuído para que se combatam as conhecidas e prejudiciais atitudes de «auto-satisfação, rotina, acomodação ou resignação». Mas dariam um contributo ainda muito maior se, agora, ao colo da comunicação social, aproveitassem para denunciar o quase silenciamento, a deturpação e por vezes até a mentira, a que o Partido tem sido e continua por ela a ser sujeito. E mesmo a nível individual! Cartas minhas tem um dos ditos jornais de referência, o DN, algumas na gaveta. Darão ainda um bom contributo aos que nos querem ver politicamente de rastos, se persistirem.

Francisco Ramalho
Corroios

(*) Títulos da Redacção

Até à semana passada, os leitores do «Expresso» não tinham tido direito a qualquer informação jornalística sobre o Projecto de Resolução para a Conferência Nacional do PCP. Mas, na última edição, já tiveram direito a um comentário de Edgar Correia a esse texto que, em rigor, não discute nenhuma das ideias nele contidas, falsifica várias, e na verdadeira língua de pau que o autor atribui a outros mas pratica esforçadamente, se limita a repetir sentenças que, na mais benévola das hipóteses, só são explicáveis por pura má-fé.

Vale a pena ir por pontos, até para que os leitores afirmem se é ou não verdade que o autor do comentário e outros, sempre que o debate desce ao concreto e são apanhados em falso, aos quesitos dizem nada e passam rapidamente a outro assunto. Assim:

1. Edgar Correia critica a direcção do PCP por fazer remontar a meio da década de 80 a grave erosão eleitoral do PCP e por invocar a esse propósito os «múltiplos efeitos» do fracasso das experiências do Leste europeu e «profundas mudanças» ocorridas em diversos planos. Mas é certo e sabido que se a direcção do PCP se tivesse prestado a apenas examinar a quebra eleitoral verificada entre 1999 e 2002, lá teríamos Edgar Correia a clamar que a direcção do PCP escamoteava que a erosão eleitoral já vinha muito mais de trás e se traduzia em bateladas de votos e de deputados.

Fiado no desconhecimento que a generalidade dos leitores do «Expresso» terá do conteúdo real do documento, Edgar Correia escamoteia que nele se faz primeiro uma aproximação às causas gerais da erosão eleitoral do PCP desde 1985 e depois, separadamente mas com relação com esse ponto anterior, dos factores que terão pesado de forma específica no resultado de 17 de Março último, sublinhando que se trata de factores desfavoráveis que não se verificaram nas eleições de 1999.

2. Verdadeiramente espantoso e claramente elucidativo de que não há celofane «renovador» que esconda o esquematismo estrutural de um pensamento é que se venha outra vez recorrer ao argumento de que o PCP não pode invocar a «bipolarização» até porque o CDS-PP e o BE, apesar dela, cresceram em votos. Ou seja, para Edgar Correia, estas coisas são chapa cinco, os eleitorados são todos iguais e têm todos o mesmo tipo de reacções. E nem sequer percebe, ou não lhe convém perceber, que possivelmente enquanto o eleitorado do CDS via as eleições como «já ganhas» pelo PSD e não sentia nenhum susto pela hipótese de vitória do PS, já segmentos de eleitorado do PCP, quanto mais viam «a dinâmica de vitória do PSD», mais permeáveis ficavam ao voto no PS «para derrotar a direita».

3. Edgar Correia escreve também que agora «torna-se mais fácil evidenciar como foi politicamente errado que a direcção do PCP tivesse sustentado que “o PS era igual ao PSD”, quando não afirmou que «ainda era pior». Nesta matéria, o assunto é muito simples: se não quer passar por autor de mentiras ou manipulações, Edgar Correia deve demonstrar onde e quando é que a direcção do PCP disse tal coisa, e onde é que a direcção do PCP, antes ou depois do XVI Congresso, disse mais e pior do que Edgar Correia ou João Amaral disseram e escreveram dezenas de vezes. Ou em vez de estar a criticar a direcção do PCP, Edgar Correia estará a criticar-se a si próprio por, em Janeiro de 2000, escrevendo sobre a questão da ida do PCP para o governo logo ter intercalado a pejorativa interrogação «com este PS ???»; estará a criticar João Amaral que, na mesma época, examinava no «Expresso» a possibilidade do PS de participar com outras forças numa alternativa e, além de outros mimos especialmente dirigidos ao PS de Guterres, concluiu que «seguramente, este PS não é de confiança. Pela sua própria política, parece querer cortar as escassas possibilidades de diálogo à esquerda». Estará a criticar João Amaral por, entre tantos outros exemplos, ter escrito sem «nuances» que o país precisava de se libertar da «malfadada tenaz: ou política de direita do PS ou política de direita do PSD»? Estará a criticar Paulo Fidalgo que, em Dezembro de 2000, subiu à tribuna do XVI Congresso do PCP para, nada ralado com avanços da direita, proclamar, a fechar a sua intervenção, que «são entusiasmantes as batalhas que se aproximam. O PS encaminha-se para uma clamorosa derrota pelas suas opções de direita!»?

4. Curioso neste texto agora publicado no «Expresso» é que ele prova que à medida que os argumentos e teses anteriores vão ficando esfarrapados se vai indo mais para trás no tempo. Até há pouco, a culpa era das «erradas orientações estratégicas» do XVI Congresso (que nunca são concretamente identificadas) e da posterior acção política do PCP, ou seja, durante o ano de 2001. Agora, volta-se para

A má-fé no posto de comando

• Vítor Dias

trás e passa a acusar as orientações dominantes do XVI Congresso de terem sido marcadas por «uma completa desvalorização do perigo dos partidos da direita regressarem ao poder» e por, supostamente, a direcção do PCP ter rompido com o «novo impulso» (Fev. de 98) a que, com patente falta de rigor, atribui a linha de chegar a «compromissos» que «permitissem evoluir no sentido de uma reorientação à esquerda da vida nacional» (formulações que devem corresponder às preferências não inocentes de Edgar Correia mas que não são as que estão no documento então aprovado pelo Comité Central do PCP). Trata-se, porém, de um conjunto de meras efabulações sem qualquer contacto com a realidade e que, além do mais, são um autêntico «boomerang» que atinge Edgar Correia e João Amaral. Em vez de acusar o XVI Congresso (que, em rigor, acolheu e consagrou todas as linhas fundamentais do «novo impulso») de ter desvalorizado o perigo da direita regressar ao poder, o que Edgar Correia tem de exibir é onde é que estão os artigos dele próprio e de outros no ano de 2000 (é 2000, não 2001) alertando para esse perigo. O que Edgar Correia tem de provar é que seja falso que ele próprio (então membro do Comité Central e da sua Comissão Política) e João Amaral (então membro do Comité Central) tenham votado favoravelmente desde Novembro de 1995 até Dezembro de 2000 todos os comunicados do Comité Central que definiram a atitude do PCP face aos Governos do PS, as orientações do PCP face à política desses governos e as linhas de iniciativa e acção política do PCP. É certo que, em artigo conjunto no Expresso em 17 de Janeiro deste ano, Edgar Correia e João Amaral chegaram a escrever que no XVI Congresso se tinha enfatizado «a dificuldade dos partidos da direita em recuperarem eleitoralmente», logo acrescentando sibilamente os autores que «um ano decorrido foi o que se viu...». Mas esse foi um momento particularmente pouco prestigioso para os autores, porque eles não podiam deixar de saber que essa frase está de facto na Resolução do XVI Congresso mas claramente reportada a um balanço de actos eleitorais passados, ou seja, os realizados entre 1996 e 2000 (como se comprovará, abrindo o livro do XVI Congresso na página 331). Não se tratando pois, como desonestamente o artigo quis fazer crer, de uma análise intemporal ou de uma previsão para o futuro, mas de uma constatação – indiscutivelmente rigorosa – sobre os resultados da direita nessas anteriores eleições. E, quanto ao futuro, a Resolução do XVI Congresso até advertiu que o PSD «tenderá a radicalizar» a sua postura face ao governo na tentativa de capitalizar em proveito próprio o descontentamento popular e o patente desgaste do governo» (pág. 336).

5. Apesar de todas as respostas que certamente já leu sobre este assunto, Edgar Correia volta também à carga com o «um grave erro de análise» que foi que «a direcção do PCP tenha sido favorável à dissolução da AR, num quadro que beneficiava os partidos da

direita», acrescentando que «permanece até hoje em aberto o insondável mistério das razões pelas quais a direcção do PCP aguardou a dissolução da AR e o desaparecimento da folgada maioria afé existente de 134 deputados à esquerda do PSD, para só então se manifestar disposta a examinar «com as outras forças democráticas as possibilidades de definição de uma política de esquerda (...) e de concretização de uma solução governativa em condições de a respeitar, garantir e aplicar».

Toda esta conversa só quer dizer que há quem continue a não querer perceber nada do que se passou na noite das eleições autárquicas e nos dias seguintes. Continue a não querer perceber que, nesta matéria, independentemente do que o PCP pudesse ou devesse pensar ou querer, a vontade ou opinião de cada partido não valia ou pesava o mesmo. Por outras palavras, a vontade decisiva pertencia ao PS e a sua vontade, desde a noite de 14 de Dezembro e do dia seguinte (declaração de Jorge Coelho), era claramente a de convocação de eleições antecipadas. Continue a não querer perceber o que até Medeiros Ferreira explicou cristalinamente quando escreveu que a atitude de Guterres não tenha sido um pedido de demissão mas um acto voluntário de interrupção da legislatura. Continue a não querer perceber que, para além de tudo isto, o PS estava sem líder e que nem sequer haveria interlocutor para qualquer hipótese diligência do PCP que, naquele contexto de «estado de necessidade», a ser possível, só poderia traduzir-se na sua transformação em mera força de apoio ao PS. Continue a não querer perceber que a única coisa que o PCP podia ter feito não era impedir a antecipação das eleições (apoiada pelo PS, PSD, CDS e BE) mas sim declarar publicamente que era contra elas, faltando saber em que é que isto favoreceria a colocação do PCP para umas eleições que, de ciência certa, se iriam realizar dali a três meses. E, sobretudo, continue a esquecer-se que foi o próprio Edgar Correia que, em artigo publicado no «Público» doze dias depois das autárquicas, que escreveu que «a demissão de António Guterres e a consequente queda do Governo» tinham «conduzido à (praticamente decidida) realização antecipada de eleições».

6. Finalmente, é de registar que seja um dos mais extremos cultores de um sistema de acção política super-piramidal – artigos de opinião e declarações nas TV's em que os membros do Partido são puros consumidores passivos – ou defensores de sistemas de documentos fechados em que ninguém toca nem emenda, a regressar às críticas ao funcionamento do PCP, entre tantas coisas sempre esquecendo que os Congressos (e também a próxima Conferência Nacional) são sempre informados das propostas de emendas não acolhidas pela Comissão de Redacção e que os delegados aos Congressos (e também à próxima Conferência) têm a inalienável liberdade de votarem como entenderem (a favor, contra, ou abstenção) os documentos propostos. E isto, sublinhe-se, num contexto em que, a par da pluralista circulação horizontal garantida pela Tribuna do «Avante!», por força da dis-

criminatória circulação horizontal de informação nos restantes meios de comunicação social, são as opiniões e teses de alguns membros do PCP críticos da sua orientação e direcção que são mais conhecidas pela sociedade portuguesa e pelo conjunto dos militantes do PCP. E, quanto a «insultos» e «calúnias» (sempre indesejáveis e inaceitáveis), só resta dizer que nesta matéria não há nada para discutir com um queixoso que, logo a seguir às autárquicas, em declarações a um jornal estrangeiro, acusava a direcção do PCP de ter um comportamento «estalinista» e «algo terrorista».

7. Em todo o texto de Edgar Correia só há uma coisa útil que se confirma: é que, sem prejuízo de outras suas teses como, por exemplo, um juízo global, expresso a pretexto das eleições francesas, sobre «a desadequação dos partidos comunistas», o relacionamento e, atitude do PCP face ao PS (que, aliás, deturpa e falsifica previamente) são um dos seus principais eixos de divergência e uma das raízes determinantes das suas atitudes. Mas aqui não se pode deixar de registar que ele e outros membros do PCP já dedicaram milhares e milhares de palavras às suas críticas ao «sectarismo» e «enconchamento» do PCP, mas passam-se as semanas e os meses e até hoje, apesar de dezenas de artigos de opinião, entrevistas e declarações públicas, há esclarecimentos que nunca aparecem nessas vozes acusadoras. Na verdade, nunca aparece a negação das dezenas e dezenas de propostas positivas, de variado alcance e importância, que o PCP, numa postura construtiva que nunca abandonou, de facto aprovou com o PS. Nunca aparece a lista dos projectos, propostas, políticas ou medidas positivas formuladas pelo PS que o PCP tenha rejeitado por alegado «sectarismo» ou «enconchamento». Nunca aparece a lista das orientações ou políticas do governo do PS que o PCP efectivamente combateu mas que porventura se entenda que não devia ter combatido e antes devia ter apoiado. Nunca aparece nenhuma reflexão ou opinião sobre o facto de António Guterres não ter dado a mais pequena corda às propostas de rectificação de política que Carlos Carvalhas formulou na Festa do Avante! de 2000 (e reafirmadas na AR no debate do OE para 2001, na presença do Primeiro-Ministro) e também nem sequer ter dado qualquer resposta ao memorandum que o PCP lhe apresentou sobre linhas alternativas fundamentais para a elaboração do Orçamento para 2002 (ainda hoje disponíveis em www.pcp.pt/actpol/temas/orcam/frset-oe2002.html).

E, sobretudo para quem tanto fala de uma supostamente milagrosa proposta de «plataforma» – pelos vistos, o verdadeiro elixir da alternativa de esquerda (ou será só da «reorientação» à esquerda?) –, também nunca aparece a lista dos pontos da política de esquerda defendida pelo PCP que deveriam ter sido deitados ao mar a benefício de um eventual entendimento com o PS (que este, aliás, nunca desejou ou facilitou). Nessa altura, ou seja, quando finalmente aparecerem algumas destas coisas, ficará então ainda mais claro ao que andamos uns e outros.

Religiões

• Jorge Messias

As X Jornadas de Direito Canónico, recentemente realizadas em Fátima, tiveram uma importância que, na fase de agudização das lutas de classes que atravessamos, de modo algum deve ser subavaliada. Facilmente se percebe que, neste encontro fechado de 70 peritos não identificados, dominaram duas preocupações centrais: o alinhamento entre o actual poder religioso e as forças políticas e económicas no poder; e a formulação, por parte da Igreja, de novas reivindicações que quando forem atendidas expandirão a sua já enorme influência nacional.

Segundo o texto oficial distribuído aos órgãos de comunicação, os tecnocratas eclesiásticos e leigos terão debatido exclusivamente, durante o encontro, o tema da revisão da Concordata que decorre, como se sabe, no silêncio dos deuses. O documento dos especialistas em Direito Canónico inclui 12 pontos.

As três alíneas iniciais repetem afirmações de fé já conhecidas mas melhoradas, agora, por significativas alterações formais. Recusa-se que o entendimento entre a Igreja e o Estado altere a designação, de Concordata para Acordo. Considera-se que a Concordata é «um instrumento de paz e de concórdia entre a Igreja e a Comunidade política», isto é, entre a Igreja e as forças políticas no poder. Divide-se o exercício de poderes a nível nacional entre a Igreja e o Estado, «cada qual na

sua esfera». O que implicará, naturalmente, a recusa tácita do princípio constitucional da laicidade do Estado. O campo religioso passa transversalmente por todo o campo político.

Todo o ponto 4 é uma síntese das condições exigidas pela hierarquia quanto ao sistema educativo. «A presença da Igreja nas escolas é imprescindível numa sociedade pluralista e democrática, seja através de instituições próprias, seja através da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica» (o sublinhado é nosso). Depois, acrescenta-se: «A Igreja tem o direito de fundar e manter escolas a qualquer nível de ensino, a fim de fornecer uma educação com valores humanos e cristãos e apoiar as famílias na sua missão nobre de educação dos filhos. Em particular, a Universidade Católica deverá ser mencionada na nova Concordata legitimando o estatuto adquirido nestes anos de existência. Lamentam-se todas as tentativas de inferiorização a que têm sido sujeitas algumas instituições educacionais da Igreja.»

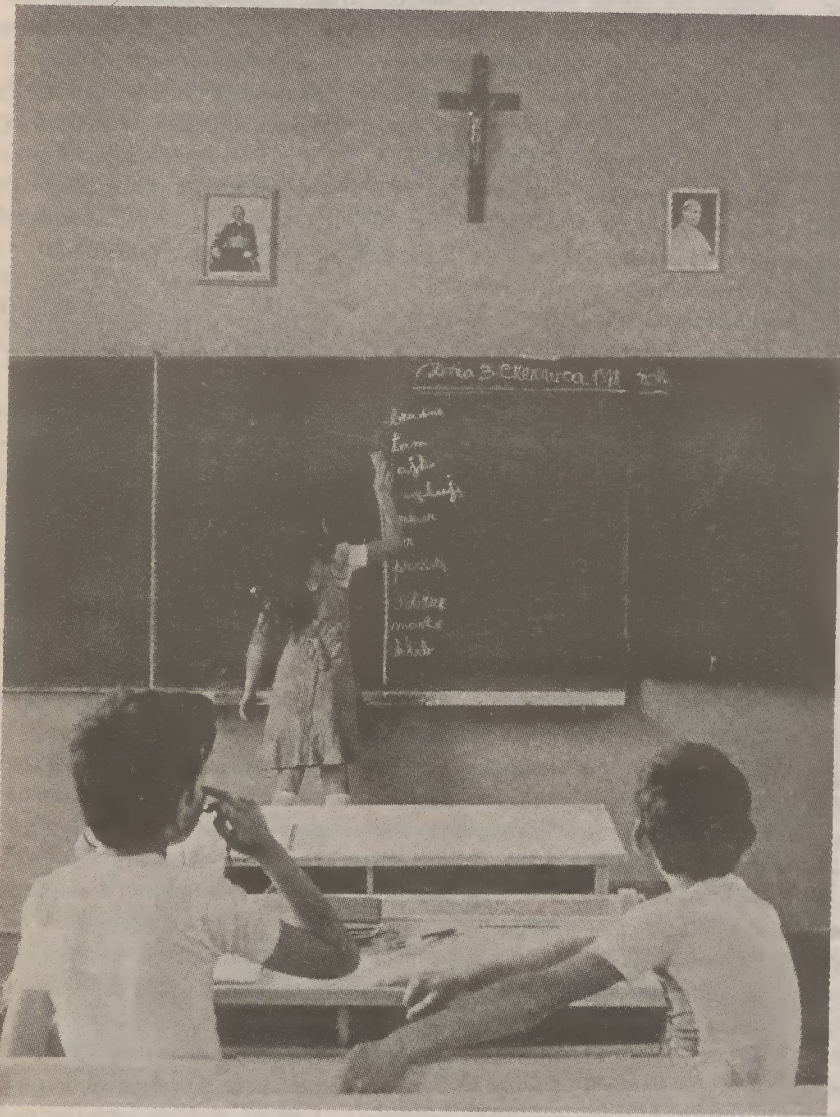
O ponto 5 é uma outra forma de dizer ao Estado que se não deverá aventurar a limitar as verbas com que subsidia indirectamente a igreja católica. «O património cultural da Igreja, **identificado que está com a cultura portuguesa**, não pode ser **objecto de cobiça ou de indiferença**. Merece do Estado todo o apoio, **apesar de a Igreja ter o direito de salvaguardar os seus interesses**. Ao mesmo tempo que se aprecia positivamente a nova Lei do Património Cultural, espera-se que **ela seja bem regulamentada e aplicada**, abrindo um novo ciclo de entendimento e de eliminação de desconfianças e preconceitos.»

O ponto 6 vai directo ao fundo da questão. Aliás, toda a declaração dos canonistas deve ser lida como

se de um autêntico caderno reivindicativo de qualquer Conselho de Administração se tratasse. «As instituições da Igreja, nos seus diferentes níveis de organização e actuação, devem ser isentas de qualquer imposto ou contribuição, sobretudo quando desempenham papel de apoio à sociedade (cultura, assistência, saúde, educação...).»

No ponto 7 reforça-se, nos limites do insensato, esta perspectiva de canonista-gestor. «O artigo IX (da Concordata) deve ser alterado, pois não faz sentido exigir a nacionalidade portuguesa para os bispos e pessoas que ocupem outros cargos, dada a natureza universal da Igreja.» É a subordinação de qualquer remanescente teológico que ainda pudesse sobreviver nas mentes dos bispos portugueses, ao primado do capitalismo neoliberal e da globalização. É o desabar da ideia milenar de igreja nacional. E o abandono do conceito de que o bispo católico é um condutor espiritual do povo crente a que pertence e entre o qual nasceu.

Os voos rasantes (IV)



Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Contr. da prep. de com o art. def. a; meter em saca; planta leguminosa hortense de semente comestível. 2 - Ave pernalta corredora que se assemelha à avestruz; ousado; altar cristão. 3 - Substância usada para a fixação de penteados; literatura (abrev.); batráquio comestível, semelhante à rã; caminhava. 4 - Tarefa (pop.); chefe etíope; fundador. 5 - Desgosto; elemento de formação de palavras que exprime a ideia de novo; contr. da prep. de com o pron. pess. ela. 6 - Nome genérico de várias doenças das glândulas sebáceas; andaime ou estrado suspenso por cordas, sobre o qual trabalham os operários; extraterrestre (abrev.). 7 - Interj. que exprime admiração; doutor (abrev.); criminosa; tecido fino como escumilha. 8 - Antes de Cristo (abrev.); aguçara; pedaço de tronco de árvore, cortado perpendicularmente ao eixo. 9 - Verdadeiro; membro guarnecido de penas que serve às asas para voar; sem omitir nada (loc. adv.). 10 - Levantar âncora; argola; silvo. 11 - Perversa; relação; repercussão; esvaziar. 12 - Rio da Suíça que banha a cidade de Berna; nódoa produzida por contusão; ovários dos peixes. 13 - Parente por afinidade; aquele que é natural da Coreia; apetência.

VERTICAIS: 1 - Quarta letra e terceira consoante do alfabeto grego; interj. que designa admiração, ironia ou impaciência. 2 - Tem sabor amargo; cerume. 3 - Relativamente a; aprovado (abrev.); grito alitivo. 4 - Feriram ou mataram com punhal. 5 - Sódio (s.q.); unidade das medidas agrárias; grande quantidade. 6 - Ponto cardeal oposto ao Norte; espaço de 24 horas. 7 - Ajuntar; carvão incandescente; molibdénio (s.q.). 8 - Espécie de alfange ou terçado de origem asiática; tomar menos assíduo. 9 - Gume; espécie de saco; terra argilosa, colorida por um óxido de ferro com a qual se obtém um pigmento natural. 10 - Interj. designativa de chamamento; vazia. 11 - Criada de quarto; nome de duas espécies de cotovias; pref. de origem grega que exprime a ideia de privação, separação. 12 - Doloso. 13 - Palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas; a ti; visual. 14 - Pequeno barco de recreio ou de formas finas e adelgaçadas; cada uma das oito partes iguais em que se divide um todo. 15 - Esplendor; residir.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Dat. enscant. lava. 3 - Bma. audaz. ara. 3 - Laca. lit. jat. ita. 4 - Trepas. Kási. autor. 5 - Agrura; neo; dela. 6 - Aconet; balde; ETL. 7 - Ah; dr; ré; lo. 8 - AC; alhar; cepo. 9 - Reat; asat; hímio. 10 - Arpat; arq; atlo. 11 - Md; ro; coc; ocar. 12 - Ar; mar; ova. 13 - AAm; cora; no; ar. VERTICAIS: 1 - Oleg; oca. 11 - Alt; cia; an. 12 - Tradulento. 13 - Ar; lei; óptico. 14 - Iole; oitava. 15 - Aparato; morar. setra; oca. 10 - Oleg; oca. 11 - Alt; cia; an. 12 - Tradulento. 13 - Ar; lei; óptico. 14 - Iole; oitava. 15 - Aparato; morar.

Tempo de Antena do PCP

Sexta-feira, dia 31 - RTP1
depois do Telejornal

*

Encontro de Quadros do PCP do Algarve

Sábado, dia 1, 15h - Centro de Trabalho de Faro

Com a participação de Carlos Carvalhas

*

9.ª Assembleia da Organização da Célula dos Trabalhadores Comunistas na CM do Seixal

Domingo, 2, a partir das 9h
na Timbre Seixalense, Seixal
com a participação de Francisco Lopes
Almoço-convívio no CT do Seixal

*

Reunião de Quadros sobre Segurança Social

Sábado, dia 1, das 10h30 às 16h30, no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes
com a participação de Fernanda Mateus

*

«Segurança Social Que futuro?»

debate público no Entroncamento

com a participação de Fernanda Mateus e Eugénio Rosa

Quinta-feira, 6, 21h, na sala da Junta de Freguesia

*

Passeio a bordo da fragata «Alcatejo»

no lançamento da Campanha pró-Centro de Trabalho de Alcochete
Dia 2 de Junho, com saída da Ponte-Cais às 9h
(Informações: Tels. 21 2340344 (CT) e 918885014)

*

Excursão a Monsaraz

com visita à Barragem do Alqueva promovida pela Organização da Amadora

Dia 2 de Junho

(Informações: Tel. 214941162)

*

Viagem às Capitais Nórdicas Oslo - Copenhaga - Estocolmo

28 de Julho a 5 de Agosto
(Informações: na DORS - Cam. Adelaide, Tel. 265521180, Fax 265521189)

Assembleias e debates preparatórios

Aveiro

Ovar – Assembleia plenária da organização concelhia, para discussão do Projecto de Resolução Política e eleição dos delegados: sábado, 1, às 14h30, no CT de Ovar, com a participação de **Armindo Miranda**.

Aveiro – Assembleia plenária da organização concelhia, para discussão do Projecto de Resolução e eleição dos delegados: quinta-feira, dia 6, às 21h30, no CT de Aveiro, com a participação de **Francisco Lopes**.

Beja

Almodôvar – Assembleia plenária para discussão do Projecto de Resolução e eleição de os delegados: sábado, 1, às 18h, no Centro de Trabalho, com a participação de **João Oliveira**.

Ourique – Assembleias plenárias das organizações das freguesias de **Ourique** e **Santana da Serra** (sábado, 1, às 15h30, no CT de Ourique) e de **Conceição, Garvão, Panóias e Santa Luzia** (domingo, 2, às 15h30, no CT de Panóias) – ambas para discussão do Projecto de Resolução e eleição dos delegados.

Braga

Vizela – Assembleia electiva da organização concelhia, para discussão do Projecto de Resolução e eleição dos delegados: domingo, 2, às 9h30, no CT local (Edifício Vista Alegre).

Castelo Branco

Belmonte – Assembleia plenária da organização concelhia: dia 3, 21h, em casa da cam. Dulce Pinheiro, com **Armando Morais**.

Fundão – Assembleia plenária da organização concelhia, para debate do Projecto de Resolução e eleição do delegado: quarta-feira, dia 5, às 21h30, no CT do Fundão, com a participação de **Armando Morais**.

Leiria

Assembleias plenárias das organizações concelhias de **Peniche** (sábado, 1, às 15h), **Marinha Grande** (sábado, 1, às 21h30) e **Porto de Mós** (terça-feira, 4, às 20h).

Lisboa

Amadora – Assembleia da Organização da célula da Câmara Municipal, para discussão do Projecto e eleição de delegados: segunda-feira, 3, 18h30, CT da Amadora.

Cascais – Plenário de militantes da freguesia de **S. Domingos de Rana**, antecedido de **almoço-convívio**: domingo, dia 2, a partir das 13h.

Lisboa – Plenários das freguesias de **Arroios** (na R. Pascoal de Melo, 70) e **Marvila** (no CT de Marvila) – ambos hoje, dia 30, às 15h; das freguesias de **N.ª Sr.ª de Fátima** (no CT da Soeiro Pereira Gomes) e de **S. Vicente** (no CT da Graça) – ambos na sexta-feira, 31, às 21h; das freguesias de **Ajuda, S. Francisco Xavier e Belém** (dia 1, 15h, CT Ajuda), **Alcântara** (CT de Alcântara, dia 1, 15h30), **Alto do Pina** (dia 1, 15h, CT Vitória); de núcleos da freguesia de **Arroios** (dias 1 e 8); do núcleo da **Picheleira** (Freg. de Beato), dia 1 às 15h, no CT Vitória; de militantes da freguesia da **Graça** (dia 1, 15, CT da Graça); plenários electivos das freguesias de **Castelo, Santiago, S. Miguel, St.º Estevão e Sé** (segunda-feira, 3, 21h, na Casa do Fado, em Alfama), das freguesias de **Coração de Jesus, Madalena, Pena, S. Cristóvão, S. José, S. Nicolau, St.º Justa e Socorro** (segunda-feira, 3, 21h, CT Vitória) e das freguesias de **Encarnação, Mártires, Mercês, S. Paulo, Sta. Catarina e Sacramento** (terça-feira, 4, 21h, CT Vitória); na freguesia do **Beato**, reunião dos núcleos de **Alto dos Toucinheiros e Qt.º do Ourives** (dia 3, 21h, na Comissão de Moradores do Alto dos Toucinheiros); plenário de militantes da freguesia de **Ameixoeira** (dia 5, 21h, CT Lumiar); plenário de militantes da célula da **Voz do Operário** (dia 5, 19h, CT da Graça).

Loures – Assembleia plenária electiva da freguesia de **St.º Iria de Azóia**: dia 5, 21h, CT de St.º Iria.

Odivelas – Assembleia plenária da freguesia de **Olival Basto**: terça-feira, dia 4, 21h, sala da Junta de Freguesia); **Debate**

sobre a situação internacional no CT de Odivelas: dia 4, 21h.

Oeiras – Plenários de militantes para discussão do Projecto de Resolução: dia 1, 16h, CT de Tercena, com **Joaquim Dias**; das freguesias de **Paço d'Arcos e Caxias** (dia 1, 16h, CT de Porto Salvo, com **Carlos Grilo**), da freguesia de **Cruz Quebrada/Dafundo** (dia 3, 21h, CT de Algés); da freguesia de **Carnaxide**, também com eleição de delegados (dia 4, 21h, CT de Carnaxide, com **Arménio Carlos**). **Almoço-convívio da freguesia de Queijas**: dia 2, 13h, CT de Queijas.

Sintra – Plenário da Juventude, promovido pela Com. Concelhia do PCP e da JCP Sintra: sábado, 1, 15h, CT do Cacém. **Plenário da freguesia de S. Pedro**: dia 5, 21h30, CT Algueirão. **Almoço-convívio da freguesia do Algueirão**: dia 2, 13, CT de Algueirão.

Vila Franca de Xira – Assembleia plenária electiva da freguesia de **S. João dos Montes**: sexta-feira, dia 31, 21h30, CT de A-dos-Loucos, com **José Casanova**. **Debate em Alhandra** – «Os direitos dos trabalhadores e outros direitos sociais»: sábado, dia 1, 15h, CT de Alhandra.

Sectores da ORL

Bancários – Reunião do OD: terça-feira, 4, 17h30, CT Vitória.

SCAE – Assembleias plenárias electivas das células da **EDP** e das células da **EPAL+Empresas de Construção de Infra-estruturas e Manutenção** (ambas na quarta-feira, 5, às 18h30, no CT Vitória); **assembleia plenária do Sector das Telecomunicações (PT, Marconi, TMN, Vodafone e outras)**: dia 5, 18h30, CT Vitória.

Construção Civil, Portaria, Vigilância e Limpeza – Plenário para discussão do Projecto de Resolução e eleição de delegados: quinta-feira, dia 6, às 19h, no Centro de Trabalho Vitória.

Intelectual – Assembleias plenárias electivas, todas no CT Vitória: das células **Juristas** (segunda-feira, 3, 21h), **SAPAD** (terça-feira, 4, 18h30); **Artes do Espectáculo** (terça-feira, 4, 18h), **Ciência, Tecnologia e Ambiente** (quarta-feira, 5, 21h), **Comunicação Social** (dia 5, 21h).

Saúde – Assembleia plenária do Sector, para continuar a discussão do Projecto de Resolução e eleição de delegados: segunda-feira, 3, 21h.

Seguros – Reunião para continuação da discussão do Projecto de Resolução Política e eleição de delegados: dia 5, 18h, CT Vitória.

Sindical – Assembleia plenária electiva dos **Funcionários Sindicais**: dia 5, 18h30, CT Vitória.

Transportes – Assembleia da Organização do Sector de Transportes: sábado, 1, a partir das 10h, no CT Vitória, com a participação de **Jerónimo de Sousa**. **Assembleia plenária electiva das células TAP-ANA-SITAVA-Av. Estrang.**: dia 5, 18h, VCT Vitória.

Portalegre

Ponte de Sor – Assembleia plenária da organização da freguesia de **Montargil**: sábado, dia 1, às 20h30, no Centro de Trabalho local.

Porto

Porto – Assembleia da organização da freguesia de **Ramalde**: hoje, dia 30, 21h30, Centro de Trabalho da Boavista.

Vila Nova de Gaia – Assembleia plenária das organizações das freguesias de **Arcozelo, Gulpilhares e S. Félix da Marinha**: quinta-feira, 30, às 10h, no Clube Éden, em Arcozelo; assembleias das organizações de **Avintes** (sexta-feira, 31, às 21h30, em casa do Júlio) e de **Mafamude** (domingo, dia 2, às 15h, no CT de Gaia).

Vila do Conde – Debate – «Democracia política e participação popular»: sexta-feira, dia 31, 21h30, no Centro de Trabalho, com **José Pedro Rodrigues**.

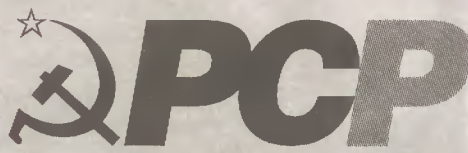
Gondomar – Assembleia da organização de **Baguim**: dia 31, 21h30.

Trofa – Assembleia da organização: dia 31, 21h30, Centro de Trabalho.

Paredes – Assembleia da organização: dia 2, 10h, na Junta de Freguesia de Sobreira.



DEBATER • UNIR • AGIR



Conferência Nacional

o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do Partido

22 Junho 2002

Pavilhão do Alto do Moinho – Corroios, Seixal (perto da Quinta da Atalaia)

Sessão pública

inserida nos trabalhos preparatórios da Conferência Nacional
Em Algés - Auditório Amélia Rey Colaço
Dia 5 às 21h
com a participação de **Carlos Carvalhas**

Debates temáticos integrados na preparação da Conferência Nacional

Em Lisboa Ciclo de Debates no Centro de Trabalho Vitória

Terça-feira, 4 de Junho às 21h:
«Comunicação Social e lutas das ideias»

Quinta-feira, 6, às 21h:
«A Democracia, o regime democrático, participação popular e eleições»

*

No Porto Ciclo de Debates promovidos pela DORP

Quarta-feira, 5, às 21h30, CT da Boavista:
«O Mundo no início do novo Milénio»
com a participação de **Albano Nunes e Nelson Amador**

Ciclo de Debates promovidos pela DORS No Barreiro

Sexta-feira, 31, às 21h30, na Biblioteca Municipal:
«A ideologia dominante e as suas consequências na disponibilidade na acção política – Comunicação Social e luta das ideias»
com a participação de **Leandro Martins**

Na Amadora

«A actualidade do Ideal Comunista»

- debate com **José Casanova**
Quarta-feira, 5, às 20h30, no CT da Amadora

Em Almada

Plenários/debates no CT Concelhio de Pombal, às 21h30

«O novo quadro político perigos, desafios, linhas de acção»

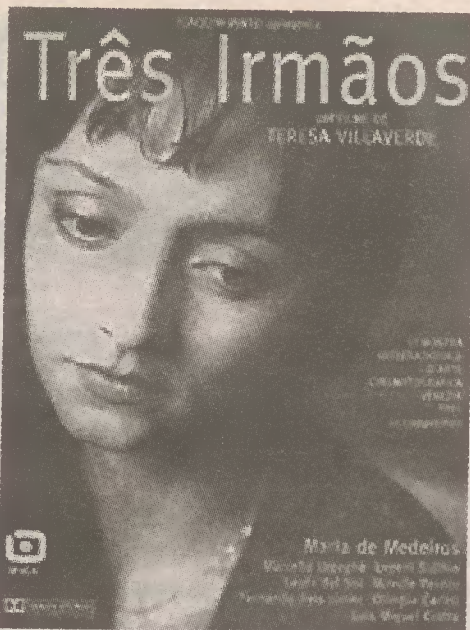
Sábado, dia 1

«A influência eleitoral do PCP, uma séria preocupação»

Terça-feira, dia 4

ATVer

Três Irmãos, de Teresa Villaverde, relata uma amarga crónica urbana e familiar passada em Lisboa



Nascido Para Matar

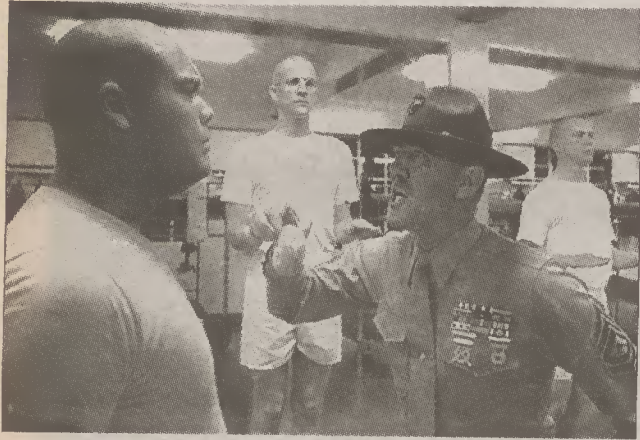
(Quarta-feira, 29.05.02, RTP-1)

Acompanhando a odisseia de um punhado de jovens soldados americanos desde a recruta na ilha de Paris até à sangrenta ofensiva de Tet, no Vietname, em 1968, Stanley Kubrick ergue uma autêntica parábola sobre a perversão dos homens em guerra, e o fantástico e brutal condicionamento psicológico da máquina militar, que desumaniza metodicamente os homens para deles fazer simples máquinas de matar. O filme é construído em duas partes distintas e convergentes, a primeira mostrando o processo da recruta e o segundo levando os jovens militares para o campo de batalha onde, bizarramente, acabam metodicamente abatidos por um único atirador escondido, nada lhes valendo a demencial preparação militar que a recruta lhes procurara incutir. Manifestamente, uma visão densamente crítica tanto da guerra do Vietname como da guerra em geral, como absurdo instrumento de agressão e manipulação, tudo servido pelo génio de mestre Kubrick, tanto no seu lendário apuro formal como na profundidade da mensagem antibelicista.

Artur, o Alegre Conquistador

(Sexta-feira, 31.05.02, SIC)

Artur, o Alegre Conquistador é talvez a coroa de glória cinematográfica do malogrado actor britânico Dudley Moore, aqui vestindo a pele de um etilizado pinga-amor que tem de escolher entre a boa vida devidamente planeada e irresponsável de homem rico e aventura do verdadeiro amor ao lado de uma criada, aqui interpretada nem mais nem menos que por Liza Minnelli. Na época (princípio dos anos 80), esta comédia teve um sucesso assinalável, hoje (re)vê-se com curiosidade.



Nascido para Matar, de Stanley Kubrick, é uma parábola sobre a perversidade da guerra e a manipulação psicológica da máquina militar



Sem Retorno, um fugitivo apanhado nas malhas de um pesadelo, segundo Oliver Stone

Três Irmãos

(Domingo, 02.06.02, RTP-2)

Três Irmãos é um filme de Teresa Villaverde que, no festival de Veneza, deu o Prémio de Melhor Actriz a Maria de Medeiros. Relata uma amarga crónica urbana e familiar passada em Lisboa e centrada na trajectória de uma jovem mulher, obrigada a viver um terrível drama existencial que a empurra para o suicídio.

Sem Retorno

(Domingo, 02.06.02, SIC)

Sem Retorno é uma história demencial contada

com a acutilância do costume por Oliver Stone, relatando a fuga de um homem cravado de dívidas (Sean Penn) – a quem os corretores de apostas já haviam cortado dois dedos – que, na sequência de uma avaria numa localidade no meio do deserto, se envolve num sinistro pesadelo quando é contratado por um marido para assassinar a mulher que, em sequência, também negocia com ele o assassinato do marido... De assinalar a presença de Nick Nolte no elenco e (já agora) da actual coqueluche de Hollywood, Jennifer Lopez.

Obsessão

(Segunda-feira, 03.06.02, RTP-1)

Inspirando-se despididamente tanto no filme de Hitchcock A Mulher que Viveu Duas Vezes como no estilo do mestre do suspense (que, teoricamente, procura homenagear), Brian de Palma faz neste Obsessão um verdadeiro pastiche do referido trabalho de Hitchcock, indo ao ponto de convidar o compositor favorito de Hitchcock (Bernard Hermann) para compor a banda sonora. O par amoroso da intriga é Cliff Robertson e Geneviève Bujold e o filme, é claro, nem de perto nem de longe faz esquecer o original em que se inspira e que, presumivelmente, homenageia...

A Terceira Geração

(Terça-feira, 04.06.02, RTP-2)

Esta semana a RTP-2 dedica um pequeno ciclo ao importante cineasta alemão Rainer Werner Fassbinder, marcando para ontem (segunda-feira) As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant, para hoje este A Terceira Geração e para amanhã O casamento de Maria Braun (talvez o seu maior sucesso na altura). Chamamos a atenção para todos, nesta breve referência ao filme A Terceira Geração, uma comédia negra e amarga onde Fassbinder cria uma sarcástica sátira política mostrando a verdadeira natureza do terrorismo alemão de uma alegada «extrema-esquerda» que se revela, afinal de contas, uma manipulação e construção friamente organizada (e financiada) pelos poderes instituídos da direita com o objectivo central de justificar o aumento da repressão através de medidas políticas restringindo mais e mais os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e dos cidadãos em geral. Uma nota para a participação dos actores Eddie Constantine e Hanna Schygulla.

Cop Land – Zona Exclusiva

(Quarta-feira, 05.06.02, TVI)

Talvez por interpretar o papel de um xerife meio retardado, Sylvester Stallone tem aqui o melhor desempenho dramático da sua carreira, ao ponto de não temer o confronto, na interpretação, com figuras de peso do (bom) cinema norte-americano como Harvey Keitel, Robert De Niro ou, até, Ray Liotta. Neste interessante filme de crime e mistério, Stallone é o xerife, meio retardado, de uma pacata cidade dos arredores da grande metrópole, onde habitam muitos detectives da cidade próxima que o xerife admira profundamente, mas com quem vai entrar em rota de colisão ao descobrir, a pouco e pouco, que alguns dos seus heróis são, afinal, grandes corruptos e corruptores...

Quinta, 30

RTP 1

07.00 «Astérix na Bretanha» (Filme de Animação)
08.15 «Os Doze Trabalhos de Astérix» (idem)
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Um Estranho em Casa
16.00 Amor e Ódio
16.55 Hóquei em Patins – Porto-Barcelos
18.15 Quebra-Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Fábrica das Anedotas
21.30 Gregos e Troianos
00.15 Conversas de Mário Soares
01.15 24 Horas
01.30 «Sand» (Filme)

RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Sinais do Tempo
14.00 Ténis – Torneio de Roland Garros
16.00 Basquetebol
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
18.45 Horizontes da Memória
19.30 Clube da Europa
20.00 Casei com uma Feiticeira
20.30 No Centro e Arredores
21.00 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Roswell
00.00 «Oito Mulheres e Meia» (Filme)
02.15 Portugalmente

SIC

08.00 Buêré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Rex, o Cão Polícia
15.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.15 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso

Sexta, 31

RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
11.30 Campeonato do Mundo 2002 – Cerimónia de Abertura; Jogo: França-Senegal
14.30 Jornal da Tarde
15.30 Regiões
16.00 Amor e Ódio
17.20 Diário de Maria
18.15 Quebra-Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Fábrica das Anedotas
21.30 O Jogo da Espera
22.30 Campeonato do Mundo 2002 (Repetição da Abertura)
01.15 24 Horas
01.30 «Acima de Qualquer Suspeita» (Filme)

RTP 2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Debate mensal na AR com o 1.º Ministro
13.00 O Homem e a Cidade
13.30 Retratos – «Eduardo Souto Moura»
14.00 Ténis (Roland Garros)
16.00 Via Aberta
17.00 Informação Gestual
18.15 Informação Religiosa
19.00 2010
20.00 Casei com uma Feiticeira
20.30 No Centro e Arredores
21.00 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Assassinatos Políticos
24.00 «Topsy-Turvy» (Filme)
02.15 Portugalmente

SIC

08.00 Buêré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.15 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 O Clone
23.00 O Grande Mestre

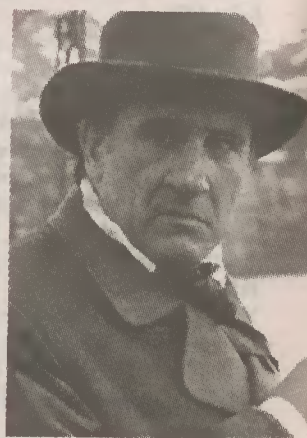
Sábado, 1

RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 O Passeio dos Alegres
19.30 Contra-Informação
20.00 Telejornal
21.30 O Jogo da Espera
22.30 Campeonato do Mundo 2002 (resumos dos Jogos)
01.45 24 Horas
02.00 «O Guardião» (Filme)

RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.30 Horizontes da Memória
20.00 Famílias
20.30 Bombordo
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
00.00 Britcom



«Os Miseráveis» numa série premiada, de volta à RTP 2 (ao sábado)

01.00 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)
02.00 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

SIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Catarina.com



Silvia Pfeifer, uma das intérpretes de «Desejos de Mulher»



«Buffy, Caçadora de Vampiros» - ao fim da noite na SIC

22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 «Um Homem Inocente»
02.15 Quando os Animais Atacam

TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs de Sofia
11.00 Missa
13.00 TVI Jornal
14.00 «Uma Boneca de Luxo» (Filme)
15.45 «Buddy, o Chimpazé» (Filme)
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.15 Sonhos Traídos
23.15 Nunca Digas Adeus
24.00 «Uma Mãe Perfeita» (Filme)
02.00 Ally McBeal

00.30 Sexo e a Cidade
01.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
02.15 «Arthur, O Conquistador» (Filme)

TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.00 Academia de Estrelas
15.30 Jardins Proibidos
16.30 Sonhos Traídos
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.30 Sonhos Traídos
23.15 Nunca Digas Adeus
24.00 «Vida Secreta» (Filme)
03.45 «Os Excessos do Amor» (Filme)

14.30 «Uma Vida de Inseto» (Filme)
16.30 «A Minha Irmã É uma Extraterrestre» (filme)
18.30 Bravo Bravíssimo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Linha da Sorte
22.00 Residencial Tejo
23.00 «Os Olhos da Serpente» (Filme)
01.00 «Mais Forte que o Destino» (Filme)
03.00 Buffy, Caçadora de Sentidos

TVI

08.45 Animação
09.45 Gala das Estrelas
11.45 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.15 Anjo Selvagem
18.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 O Último Beijo
23.30 «Mulher Sofre!» (Filme)
01.45 «Quando os Porcos Voam» (Filme)

Domingo, 2

▼ RTP1
 07.00 Infantil/Juvenil
 11.30 Planeta Azul
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 João Baião
 18.45 Melhor É Impossível
 20.00 Telejornal
 21.30 Camilo, o Pendura
 22.00 Campeonato do Mundo 2002 (Resumos dos Jogos)
 01.15 24 Horas
 01.30 «Um Homem Influente» (Filme)

▼ RTP2
 07.00 Euronews
 09.00 Programa Religioso
 11.30 Horizontes da Memória
 12.00 Turma das Ciências
 13.00 O Homem de Kon-Tiki (1)
 14.00 Desporto 2
 18.30 Futebol, o Jogo Maravilhoso
 19.30 Onda Curta
 20.00 Os Miseráveis (2)
 21.00 Artes e Letras - «José Craveirinha»
 22.00 Jornal 2
 23.00 «Três Irmãos» (Filme Português)
 01.00 Sinais do Tempo
 02.00 2010 (Rep.)

▼ SIC
 06.45 SIC a Abrir
 12.00 BBC - Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 «Um Amigo Muito Especial» (Filme)
 16.00 «Terraemoto em Nova Iorque» (Telefilme)
 18.00 «Gêmeos» (Filme)
 19.15 Malucos do Riso
 20.00 Jornal da Noite
 22.00 Herman SIC
 24.00 «Sem Retorno» (Filme)
 02.00 Boxe - Holyfield vs Rahman
 03.00 Buffy, Caçadora de Vampiros

Segunda, 3

▼ RTP1
 07.00 Bom Dia Portugal
 10.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Regiões
 14.30 Um Estranho em Casa
 15.30 Amor e Ódio
 17.15 Diário de Maria
 18.15 Quebra-Cabeças
 19.00 O Preço Certo em Euros
 20.00 Telejornal
 21.30 Sorte Grande
 21.45 O Elo Mais Fraco
 22.30 Campeonato do Mundo 2002 (Resumos dos Jogos)
 01.45 24 Horas
 02.00 «Obsessão» (Filme)

▼ RTP2
 07.00 Espaço Infantil
 11.00 Euronews
 13.00 O Lugar da História
 14.00 Ténis - Torneio de Roland Garros 2002
 16.00 Via Aberta
 17.00 Informação Gestual
 18.15 Informação Religiosa
 18.45 Planeta Azul
 19.15 Caderno Diário
 19.30 Veterinário de Emergência
 20.00 Casei com uma Feiticeira
 20.30 No Centro e Arredores
 21.00 Dharma e Greg
 21.30 Acontece
 22.00 Jornal 2
 23.00 A Família Green
 00.00 «Lágrimas Amargas de Petra Von Kant» (Filme)
 01.40 Portugalmente

▼ SIC
 08.00 Buéréré
 11.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 As Duas por Três
 16.00 Malhação
 17.30 Desejos de Mulher
 18.30 New Wave
 19.15 Coração de Estudante
 20.00 Jornal da Noite

Terça, 4

▼ RTP1
 07.00 Bom Dia Portugal
 10.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Regiões
 14.30 Um Estranho em Casa
 15.30 Amor e Ódio
 17.15 Diário de Maria
 18.15 Quebra-Cabeças
 19.00 O Preço Certo em Euros
 20.00 Telejornal
 21.30 Grande Informação
 22.30 O Elo Mais Fraco
 23.30 Campeonato do Mundo 2002 (Resumos dos Jogos)
 02.00 24 Horas
 02.15 «O Processo» (Filme)

▼ RTP2
 07.00 Espaço Infantil
 11.00 Euronews
 13.00 2010
 14.00 Ténis (Roland Garros)
 16.00 Via Aberta
 17.00 Informação Gestual
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Onda Curta
 19.30 Caderno Diário
 19.55 Turma das Ciências
 20.20 Casei com uma Feiticeira
 20.30 No Centro e Arredores
 21.00 Dharma e Greg
 21.30 Acontece
 22.00 Jornal 2
 23.00 Os Limites do Terror
 00.00 «A Terceira Geração» (Filme)

▼ SIC
 08.00 Buéréré
 11.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 As Duas por Três
 16.00 Malhação
 17.30 Desejos de Mulher
 18.30 New Wave
 19.15 Coração de Estudante
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Malucos do Riso
 22.00 Fúria de Viver

Quarta, 5

▼ RTP1
 07.00 Bom Dia Portugal
 09.30 Campeonato do Mundo 2002 - Portugal-EUA
 12.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Regiões
 14.30 Um Estranho em Casa
 15.30 Amor e Ódio
 17.15 Diário de Maria
 18.15 Quebra-Cabeças
 19.00 O Preço Certo em Euros
 20.00 Telejornal
 21.30 O Elo Mais Fraco
 22.30 Campeonato do Mundo 2002 (Resumos dos Jogos)
 02.00 24 Horas
 02.15 «Tempo de Milagres» (Filme)

▼ RTP2
 07.00 Espaço Infantil
 11.00 Euronews
 13.00 2010
 14.00 Ténis (Roland Garros)
 16.00 Via Aberta
 17.00 Informação Gestual
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Onda Curta
 19.30 Caderno Diário
 19.55 Turma das Ciências
 20.20 Casei com uma Feiticeira
 20.30 No Centro e Arredores
 21.00 Dharma e Greg
 21.30 Acontece
 22.00 Jornal 2
 23.00 Conversas de Mário Soares (34)
 00.00 «O Casamento de Maria Braun» (Filme de Alfred Hitchcock, G.Br./1935, com Robert Donat. Ver Destaque)
 01.40 Portugalmente

▼ SIC
 08.00 Buéréré
 11.00 SIC 10 Horas

TVisto

Correia da Fonseca

Cinco pontos, cinco logros

Daniel foi à «Conversa Afiada» o programa de Maria João Avilez no SIC-Notícias. Daniel é, mais longamente, o dr. Daniel Proença de Carvalho, e se comecei por identificá-lo da forma íntima que é fazê-lo apenas pelo nome próprio é porque assim mesmo o tratou a própria entrevistadora. No que fez lindamente, acrescenta-se, pois assim toda a gente pôde ficar a saber que ela não é uma qualquer, uma dessa jovens jornalistas que para fazerem prova pública da sua desenvoltura tratam os entrevistados com sete pedras na mão, mas sim uma profissional de distinto segmento sociocultural e de brilhante currículo cujo esplendor soube iniciar-se com uma longa entrevista a Francisco de Sá Carneiro, após a qual a glória surgiu a galope, se bem me lembro. Aconteceu mesmo que estive muito tentado a pôr a este crónica o título de óbvia inspiração bíblica «Daniel na Cova da Leoa». Dissuadiu-me da tentação o facto de Maria João só ter, de leoa (ou, mais

1. O Conselho de Opinião não tem a legitimidade democrática do Governo, pois este emerge directamente de um Parlamento eleito pelo voto popular e o Conselho de Opinião apenas representa «interesses corporativos». Não é assim. O Conselho de Opinião também emerge do Parlamento, e por duas vias complementares: pela designação directa de elementos seus e pela designação indirecta de outros representantes (de que só uma pequena parte pode representar os tais «interesses corporativos») sempre em obediência a normas regulamentares aprovadas pelo tal Parlamento eleito pelo povo.

2. «Toda a tendência actual é para que o Estado se retire da gestão para exercer apenas uma regulação.» Pelo menos em matéria de TV, não é verdade. Independentemente de haver pontuais tendências locais nesse sentido, a grande maioria é a de serviços públicos de TV que, além de disporem de mais de um canal, são geridos por órgãos directivos cuja composição depende directamente ou indirectamente do Estado através dos governos. Aliás, resta saber se «tendências actuais» não são uma forma eufemística de designar as modas.

3. «O Conselho de Opinião é uma contradição num Estado democrático: dificulta um governo eleito democraticamente impedindo-o de aplicar o seu programa.» É um argumento armadilhado. A vitória eleitoral de um partido não significa a aprovação referendada de todo o seu programa. Este Governo, que é de coligação entre dois partidos com diferentes programas eleitorais, nem tem nenhum programa comum quanto à RTP. A intervenção do CO tem, de qualquer modo, a utilidade democrática de impedir qualquer governo de governamentalizar totalmente a TV pública começando por colocar lá uma administração inteiramente sua que deve obedecer-lhes cegamente.

4. «As pessoas falam todas em serviço público mas ninguém é capaz de dizer o que é serviço público.» É falso. O que acontece é que, naturalmente, não há uma única forma de prestar serviço público. Diversas pessoas disseram já o que é preciso para que haja serviço público e, por azar, até Maria João Avilez referiu ali linhas mestras fundamentais para que o haja. Também Vasco Graça Moura, na tentativa heróica de meter o Rossio na Rua da Betesga, traçou no «DN» um projecto de «grelha» do serviço público de televisão num só canal, aliás demonstrando involuntariamente a sua inviabilidade.

5. «A obstinação em manter uma televisão pública é uma contradição típica: é o Estado a restringir a influência do Estado ao restringir a influência da televisão.» Não é assim. É o Estado a querer que a influência pela TV não seja monopolizada pelo sector privado representado pelo segmento mais poderoso do seu sector financeiro.



Desenho de Baltazar

rigorosamente, de leão) a juba, o que é manifestamente escasso. Quanto a Daniel Proença de Carvalho é, como bem se sabe, há muitos anos figura de primeiro plano na vida política e social portuguesa, embora sendo presença voluntariamente discreta. Como também toda a gente sabe, a sua figura, os seus modos e, sobretudo, a sua barba que me parece vagamente evocativa das cortes da Renascença italiana, atraem sobre ele a qualificação de maquiavélico («Maquiavel à moda do Minho») chamou-lhe em tempos, no decurso de uma situação polémica propiciadora de um estilo mais caceteiro, o jornalista José Mensurado, e por alguma razão o epíteto se tornou inesquecido. Resta que é homem de relações sociais impecavelmente cortezas, o que até pode dar às vezes para desconfiar, e o mais importante: tem estado ligado por mais de uma vez à área da Comunicação Social, designadamente como ministro (da Propaganda, dizia-se então...), presidente da RTP e candidato a um canal de TV privada. Por isto mesmo, foi logo de início perguntado acerca das anunciadas medidas do Governo Durão (ou Governo Morais Sarmento?) quanto à RTP. Como podia esperar-se, as respostas que deu vieram impregnadas de viciações que não deixam de ser por serem ministradas com bons modos e um sorriso benévolo. Vejamo-las, que vale a pena.



Torneio de Roland Garros: até domingo na RTP2

▼ TVI
 09.15 «Águas Selvagens» (Filme)
 11.00 Cerimónias Religiosas
 13.00 TVI Jornal
 14.00 Domingo Fantástico
 16.00 Anjo Selvagem
 17.45 «Presumível Inocente» (Filme)
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 Anjo Selvagem
 22.00 O Último Beijo
 23.30 Academia das Estrelas (Filme)
 00.45 «Star Trek: O Primeiro Contacto» (Filme)
 03.00 Os Médicos

21.00 Malucos do Riso
 22.00 Fúria de Viver
 23.00 O Clone
 24.00 Febra da Bola
 01.30 «Ligações Simétricas» (Filme)

▼ TVI
 08.30 Animação Infantil
 09.30 As Manhãs de Sofia
 13.00 TVI Jornal
 14.00 Academia das Estrelas
 15.00 Batatoon
 15.30 Sonhos Traídos
 18.00 Tudo por Amor
 19.00 Anjo Selvagem
 20.00 Jornal Nacional
 21.15 Anjo Selvagem
 22.15 Sonhos Traídos
 23.15 Nunca Digas Adeus
 24.00 «Inferno» (Filme)
 02.45 «Uma Escolha Difícil» (Filme)

23.00 O Clone
 24.00 Febra da Bola
 00.30 Conversa da Treta
 01.00 «Os Fantasmas Divertem-se» (Filme)

▼ TVI
 08.15 Animação Infantil
 09.45 As Manhãs de Sofia
 13.00 TVI Jornal
 14.45 Jardins Proibidos
 15.00 Batatoon
 16.30 Sonhos Traídos
 17.30 Academia das Estrelas
 18.00 Tudo por Amor
 19.00 Anjo Selvagem
 20.00 Jornal Nacional
 21.15 Anjo Selvagem
 22.00 Sonhos Traídos
 23.00 Gala das Estrelas
 01.30 «Um Mundo de Rosas» (Filme)
 04.15 Os Homens do Presidente

13.00 Primeiro Jornal
 14.00 As Duas por Três
 16.00 Malhação
 17.30 Desejos de Mulher
 18.30 New Wave
 19.15 Coração de Estudante
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Malucos do Riso
 22.00 Fúria de Viver
 23.00 O Clone
 24.00 Febra da Bola
 00.00 Hora Extra
 01.00 «Três Irmãos, Duas Tribos» (Filme)

▼ TVI
 08.15 Animação Infantil
 09.45 As Manhãs de Sofia
 13.00 TVI Jornal
 14.00 Academia de Estrelas
 16.45 Batatoon
 17.30 Academia de Estrelas
 18.00 Tudo por Amor
 19.00 Anjo Selvagem
 20.00 Jornal Nacional
 21.15 Anjo Selvagem
 22.45 Sonhos Traídos
 23.15 Nunca Digas Adeus
 24.00 «Dinheiro Rápido» (Filme)
 02.30 Os Olhos da Lei

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

A talhe de foice

• Anabela Fino

Tolerância zero

Os jornalistas árabes da rádio «Voz de Israel» foram aconselhados a burilar a sua prosa, substituindo por exemplo a designação «vítimas» por «mortos» quando se referem aos civis palestinianos assassinados por Israel; a cantora israelita Yaffa Yarkoni foi expulsa do sindicato dos artistas por ter manifestado o seu repúdio pela operação «Muro Defensivo», na Cisjordânia; Limor Livnat, ministra da Educação de Telavive, persegue na justiça vários professores universitários que tiveram a ousadia de se solidarizar com os reservistas que recusam prestar serviço nos territórios palestinianos ocupados; o diário «Há'aretz» está a ser boicotado por um número crescente de leitores em retaliação aos artigos de Gideon Levy e Amira Hass sobre o sofrimento dos palestinianos; o investigador Theodore Katz foi expulso da Universidade de Haifa após ter defendido uma tese sobre o massacre de palestinianos por soldados israelitas na aldeia de Tantura, em 1948; o historiador Illan Pappé, que apoiou Katz e é ele próprio autor de um livro sobre o êxodo dos palestinianos expulsos das suas terras, está na iminência de ser expulso da Universidade de Haifa. Estes são apenas alguns exemplos do clima que se vive em Israel, denunciados num exclusivo Público/Liberation, na passada segunda-feira. O artigo, que dá conta do movimento de solidariedade de académicos e intelectuais com Illan Pappé, é revelador do sectarismo, intolerância, prepotência e arrogância de quem se atribui o direito de ter sempre razão e não hesita em deturpar a História para a reescrever em seu favor. Invocando o papel de «eternas vítimas», os sectores mais reaccionários do Estado judaico, ao mesmo tempo que se reivindicam de «povo escolhido», persistem há mais de meio século na tentativa de genocídio do povo palestiniano, na usurpação das suas terras, na exploração da sua força de trabalho, na humilhação dos seus costumes, na destruição da sua cultura. Levando até às últimas consequências o lema de «quem não é por mim é contra mim», essas pretensas vítimas estão sempre prontas a lançar o anátema sobre quem, em qualquer parte do mundo, ousa exprimir opinião contrária à sua. Sucedeu não há muito em Portugal, com uma professora universitária, vítima de todo o tipo de pressões porque se atreveu a manifestar a sua indignação pelo assassinato a sangue frio de um palestiniano, registado em vídeo e divulgado na internet, às mãos de soldados israelitas. Sucedeu com Saramago, cuja obra foi banida porque comparou a política de Israel à política nazi. Sucedeu com o actor Woody Allen, «desaconselhado» pela comunidade judia a deslocar-se a França porque vive lá o senhor Le Pen. Pode suceder a qualquer um que acredite na liberdade de expressão e por elementar sentido de justiça e de decência chame vítimas aos palestinianos e crime ao que diariamente sucede na Palestina ocupada. Como diz Illan Pappé: «Israel nunca foi uma grande democracia, mas jogava o jogo da democracia. Hoje, já não o faz.» Os exemplos, dentro e fora do país, aí estão a testemunhá-lo. É a tolerância zero de quem se julga impune e parece acreditar que nunca virá o dia em que a comunidade internacional lhe dirá «basta!».

Ensino do português no estrangeiro

Governo despreza valores

«Um comportamento inaceitável», assim classificou o PCP a decisão do Governo de aprovar nova legislação sobre a colocação de professores de português no estrangeiro.

Criticado é sobretudo o facto de o Executivo ter feito tábuas rasas do concurso realizado no mês de Abril e cujo resultado deveria ter sido publicado em 15 de Maio.

Não menos grave, segundo a Direcção de Organização da Emigração do PCP, que tomou pública posição em comunicado emitido segunda-feira, é a decisão de aprovar a legisla-

ção, mesmo antes de ter esgotado o prazo de dez dias dado pelo Governo para as organizações sindicais se pronunciarem sobre o novo diploma.

É o «Governo do quero, posso e mando», acusam os comunistas que vêem nesta atitude prepotente de alterar as regras do jogo não apenas uma completa falta de respeito às «mais elementares regras de

negociação com os parceiros sociais» como também uma manifestação de «desprezo e desprezo pelos direitos de quem trabalha».

Para o PCP, que manifestou já a sua total solidariedade para com as acções que os professores e suas estruturas vierem a desencadear, esta medida unilateral do Governo PSD/PP revela também «desnorte», para além de representar uma «menor consideração pela língua portuguesa

e, deste forma, pelas comunidades portuguesas» espalhadas pelo mundo.

Sublinhada pelo PCP é

ainda a ideia de que a aposta no ensino da língua e da cultura portuguesas nas comunidades lusas «não é uma despesa», mas, ao

contrário, «um investimento necessário para o presente e para o futuro de Portugal» e, por isso, deve ser encarada como uma «opção estratégica».

O ensino da língua é um investimento estratégico

Se não obtiver financiamento

EPMA pode fechar

Caso não obtenha financiamento, a Escola Profissional de Música e Artes de Almada (EPMA) poderá fechar as portas. Esta convicção foi expressa, em conferência de imprensa, pelas associações de Estudantes e de Pais, por professores e funcionários, bem como pelo Centro Cultural de Almada, proprietário da escola.

«Ao permitir como entidades promotoras e, posteriormente, proprietárias, instituições com dinâmicas especializadas e vocacionadas nas diferentes variáveis deste tipo de ensino, mas sem autonomia financeira, sem características de gestão capazes de sustentar projectos desta natureza, abriu-se caminho a muitas das dificuldades que hoje se vivem», afirmou-se na conferência de imprensa. Para esta situação contribuiu também a «quase total ausência de financiamento por parte do Ministério da Educação à EPMA, nos dois últimos anos lectivos», entendendo a comunidade escolar que o Governo não se pode demitir «das suas

funções de acompanhamento desta escola, agora num quadro que deve ser de excepção, podendo dessa forma deixar campo aberto a interesses que eventualmente apostem no seu encerramento».

Os actuais corpos gerentes do Centro Cultural de Almada consideram absolutamente necessário identificar os erros do passado, com a consequente «exigência de responsabilidade aos que falharam», mas recusam abandonar a um «destino incerto aqueles que legitimamente acreditaram numa matriz pedagógica geradora de inúmeros profissionais nas diversas áreas do espectáculo».

Funcionam na Escola os cursos Básico de Instrumento, Instrumento, Teatro, Técnico de Áudio e Música e Novas Tecnologias, dos quais os dois últimos são únicos no País. Este projecto, afirmam os promotores da conferência de imprensa, «tem constituído um factor de interesse para jovens de vários pontos do País que aqui

procuram encontrar resposta eficaz para as suas vocações».

À hora do fecho da nossa edição, realizava-se uma manifestação em frente ao Ministério da Educação, seguida de uma vigília por tempo indeterminado nas instalações da Escola.

Protesto no Porto

A Baixa do Porto e a Estação de S. Bento foram os locais escolhidos para o arranque da jornada de protesto contra o aumento e o fim do crédito à habitação.

O contacto com a população, durante toda a tarde de segunda-feira, permitiu esclarecer milhares de pessoas sobre a diferença abissal das promessas do PSD e do CDS e a realidade da sua política.

Percebe-se cada vez mais o descontentamento da população perante as medidas gravosas que estão a ser postas em prática, sendo cada vez mais clara a natureza de classe que assumem.

Faleceu João Amazonas

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, ao conhecer, ontem, a notícia da morte do camarada João Amazonas, enviou ao Comité Central do Partido Comunista do Brasil uma mensagem de condolências, cujo texto reproduzimos:

«Com profundo pesar tomámos conhecimento do falecimento do camarada João Amazonas, Presidente de Honra do Partido Comunista do Brasil, que dedicou a sua vida à luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro, à causa da liberdade, do progresso social e do socialismo.

«Neste momento de luto, transmitimo-vos as sentidas condolências e os sentimentos de fraternal solidariedade dos comunistas portugueses.»



Encontro PCP-PCV

De 25 a 28 de Maio esteve, em Portugal, David Velasquez, membro da Comissão Política do Partido Comunista da Venezuela e secretário-geral da Juventude Comunista para contactos de informação sobre a situação venezuelana (ver entrevista na página 15). Para além dum encontro com uma delegação do PCP, composta por Albano Nunes, membro do Secretariado do CC, e Manuela Bernardino e Manuel Gouveia, membros do CC, que lhes expressaram a solidariedade dos comunistas portugueses com o processo da revolução bolivariana, em curso, David Velasquez teve contactos com a JCP e estruturas unitárias de massas com o mesmo objectivo. Participou ainda em dois debates, um no CT da Amadora e o outro no CT de Setúbal. A visita deste dirigente do PC da Venezuela realizou-se no quadro das fraternais relações existentes entre os dois partidos que manifestaram o interesse e vontade de reforçá-las.

Por uma nova escola do 1.º Ciclo

O Manifesto «Por uma Nova Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico» foi ontem entregue, por uma delegação da Fenprof e da Confap, ao ministro da Educação, assinado por mais de 2000 entidades e organizações de todos os sectores da vida nacional (o manifesto não se destinava a ser subscrito individualmente).

O Manifesto é uma iniciativa da Federação Nacional dos Professores e da Confederação Nacional das Associações de Pais, e continua a recolher apoios, nomeadamente através do site www.escolanova.com.

O Manifesto sublinha o papel determinante do 1.º Ciclo do Ensino Básico «no sistema educativo e no percurso escolar das crianças portuguesas» e considera que «as condições de funcionamento e de trabalho na maioria das escolas deste ciclo da escolaridade obrigatória estão longe de responder às necessidades de desenvolvimento do país».

Em síntese, as organizações signatárias exigem, nomeadamente, a aprovação e execução de um plano nacional de emergência e de uma Lei de financiamento que estabeleça regras claras, o redimensionamento das turmas, a reorganização do modelo de docência, a institucionalização do serviço de refeições, respostas de qualidade para os tempos livres, regras para a tramitação dos processos individuais dos alunos entre todos os sectores de educação e ensino por forma a facilitar a continuidade pedagógica.

